

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	11
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	12
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	21
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	24
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	25
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	26
Demonstração de Valor Adicionado	27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	29
---	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	162
----------------------------------	-----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	163
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	164
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	166
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	167

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

168

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	203.423
Preferenciais	399.597
Total	603.020
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	13.231
Total	13.231

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	17/11/2010	Juros sobre Capital Próprio	21/01/2011	Preferencial		0,05234
Reunião do Conselho de Administração	17/11/2010	Juros sobre Capital Próprio	21/01/2011	Ordinária		0,05234

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	24.823.332	22.764.502	16.919.043
1.01	Ativo Circulante	6.179.259	4.383.071	4.159.569
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.788.001	705.836	580.978
1.01.02	Aplicações Financeiras	582.115	118.476	135.672
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	582.115	118.476	135.672
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	582.115	118.476	135.672
1.01.03	Contas a Receber	1.718.789	1.769.378	1.959.083
1.01.03.01	Clientes	1.718.789	1.769.378	1.959.083
1.01.04	Estoques	4.243	2.280	4.748
1.01.06	Tributos a Recuperar	214.748	66.950	5.583
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	214.748	66.950	5.583
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.871.363	1.720.151	1.473.505
1.01.08.03	Outros	1.871.363	1.720.151	1.473.505
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio	1.548	29.008	0
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros	0	0	29.179
1.01.08.03.03	Outros Tributos	294.748	331.128	327.151
1.01.08.03.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.357.777	1.229.797	985.647
1.01.08.03.05	Ativos Relacionado aos Fundos de Pensão	0	0	15.874
1.01.08.03.06	Demais Ativos	217.290	130.218	115.654
1.02	Ativo Não Circulante	18.644.073	18.381.431	12.759.474
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.742.936	10.203.512	3.860.295
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.276.901	4.731.748	840.329
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.276.901	4.731.748	840.329
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	1.342.313	0
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	0	1.342.313	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.466.035	4.129.451	3.019.966
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	4.217.356	3.642.084	2.648.503
1.02.01.09.04	Outros Tributos	130.661	320.432	238.929

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.01.09.05	Ativos Relacionado aos Fundos de Pensão	90.249	136.277	108.064
1.02.01.09.06	Outros	27.769	30.658	24.470
1.02.02	Investimentos	5.753.558	3.921.658	3.996.416
1.02.02.01	Participações Societárias	5.753.558	3.921.658	3.996.416
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	3.699	3.703	3.703
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	5.749.706	3.917.802	3.992.690
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	153	153	23
1.02.03	Imobilizado	3.771.471	3.747.467	4.340.560
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.322.498	3.541.879	3.790.899
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	448.973	205.588	549.661
1.02.04	Intangível	376.108	508.794	562.203
1.02.04.01	Intangíveis	376.108	508.794	562.203
1.02.04.01.02	Software	247.794	409.931	492.265
1.02.04.01.03	Ágio	11.629	11.618	11.618
1.02.04.01.04	Intangível em Andamento	82.150	50.705	8.075
1.02.04.01.05	Outros	34.535	36.540	50.245

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	24.823.332	22.764.502	16.919.043
2.01	Passivo Circulante	6.309.888	5.110.679	4.807.668
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	99.091	68.972	142.855
2.01.01.01	Obrigações Sociais	99.091	68.972	142.855
2.01.02	Fornecedores	1.328.617	1.131.439	1.333.291
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.328.617	1.131.439	1.333.291
2.01.03	Obrigações Fiscais	106.621	10.826	26.922
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	106.621	10.826	26.922
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	106.621	10.826	26.922
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.561.691	1.368.640	1.378.424
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.561.691	1.368.640	1.378.424
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.506.710	1.200.508	1.198.380
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	54.981	168.132	180.044
2.01.05	Outras Obrigações	2.015.657	1.368.548	1.508.206
2.01.05.02	Outros	2.015.657	1.368.548	1.508.206
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	568.840	104.779	261.066
2.01.05.02.04	Outros Tributos	735.994	659.790	646.855
2.01.05.02.05	Programa de Refinanciamento Fiscal	32.801	27.704	4.381
2.01.05.02.06	Instrumentos e Derivativos	70.719	133.389	89.920
2.01.05.02.07	Demais Obrigações	476.464	338.353	292.015
2.01.05.02.08	Autorizações e Concessões a Pagar	56.759	0	65.578
2.01.05.02.09	Provisões para Fundo de Pensão	74.080	104.533	148.391
2.01.06	Provisões	1.198.211	1.162.254	417.970
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.198.211	1.162.254	417.970
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	31.998	35.620	34.389
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	66.198	63.115	65.718
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	1.100.015	1.063.519	317.863
2.02	Passivo Não Circulante	7.176.956	7.748.700	5.829.962

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.562.163	3.031.407	3.679.402
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.562.163	3.031.407	3.679.402
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.561.351	2.676.122	3.040.323
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	812	355.285	639.079
2.02.02	Outras Obrigações	1.029.120	948.316	568.481
2.02.02.02	Outros	1.029.120	948.316	568.481
2.02.02.02.03	Programa de Refinanciamento Fiscal	365.296	327.347	0
2.02.02.02.04	Instrumentos e Derivativos	0	64.891	132.153
2.02.02.02.05	Outros Tributos	604.692	508.592	378.447
2.02.02.02.06	Adiantamento de Clientes	18.459	30.144	33.533
2.02.02.02.07	Demais Obrigações	40.673	17.342	24.348
2.02.03	Tributos Diferidos	9.630	8.885	9.346
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.630	8.885	9.346
2.02.04	Provisões	3.576.043	3.760.092	1.572.733
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.576.043	3.760.092	1.572.733
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	201.456	415.781	208.351
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	853.939	713.735	348.014
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	575.365	575.180	607.400
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.945.283	2.055.396	408.968
2.03	Patrimônio Líquido	11.336.488	9.905.123	6.281.413
2.03.01	Capital Social Realizado	3.731.059	3.731.059	3.470.758
2.03.02	Reservas de Capital	5.869.560	5.869.560	1.490.375
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	458.684	458.684	458.684
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.967.829	2.967.829	0
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimento	123.558	123.558	123.558
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	126.372	126.372	125.287
2.03.02.09	Reserva Especial de Incorporação - Acervo Líquido	1.415.970	1.415.970	0
2.03.02.10	Juros sobre Obras em Andamento	745.756	745.756	745.756

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287	31.287
2.03.02.12	Reserva de Opções de Ações	104	104	5.803
2.03.04	Reservas de Lucros	1.735.869	304.504	1.359.538
2.03.04.01	Reserva Legal	383.527	383.527	400.646
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	79.719
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-149.642	-149.642	-152.129
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	1.501.984	70.619	1.031.302
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-39.258

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.373.022	8.996.288	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.825.128	-4.546.882	0
3.03	Resultado Bruto	4.547.894	4.449.406	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.060.508	-5.458.720	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-862.766	-1.072.013	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.194.179	-1.128.191	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	469.582	578.968	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-771.530	-3.759.327	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	298.385	-78.157	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.487.386	-1.009.314	0
3.06	Resultado Financeiro	-131.721	-319.700	0
3.06.01	Receitas Financeiras	795.731	434.951	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-927.452	-754.651	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.355.665	-1.329.014	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-384.642	307.703	0
3.08.01	Corrente	-69.266	-448.012	0
3.08.02	Diferido	-315.376	755.715	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.971.023	-1.021.311	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.971.023	-1.021.311	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,34	-1,85	0
3.99.01.02	PN	3,34	-1,85	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,34	-1,85	0
3.99.02.02	PN	3,34	-1,85	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.618.546	2.797.165	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.032.107	4.526.469	0
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.355.665	-1.329.014	0
6.01.01.02	Encargos, Rendimentos Financeiros e Atualizações Monetárias	246.285	60.641	0
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	717.593	1.192.081	0
6.01.01.04	Perdas Sobre Contas a Receber	280.886	473.114	0
6.01.01.05	Provisões	392.570	3.316.626	0
6.01.01.06	Provisão para Fundos de Pensão	10.361	5.817	0
6.01.01.07	Provisão para Programa de Refinanciamento Fiscal	0	350.729	0
6.01.01.08	Equivalência Patrimonial	-298.385	78.157	0
6.01.01.09	Perda na Baixa de Ativo Permanente	8.859	21.455	0
6.01.01.10	Provisão de Ônus da Concessão	56.759	71.038	0
6.01.01.11	Participação de Empregados e Administradores	65.045	30.995	0
6.01.01.12	Provisão de Swap/Hedge	8.899	94.208	0
6.01.01.13	Atualização Monetária de Créditos com Empresas Ligadas e Debêntures Privadas	-190.591	-41.291	0
6.01.01.14	Atualização Monetária de Provisões	239.787	199.796	0
6.01.01.15	Atualização Monetária de Programa de Refinanciamento Fiscal	38.563	0	0
6.01.01.16	Outros	99.811	2.117	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-924.950	-805.457	0
6.01.02.01	Contas a Receber	-231.057	-284.169	0
6.01.02.02	Estoques	-1.963	2.436	0
6.01.02.03	Tributos	334.240	-81.288	0
6.01.02.04	Aplicações Financeiras Mantidas para Negociação	-1.147.245	-977.854	0
6.01.02.05	Resgate de Aplicações Financeiras Mantidas para Negociação	710.701	1.049.782	0
6.01.02.06	Despesas Antecipadas	-65.765	-104.923	0
6.01.02.07	Fornecedores	-107.330	31.705	0
6.01.02.08	Salários, Encargos Sociais e Benefícios	-34.926	-121.420	0
6.01.02.09	Provisões	-442.923	-267.781	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01.02.10	Provisão para Fundos de Pensão	-104.534	-148.312	0
6.01.02.11	Outras Contas Ativas e Passivas	165.852	96.367	0
6.01.03	Outros	-488.611	-923.847	0
6.01.03.01	Encargos Financeiros Pagos	-406.737	-527.857	0
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Empresa	-9.402	-321.163	0
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Terceiros	-72.472	-74.827	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.048.260	-2.019.569	0
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-290.469	-730.685	0
6.02.02	Créditos entre Empresas Ligadas e Debêntures - Liberações	-106.603	-120.393	0
6.02.03	Créditos entre Empresas Ligadas e Debêntures - Recebimentos	135.192	92.384	0
6.02.04	Recursos Obtidos na Venda de Ativo Permanente	2.188	6.184	0
6.02.05	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-1.113.381	-1.447.025	0
6.02.06	Resgates Judiciais de Depósitos e Bloqueios Judiciais	324.813	179.966	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-488.121	-888.681	0
6.03.01	Captações Líquidas de Custos	781.204	494.167	0
6.03.02	Pagamento de Principal de Empréstimos e Financiamentos, Derivativos e Leasing	-1.267.923	-1.027.778	0
6.03.03	Autorizações e Concessões	0	-91.077	0
6.03.04	Programa de Refinanciamento Fiscal	-57	-59	0
6.03.05	Exercício de Opções de Ações	0	3.572	0
6.03.06	Pagamento de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-1.345	-267.506	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.082.165	-111.085	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	705.836	816.921	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.788.001	705.836	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.731.059	5.719.918	454.146	0	0	9.905.123
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.731.059	5.719.918	454.146	0	0	9.905.123
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-539.658	0	-539.658
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-176.482	0	-176.482
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-363.176	0	-363.176
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.971.023	0	1.971.023
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.971.023	0	1.971.023
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.431.365	-1.431.365	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva de Investimentos	0	0	1.431.365	-1.431.365	0	0
5.07	Saldos Finais	3.731.059	5.719.918	1.885.511	0	0	11.336.488

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.470.758	1.338.246	1.511.667	-39.258	0	6.281.413
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.470.758	1.338.246	1.511.667	-39.258	0	6.281.413
5.04	Transações de Capital com os Sócios	260.301	4.383.799	-79.719	82.637	0	4.647.018
5.04.06	Dividendos	0	0	-79.719	0	0	-79.719
5.04.08	Incorporação - Copart 2	0	242.863	0	0	0	242.863
5.04.09	Incorporação - Brasil Telecom Participações	260.301	4.140.936	0	82.637	0	4.483.874
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.021.311	0	-1.021.311
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.021.311	0	-1.021.311
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-2.127	-977.802	977.932	0	-1.997
5.06.04	Absorção do Prejuízo do Exercício	0	0	-1.048.421	1.048.421	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva de Investimentos	0	0	70.619	-70.619	0	0
5.06.06	Exercício de Opções de Ações	0	3.572	0	0	0	3.572
5.06.07	Plano de Opções de Ações	0	-5.699	0	130	0	-5.569
5.07	Saldos Finais	3.731.059	5.719.918	454.146	0	0	9.905.123

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	11.740.379	12.596.355	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.551.683	12.490.501	0
7.01.02	Outras Receitas	469.582	578.968	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-280.886	-473.114	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.547.785	-4.609.436	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.993.150	-2.012.970	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.466.339	-2.499.384	0
7.02.04	Outros	-88.296	-97.082	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.192.594	7.986.919	0
7.04	Retenções	-1.504.067	-4.934.989	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-717.593	-1.192.081	0
7.04.02	Outras	-786.474	-3.742.908	0
7.04.02.01	Provisões	-632.357	-3.516.422	0
7.04.02.02	Outras despesas	-154.117	-226.486	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.688.527	3.051.930	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.094.116	356.794	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	298.385	-78.157	0
7.06.02	Receitas Financeiras	795.731	434.951	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.782.643	3.408.724	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.782.643	3.408.724	0
7.08.01	Pessoal	426.908	497.056	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	284.272	285.117	0
7.08.01.02	Benefícios	63.652	83.491	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	22.600	67.902	0
7.08.01.04	Outros	56.384	60.546	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.424.302	3.073.855	0
7.08.02.01	Federais	746.656	110.910	0
7.08.02.02	Estaduais	2.671.078	2.956.280	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.02.03	Municipais	6.568	6.665	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	960.410	859.124	0
7.08.03.01	Juros	685.256	552.192	0
7.08.03.02	Aluguéis	275.154	306.932	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.971.023	-1.021.311	0
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	363.176	0	0
7.08.04.02	Dividendos	176.482	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.431.365	-1.021.311	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	26.886.114	24.563.920	18.333.039
1.01	Ativo Circulante	8.486.797	6.127.062	5.960.538
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.216.937	1.717.441	1.478.558
1.01.02	Aplicações Financeiras	832.077	381.951	561.867
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	832.077	381.951	561.867
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	832.077	381.951	561.867
1.01.03	Contas a Receber	2.069.908	1.992.141	2.210.090
1.01.03.01	Clientes	2.069.908	1.992.141	2.210.090
1.01.04	Estoques	14.323	42.063	54.048
1.01.06	Tributos a Recuperar	334.954	122.852	18.919
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	334.954	122.852	18.919
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.018.598	1.870.614	1.637.056
1.01.08.03	Outros	2.018.598	1.870.614	1.637.056
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros	0	0	29.179
1.01.08.03.02	Depósitos e Bloquios Judiciais	1.383.914	1.253.316	996.031
1.01.08.03.03	Outros Tributos	416.674	461.591	452.788
1.01.08.03.04	Ativos Relacionados a Fundo de Pensão	0	0	15.874
1.01.08.03.05	Demais Ativos	218.010	155.707	143.184
1.02	Ativo Não Circulante	18.399.317	18.436.858	12.372.501
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.758.715	11.592.439	4.824.955
1.02.01.06	Tributos Diferidos	5.276.443	5.680.495	1.714.512
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.276.443	5.680.495	1.714.512
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.911.134	1.674.750	0
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	1.911.134	1.674.750	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.571.138	4.237.194	3.110.443
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	4.266.022	3.670.954	2.669.999
1.02.01.09.04	Outros Tributos	173.051	387.107	294.819
1.02.01.09.05	Ativos Relacionado aos Fundos de Pensão	92.619	136.277	108.064

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.01.09.06	Demais Ativos	39.446	42.856	37.561
1.02.02	Investimentos	5.370	5.374	3.744
1.02.02.01	Participações Societárias	5.370	5.374	3.744
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	5.199	5.203	3.703
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	171	171	41
1.02.03	Imobilizado	5.316.799	5.266.641	5.911.584
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.578.738	4.724.631	4.901.627
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	738.061	542.010	1.009.957
1.02.04	Intangível	1.318.433	1.572.404	1.632.218
1.02.04.01	Intangíveis	1.318.433	1.572.404	1.632.218
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	628.367	686.711	745.091
1.02.04.01.02	Software	453.125	692.758	781.593
1.02.04.01.03	Ágio	84.818	84.807	78.856
1.02.04.01.04	Intangível em Andamento	152.123	107.525	13.770
1.02.04.01.05	Outros	0	603	12.908

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	26.886.114	24.563.920	18.333.039
2.01	Passivo Circulante	6.690.689	5.423.672	5.061.778
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	171.782	120.082	193.394
2.01.01.01	Obrigações Sociais	171.782	120.082	193.394
2.01.02	Fornecedores	1.636.598	1.554.278	1.889.543
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.636.598	1.554.278	1.889.543
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.053.134	831.921	809.070
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	196.844	38.547	31.693
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	196.844	38.547	31.693
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	856.290	793.374	777.377
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.044.226	869.963	670.707
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.044.226	869.963	670.707
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	989.245	701.832	529.854
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	54.981	168.131	140.853
2.01.05	Outras Obrigações	1.470.037	748.179	909.800
2.01.05.02	Outros	1.470.037	748.179	909.800
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	568.840	104.779	261.066
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros	70.719	133.389	89.920
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	611.805	381.088	394.306
2.01.05.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	35.046	29.683	4.434
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões a Pagar	183.627	99.240	160.074
2.01.06	Provisões	1.314.912	1.299.249	589.264
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.314.912	1.299.249	589.264
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	53.690	55.318	46.270
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	72.625	69.607	71.938
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	77.941	104.533	148.391
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	1.110.656	1.069.791	322.665
2.02	Passivo Não Circulante	8.858.586	9.234.611	6.995.504

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.320.860	3.572.606	3.993.198
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.320.860	3.572.606	3.993.198
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.320.048	3.217.320	3.354.119
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	812	355.286	639.079
2.02.02	Outras Obrigações	1.891.249	1.839.173	1.377.469
2.02.02.02	Outros	1.891.249	1.839.173	1.377.469
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	692.711	549.006	406.264
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros	0	64.891	132.153
2.02.02.02.05	Autorizações e Concessões a Pagar	573.004	609.848	623.585
2.02.02.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	394.916	355.051	713
2.02.02.02.07	Adiantamento de Clientes	184.070	240.732	189.172
2.02.02.02.08	Demais Obrigações	46.548	19.645	25.582
2.02.03	Tributos Diferidos	11.216	8.885	9.346
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.216	8.885	9.346
2.02.04	Provisões	3.635.261	3.813.947	1.615.491
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.635.261	3.813.947	1.615.491
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	220.191	431.264	223.597
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	864.589	724.044	354.761
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	575.365	575.180	607.400
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.975.116	2.083.459	429.733
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	11.336.839	9.905.637	6.275.757
2.03.01	Capital Social Realizado	3.731.059	3.731.059	3.470.758
2.03.02	Reservas de Capital	5.869.560	5.869.560	1.490.375
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	458.684	458.684	458.684
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.967.829	2.967.829	0
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimento	123.558	123.558	123.558
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	126.372	126.372	125.287
2.03.02.09	Reserva Especial de Incorporação - Acervo Líquido	1.415.970	1.415.970	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.03.02.10	Juros Sobre Obras em Andamento	745.756	745.756	745.756
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287	31.287
2.03.02.12	Reserva de Opções de Ações	104	104	5.803
2.03.04	Reservas de Lucros	1.735.869	304.504	1.359.538
2.03.04.01	Reserva Legal	383.527	383.527	400.646
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	79.719
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-149.642	-149.642	-152.129
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	1.501.984	70.619	1.031.302
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-39.258
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	351	514	-5.656

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.263.292	10.919.890	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.732.081	-5.764.221	0
3.03	Resultado Bruto	5.531.211	5.155.669	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.071.681	-6.232.318	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.025.010	-1.417.845	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.538.941	-1.434.808	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	523.962	659.940	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.031.692	-4.039.605	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.459.530	-1.076.649	0
3.06	Resultado Financeiro	-80.255	-281.349	0
3.06.01	Receitas Financeiras	979.455	630.247	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.059.710	-911.596	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.379.275	-1.357.998	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-408.415	338.687	0
3.08.01	Corrente	-149.117	-449.903	0
3.08.02	Diferido	-259.298	788.590	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.970.860	-1.019.311	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.970.860	-1.019.311	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.971.023	-1.021.311	0
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-163	2.000	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,34	-1,85	0
3.99.01.02	PN	3,34	-1,85	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,34	-1,85	0
3.99.02.02	PN	3,34	-1,85	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.415.726	3.573.204	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.013.970	5.447.953	0
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.379.275	-1.357.998	0
6.01.01.02	Encargos, Rendimentos Financeiros e Atualizações Monetárias	299.175	99.226	0
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	1.056.740	1.807.851	0
6.01.01.04	Perdas Sobre Contas a Receber	351.535	575.912	0
6.01.01.05	Provisões	405.093	3.339.706	0
6.01.01.06	Provisão para Fundos de Pensão	14.221	5.817	0
6.01.01.07	Provisão para Programa de Refinanciamento Fiscal	0	379.707	0
6.01.01.08	Perda na Baixa de Ativo Permanente	81.135	76.295	0
6.01.01.09	Provisão de Ônus da Concessão	56.759	71.038	0
6.01.01.10	Participação de Empregados e Administradores	102.555	45.243	0
6.01.01.11	Provisão de Swap/Hedge	8.899	94.208	0
6.01.01.12	Atualização Monetária de Créditos com Empresas Ligadas e Debêntures Privadas	-236.385	-72.727	0
6.01.01.13	Atualização Monetária de Provisões	254.038	210.505	0
6.01.01.14	Atualização Monetária de Programa de Refinanciamento Fiscal	41.627	58	0
6.01.01.15	Outros	199.303	173.112	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-955.481	-929.275	0
6.01.02.01	Contas a Receber	-430.742	-359.403	0
6.01.02.02	Estoques	11.614	2.511	0
6.01.02.03	Tributos	397.194	-123.177	0
6.01.02.04	Aplicações Financeiras Mantidas para Negociação	-1.664.381	-1.610.034	0
6.01.02.05	Resgate de Aplicações Financeiras Mantidas para Negociação	1.271.121	1.877.766	0
6.01.02.06	Despesas Antecipadas	-113.590	-270.282	0
6.01.02.07	Fornecedores	-51.722	-28.296	0
6.01.02.08	Salários, Encargos Sociais e Benefícios	-50.855	-135.609	0
6.01.02.09	Provisões	-457.522	-277.985	0
6.01.02.10	Provisão para Fundos de Pensão	-104.534	-148.312	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01.02.11	Outras Contas Ativas e Passivas	237.936	143.546	0
6.01.03	Outros	-642.763	-945.474	0
6.01.03.01	Encargos Financeiros Pagos	-459.094	-489.216	0
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Empresa	-90.231	-351.600	0
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Terceiros	-93.438	-104.658	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.560.441	-3.005.115	0
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-754.515	-1.396.752	0
6.02.02	Créditos entre Empresas Ligadas e Debêntures - Liberações	0	-300.000	0
6.02.03	Recursos Obtidos na Venda de Ativo Permanente	2.308	8.168	0
6.02.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-1.136.319	-1.503.027	0
6.02.05	Resgates Judiciais de Depósitos e Bloqueios Judiciais	328.085	186.496	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-355.789	-565.149	0
6.03.01	Captações Líquidas de Custos	1.040.255	754.214	0
6.03.02	Pagamento de Principal de Empréstimos e Financiamentos, Derivativos e Leasing	-1.279.033	-866.982	0
6.03.03	Autorizações e Concessões	-114.726	-188.269	0
6.03.04	Programa de Refinanciamento Fiscal	-940	-178	0
6.03.05	Exercício de Opções de Ações	0	3.572	0
6.03.06	Pagamento de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-1.345	-267.506	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.499.496	2.940	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.717.441	1.714.501	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.216.937	1.717.441	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.731.059	5.719.918	454.146	0	0	9.905.123	514	9.905.637
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.731.059	5.719.918	454.146	0	0	9.905.123	514	9.905.637
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-539.658	0	-539.658	0	-539.658
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-176.482	0	-176.482	0	-176.482
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-363.176	0	-363.176	0	-363.176
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.971.023	0	1.971.023	-163	1.970.860
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.971.023	0	1.971.023	-163	1.970.860
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.431.365	-1.431.365	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva de Investimentos	0	0	1.431.365	-1.431.365	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.731.059	5.719.918	1.885.511	0	0	11.336.488	351	11.336.839

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.470.758	1.338.246	1.511.667	-39.258	0	6.281.413	-5.656	6.275.757
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.470.758	1.338.246	1.511.667	-39.258	0	6.281.413	-5.656	6.275.757
5.04	Transações de Capital com os Sócios	260.301	4.383.799	-79.719	82.637	0	4.647.018	4.170	4.651.188
5.04.06	Dividendos	0	0	-79.719	0	0	-79.719	0	-79.719
5.04.08	Incorporação - Copart 2	0	242.863	0	0	0	242.863	0	242.863
5.04.09	Incorporação - Brasil Telecom Participações	260.301	4.140.936	0	82.637	0	4.483.874	4.170	4.488.044
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.021.311	0	-1.021.311	2.000	-1.019.311
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.021.311	0	-1.021.311	2.000	-1.019.311
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-2.127	-977.802	977.932	0	-1.997	0	-1.997
5.06.04	Absorção do Prejuízo do Exercício	0	0	-1.048.421	1.048.421	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva de Investimentos	0	0	70.619	-70.619	0	0	0	0
5.06.06	Exercício de Opções de Ações	0	3.572	0	0	0	3.572	0	3.572
5.06.07	Plano de Opções de Ações	0	-5.699	0	130	0	-5.569	0	-5.569
5.07	Saldos Finais	3.731.059	5.719.918	454.146	0	0	9.905.123	514	9.905.637

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	14.081.543	14.946.899	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	13.909.116	14.862.871	0
7.01.02	Outras Receitas	523.962	659.940	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-351.535	-575.912	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.072.171	-5.296.662	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.036.201	-2.126.228	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.818.903	-2.957.059	0
7.02.04	Outros	-217.067	-213.375	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	9.009.372	9.650.237	0
7.04	Retenções	-1.949.433	-5.682.027	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.056.740	-1.807.851	0
7.04.02	Outras	-892.693	-3.874.176	0
7.04.02.01	Provisões	-659.131	-3.550.211	0
7.04.02.02	Outras Despesas	-233.562	-323.965	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.059.939	3.968.210	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	979.455	630.247	0
7.06.02	Receitas Financeiras	979.455	630.247	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.039.394	4.598.457	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.039.394	4.598.457	0
7.08.01	Pessoal	872.119	918.663	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	561.686	546.668	0
7.08.01.02	Benefícios	155.425	172.167	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	42.644	89.383	0
7.08.01.04	Outros	112.364	110.445	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.991.260	3.565.096	0
7.08.02.01	Federais	925.650	233.147	0
7.08.02.02	Estaduais	3.040.539	3.303.659	0
7.08.02.03	Municipais	25.071	28.290	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.205.155	1.134.009	0
7.08.03.01	Juros	802.813	698.038	0
7.08.03.02	Aluguéis	402.342	435.971	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.970.860	-1.019.311	0
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	363.176	0	0
7.08.04.02	Dividendos	176.482	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.431.365	-1.021.311	0
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-163	2.000	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração BRT 2010

1 – Mensagem aos Acionistas

O ano de 2009 foi marcado pela aquisição do controle desta companhia seguido pela integração das operações das duas empresas (Oi e BrT), pela consolidação de uma marca única (Oi) e finalmente o relançamento do portfólio de produtos Oi na Região II.

Em 2010, demos prosseguimento ao processo de integração dos produtos que foi iniciado em 2009. Em março/10 foi lançado o portfólio Corporativo na Região II e ao longo do 2T10 foram lançadas as novas ofertas para o segmento Empresarial, melhorando significativamente o grau de competitividade das ofertas para este segmento. Nosso produto convergente “Oi Conta Total” foi lançado ao final do 3T10, com o objetivo de melhorar nosso posicionamento no segmento pós-pago, bem como ajudar a defender a base de telefonia fixa. Além disso, com a conclusão da integração, em 2010 foi possível capturar as sinergias operacionais e administrativas, fortalecendo ainda mais a companhia.

Em paralelo, avançamos nos assuntos ligados à Sustentabilidade. Este tema vem ganhando cada vez mais visibilidade e importância na agenda da Companhia, o que se verifica com a implementação crescente de iniciativas vinculadas ao assunto, tais como a revisão e atualização da sua Política de Sustentabilidade, a introdução de metas de Sustentabilidade para os principais executivos da Companhia, bem como a realização do primeiro inventário de gases do efeito estufa, entre outras ações presentes no Programa de Sustentabilidade do Grupo Oi.

Para o ano de 2011, a estratégia é dar continuidade a este ciclo, explorando as oportunidades de crescimento, principalmente nos serviços de banda larga fixa e telefonia móvel. Além disso, o foco na melhoria da qualidade dos serviços da companhia continua sendo prioridade, uma vez que a companhia entende que para o crescimento ser sustentável o cliente deve perceber cada vez mais qualidade no serviço prestado.

2 – Reestruturação Societária

No dia 25/03/2010, o Conselho da Administração da TMAR examinou e aprovou a proposta de novas relações de substituição dentro do processo de incorporação das ações da BrT na Coari e, desta companhia, na TMAR. As novas razões de troca propostas foram ajustadas para refletir alterações nas provisões para contingências judiciais cíveis da Brasil Telecom S.A. (“BrT”) referentes a demandas relacionadas a direitos dos titulares dos Planos de Expansão

A companhia contratou um banco de investimentos para o cálculo das novas relações de troca contemplando tais efeitos. O ajuste simulou como seriam as cotações das ações das duas empresas caso as contingências estivessem no Patrimônio Líquido da BrT antes do Fato Relevante quando do anúncio da intenção de compra daquela companhia (25/04/2008).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A novas relações de troca foram submetidas à Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da BRT realizada em 16.06.2010. Nesta ocasião, os acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e preferenciais da BRT não aprovaram a proposta de novas relações indiretas de substituição entre ações da BRT e da TMAR, que seriam aplicáveis à última etapa da Reorganização Societária.

Tendo em vista a rejeição das novas relações de substituição, a TMAR informou que a simplificação societária, conforme proposta e divulgada em Fato Relevante datado de 25 de abril de 2008, foi suspensa por prazo indeterminado.

3 – Desempenho Operacional

Indicadores Operacionais	2009	2010
Clientes - UGR**(mil) (a+b+c)	16.838	16.905
(a) Oi Fixo	7.742	7.202
(b) Oi Velox	1.943	1.929
(c) Oi Móvel	7.153	7.774
<i>Pré-pago</i>	6.124	6.787
<i>Pós-Pago</i>	1.029	987

**UGR: Unidade Geradora de Receita

A Brasil Telecom encerrou o ano de 2010 com 16.905 mil Unidades Geradoras de Receitas (UGRs), sendo 7.202 mil na telefonia fixa, 1.929 mil no serviço de banda-larga fixa e 7.774 mil acessos móveis.

A base de linhas fixas em serviço registrou decréscimo de 7%. A companhia continua a ofertar produtos com o objetivo de reter os usuários, tais como "Planos alternativos", TV por assinatura e "Oi Conta Total" (produto convergente), que foi disponibilizado a partir do 3T10, visando amenizar a tendência natural de queda deste serviço.

A base de usuários de banda-larga fixa (Oi Velox) manteve-se praticamente estável. Esperamos que o lançamento de nosso produto convergente "Oi Conta Total" favoreça a retomada do crescimento neste serviço.

Na telefonia móvel, a base de clientes cresceu 8,7% atingindo 7.774 mil acessos (621 mil novos acessos). O segmento pré pago foi o grande responsável pelo desempenho, com crescimento de 10,9% no ano. Ao final de 2010, a base pré-paga representava 87% do total de acessos móveis (86% ao final de 2009)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4 – Desempenho Econômico Financeiro

BRTO Consolidado	2009	2010
Receita Líquida (R\$ milhões)	10.920	10.263
EBITDA (R\$ milhões)	4.068	3.516
Margem EBITDA (%)	37,3%	34,3%
Lucro Líquido (R\$ milhões)	-1.019,3	1.970,9

A Receita Líquida consolidada foi de R\$ 10.263 milhões em 2010, inferior em 5,8% ao ano anterior.

A companhia calcula o EBITDA como sendo o lucro ou prejuízo líquido antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, participações minoritárias e equivalência patrimonial.

O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, pelas IFRS ou pelo U.S. GAAP, não representando o fluxo de caixa para os períodos indicados e não deve ser considerado como um indicador de desempenho operacional ou como um substituto para o fluxo de caixa como forma de medir a liquidez. EBITDA não tem um significado padrão e o cálculo de EBITDA da companhia pode não ser comparável ao EBITDA de outras sociedades.

Ainda que o EBITDA não forneça uma forma de medir o fluxo de caixa operacional de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as IFRS ou o U.S. GAAP, a Administração da companhia entende que o EBITDA é um importante indicador para analisar o desempenho econômico operacional e a liquidez da companhia em função de não ser afetado por (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como (iii) pelos níveis de depreciação e amortização, sendo normalmente utilizado por investidores e analistas de mercado.

Adicionalmente, o EBITDA também é utilizado por determinados investidores e analistas financeiros como indicador de desempenho operacional de sociedades e/ou de seu fluxo de caixa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

R\$ Milhões	Trimestral			Acumulado ano	
	4T09	3T10	4T10	2009	2010
EBITDA					
Lucro (Prejuízo) Líquido	252	541	705	(1.019)	1.971
Resultado Financeiro, Líquido	69	(18)	(8)	281	80
Imposto de Renda e C. Social	285	254	(134)	(339)	408
Depreciação e Amortização	325	261	267	1.808	1.057
Total	931	1.037	829	732	3.516

O EBITDA Recorrente totalizou R\$3.516 milhões em 2010, inferior em 13% ao ano anterior. No EBITDA de 2009, para efeito de comparabilidade, foram expurgados os efeitos não recorrentes, referentes às provisões de contingências trabalhistas, tributárias e principalmente as cíveis referentes ao plano de expansão. Foram desconsiderados também, os ajustes contábeis referentes à equalização contábil entre Oi e BrT.

Em 2010, a companhia registrou Lucro líquido de 1.970,9 milhões, revertendo o prejuízo de 1.034 milhões do ano anterior. Cabe ressaltar que o ano de 2009 teve impacto de custos não recorrentes descritos acima.

5 - Endividamento

R\$ Milhões	dez/09	dez/10	% Dívida Bruta
Curto Prazo	1.003	1.115	25,1%
Longo Prazo	3.637	3.321	74,9%
Dívida Total	4.640	4.436	100%
Em moeda nacional	3.721	4.309	97,1%
Em moeda estrangeira	722	56	1,3%
Swap	197	71	1,6%
(-) Caixa	(3.775)	(5.960)	134,4%
(=) Dívida Líquida	865	(1.524)	34,4%

A companhia calcula a dívida líquida como sendo o saldo de empréstimos e financiamentos, que considera o saldo de instrumentos financeiros derivativos e debêntures (convertíveis e não convertíveis), deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da companhia.

A dívida líquida não é uma medida segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, pelas IFRS ou pelo U.S.GAAP, no entanto a administração da companhia entende que a medição

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

da Dívida Líquida é útil tanto para companhia quanto para os investidores e analistas financeiros, na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

6 - Investimentos

R\$ Milhões	2009	2010	%
Telefonia Fixa	668	764	84%
Expansão e Qualidade da Rede	194	404	44%
Outros	473	360	39%
Telefonia Móvel	440	151	16%
Expansão e Qualidade	440	151	16%
TOTAL	1.107	915	100%

7 – Mercado de Capitais e Estrutura Acionária

Nossas ações:

Em 2010, as ações preferenciais (BRTO4) e ordinárias (BRTO3) da BRTO negociadas na BM&FBovespa tiveram queda de 24,6% e 41,9%, respectivamente.

As ações da BRTO4 e BRTO3 tiveram uma média diária de negociação ao longo de 2010 de R\$ 10,9 milhões e R\$ 1,9 milhão, respectivamente.

Capital Social:

Ações BRTO	Ações do Capital Social	Em Tesouraria	Com Controlador	Em circulação
Ordinárias	203.423.176	0	161.990.002	41.433.174
Preferenciais	399.597.370	13.231.556	128.675.049	257.690.765
Total	603.020.546	13.231.556	290.665.051	299.123.939

Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:

Em dezembro/10, a Diretoria da BRT aprovou a declaração de JSCP – Juros sobre Capital Próprio, relativo ao exercício de 2010, e imputados aos dividendos obrigatórios de 2010, no valor bruto de R\$363.177.000,00, conforme autorizado em Reunião do conselho de Administração realizada em 17/11/2010, equivalentes aos valores por ação a seguir:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Data da aprovação pela diretoria	Data do Ex-JCP	Classe de ação	Valor Bruto por ação (R\$)	Valor Líquido de IRRF por ação (R\$)	Valor Bruto Total (R\$)
09/12/2010	22/12/2010	ON	0,615774465372	0,523408295566	125.262.797,45
09/12/2010	22/12/2010	PN	0,615774465372	0,523408295566	237.914.202,55

No dia 12/01/2011, a Diretoria da BRT deliberou o início do pagamento parcial de JSCP no dia 21/01/2011. O pagamento parcial foi de R\$106.052.355,90, equivalentes aos valores por ação a seguir:

Data da deliberação do pagamento	Data do pagamento	Classe de ação	Valor Bruto por ação (R\$)	Valor Líquido de IRRF por ação (R\$)	Valor Bruto Total (R\$)
12/01/2011	21/01/2011	ON	0,179814065196	0,152841955417	36.578.348,23
12/01/2011	21/01/2011	PN	0,179814065196	0,152841955417	69.474.007,67

A data de pagamento do restante do JSCP será estabelecida pelos órgãos competentes da BRT e será informada ao Mercado.

Adicionalmente, a Administração da Brasil Telecom submeterá à deliberação da Assembléia Geral Ordinária, a ser convocada, proposta de pagamento de R\$176.482 mil a título de dividendos, que, somado aos Juros sobre Capital Próprio já anunciados, correspondente ao mínimo legal relativo ao resultado do exercício de 2010.

8 – Auditoria Externa

Nos termos da Instrução CVM no. 381/2003 informamos que a Brasil Telecom contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, cabe mencionar que a Deloitte não prestou "outros serviços" não diretamente vinculados à auditoria das demonstrações financeiras.

A política da companhia quanto à contratação de serviços não relacionados aos de auditoria junto à BRT se fundamenta nos princípios de independência e transparência do auditor externo. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

9 - Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e órgãos públicos pelo apoio e confiança com que distinguiram a nossa companhia durante todo o período pós privatização em geral e, particularmente, em 2010. Agradecemos, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho, comprometimento, dedicação e esforço pessoal na condução de nossas operações.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasil Telecom S.A. (“Companhia” ou “BrT”) é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005.

Os contratos de concessão vigentes, na modalidade de serviços local e de longa distância, entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2006, com vigência até 31 de dezembro de 2025. Informações adicionais sobre esses contratos estão citadas na Nota 4 (h).

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo, e negocia seus ADR’s “*American Depositary Receipts*” na NYSE - Bolsa de Valores de Nova Iorque.

A partir de 30 de setembro de 2009 o controle da Companhia passou a ser exercido diretamente pela Coari Participações S.A. (“Coari”), cuja participação societária representa 79,63% do capital votante e 48,20% do capital total. Até a citada data, a Companhia era controlada pela Brasil Telecom Participações S.A. (“BrT Part”), sociedade constituída em 22 de maio de 1998 em decorrência do processo de privatização do Sistema Telebrás.

A reorganização societária que resultou no controle direto da Companhia pela Coari está apresentada em comentários específicos desta nota – vide item “b”, e teve por origem a compra da Brasil Telecom pela Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”) que, em 8 de janeiro de 2009, adquiriu através de sua controlada indireta, Copart 1 Participações S.A. (“Copart 1”), o controle acionário da BrT Part e da Companhia.

A troca do controle da Brasil Telecom para a TMAR consistiu na aquisição de 100% das ações da Invitel S.A. (“Invitel”), na época detentora de 99,99% das ações da Solpart Participações S.A. (“Solpart”), que por sua vez possuía 51,41% do capital votante e 18,93% do capital total da BrT Part.

O Contrato de Compra e Venda das Ações da Companhia (o “Contrato”), firmado em 25 de abril de 2008, foi divulgado através de fato relevante das companhias relacionadas ao evento na mesma data, sendo complementarmente publicados novos fatos relevantes relativos a eventos ou fatos inerentes ao respectivo Contrato.

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, na Rua General Polidoro 99.

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram aprovadas pela Administração em 18 de março de 2011.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As participações em controladas da Companhia estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta 2010	Indireta 2010	Direta 2009	Indireta 2009
14 Brasil Telecom Celular S.A. ("BrT Celular")	Telefonia móvel – Região II	100%		100%	
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BrT Multimídia")	Tráfego de dados	90,46%	100%	90,46%	
BrT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BrT Card")	Serviços financeiros	100%		100%	
Vant Telecomunicações Ltda	Comunicação multimídia	99,99%		99,99%	
Brasil Telecom Call Center S.A. ("BrT Call Center")	Serviços de centrais de atendimento e telemarketing	100%		100%	
BrT Serviços de Internet S.A. ("BrTI")	Holding	100%		100%	
Agência O Jornal da Internet Ltda	Internet	30%		30%	
iG Participações S.A. (iG Part)	Holding	0,16%	100%		100%
Internet Group do Brasil S.A (iG Brasil)	Internet	13,64%	100%	13,64%	100%
Nova Tarrafa Participações Ltda (NTPA)	Holding	100%		100%	
Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. ("BrT CS")	Tráfego de dados	99,99%		99,99%	
Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. ("BrT SCS Bermuda") (1)	Tráfego de dados	100%		100%	
Brasil Telecom of America Inc. ("BrT of America") (2)	Tráfego de dados	100%		100%	
Brasil Telecom de Venezuela, S.A. ("BrT Venezuela") (3)	Tráfego de dados	100%		100%	
Brasil Telecom de Colômbia, Empresa Unipersonal ("BrT Colômbia") (4)	Tráfego de dados	100%		100%	
SPE Centro-Oeste Participações S.A	Imobiliária	100%			
SPE Sul Participações S.A	Imobiliária	100%			
Copart 5 Participações S.A. ("Copart 5")	Investimentos em propriedades	100%			

Todas as controladas da BrT são sediadas no Brasil exceto as seguintes:

- 1) Sediada em Bermuda
- 2) Sediada nos Estados Unidos da America
- 3) Sediada na Venezuela
- 4) Sediada na Colômbia

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Reorganização societária da Companhia

A reorganização societária teve como objetivo a otimização da estrutura de controle, simplificação das participações societárias entre as empresas e o aproveitamento da sinergia entre as atividades aumentando a eficiência operacional. A reorganização foi realizada com base nos valores contábeis tendo em vista ser uma operação entre entidades sob controle comum.

A reorganização foi realizada em duas fases, ocorridas em 31 de julho e 30 de setembro de 2009, conforme descrito nas linhas abaixo:

- (i) Incorporação da Invitel pela sua controlada Solpart, com a absorção do patrimônio da Invitel pela Solpart e a consequente extinção da Invitel em 31 de julho de 2009.
- (ii) Incorporação da Solpart pela sua controladora Copart 1, com a absorção do patrimônio da Solpart pela Copart 1 e a consequente extinção da Solpart em 31 de julho de 2009.
- (iii) Incorporação da Copart 1 pela BrT Part, com a absorção do patrimônio da Copart 1 pela BrT Part, por meio da qual a Coari, detentora da totalidade das ações da Copart 1, recebeu ações da BrT Part em substituição às suas ações da Copart 1, que foi extinta em 31 de julho de 2009.
- (iv) Incorporação da Copart 2 pela Companhia, com a absorção do patrimônio da Copart 2, por meio da qual a Coari, detentora da totalidade das ações da Copart 2, recebeu ações da Companhia em substituição às suas ações da Copart 2, que foi extinta em 31 de julho de 2009.
- (v) Incorporação da BrT Part pela Companhia, com a absorção do patrimônio da BrT Part, que foi extinta em 30 de setembro de 2009. Desta forma a Coari passou a deter 48,20% do patrimônio da Companhia.

Após realizadas todas as incorporações, a Companhia incorporou um acervo líquido total no montante de R\$ 4.726.737, distribuído da seguinte forma:

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Caixa e equivalentes a caixa	235.943
Aplicações financeiras	1.346.085
Depósitos judiciais	118.714
Outros ativos circulantes	51.161
Tributos correntes sobre a renda	20.899
Tributos diferidos sobre a renda	3.334.343
Outros tributos	(119.991)
Outros ativos não circulantes	21
Imobilizado	3.371
Intangível	10
Passivo circulante	(138.766)
Provisões	(3.671)
Passivo não circulante	(121.382)
Acervo líquido incorporado	4.726.737

(i) A Companhia incorporou montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da BrT registrados pelas empresas incorporadas, de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil anteriormente às deliberações dos pronunciamentos técnicos CPC 15 e CPC 18, bem como a interpretação ICPC 09, tendo-se sido observada a adoção da Companhia ao RTT – Regime Tributário Transitório.

A composição acionária da BrT em 30 de setembro de 2009 passou a ser a seguinte:

Composição Acionária – Brasil Telecom S.A.						
Acionista	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Coari	161.990.001	79,63	128.675.049	32,20	290.665.050	48,20
Minoritários	41.433.175	20,37	257.690.765	64,49	299.123.940	49,60
Ações em Tesouraria			13.231.556	3,31	13.231.556	2,20
Total	203.423.176	100,00	399.597.370	100,00	603.020.546	100,00

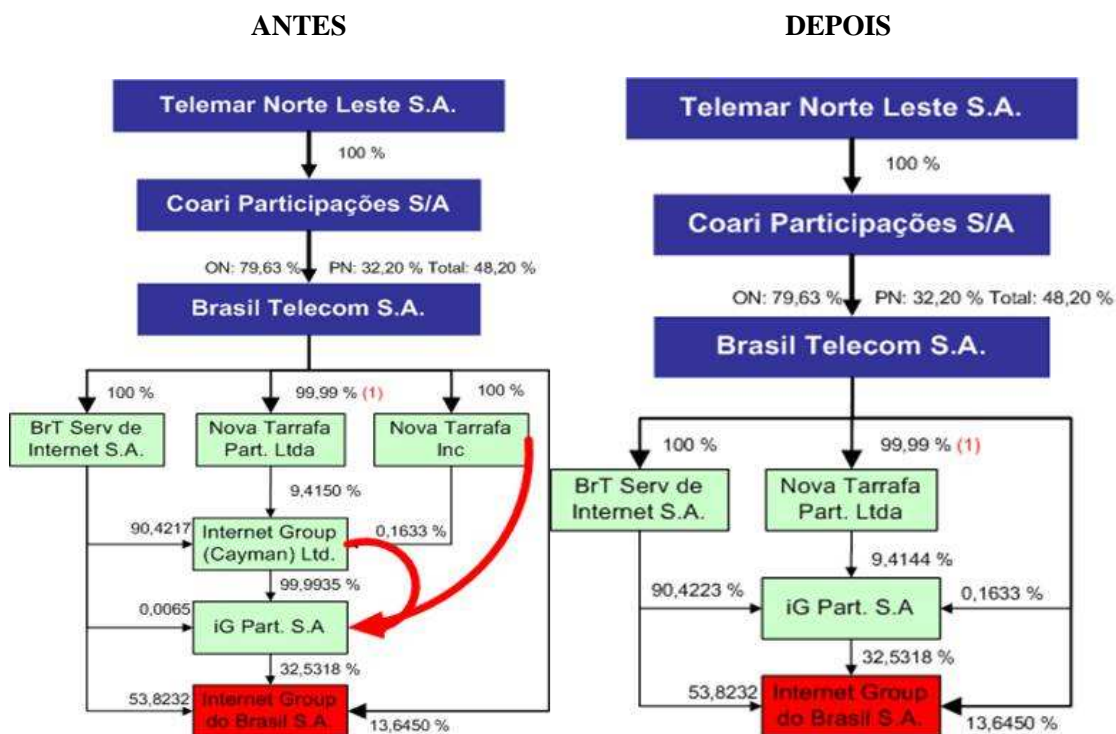
(b) Reorganização societária das empresas do segmento de internet do Grupo BrT

A Administração, visando preparar a Companhia para as futuras demandas da legislação brasileira relativas à composição de capital estrangeiro nas empresas de internet, em 30 de junho de 2010 efetuou a reorganização societária das empresas do seu segmento de internet, sejam operadoras e holdings, a qual abrangeu as incorporações pela iG Part das seguintes empresas: iG Cayman e Nova Tarrafa Inc. Essas reestruturações foram realizadas com base nos valores contábeis tendo em vista serem operações entre entidades sob controle comum, conforme abaixo demonstrado.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Abaixo estão resumidas as principais informações sobre a reorganização societária das empresas de internet:

Empresa incorporada pela iG Part	Acervo líquido	Relação de troca *
iG Cayman	(2.785)	2,00399169
Nova Tarrafa Inc.	322	125,12660374

* Quantidade de ações de iG Part por ação da empresa incorporada.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS - *International Financial Reporting Standards* emitidos pelo IASB - "*International Accounting Standards Board*" e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

As Demonstrações Financeiras Individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Essas Demonstrações Financeiras Consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as IFRSs e os CPCs. Na elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais, a Companhia e suas controladas adotaram os pronunciamentos técnicos aplicáveis emitidos em 2009 e 2010. Os efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na Nota 3.

b) Principais políticas contábeis

Critérios de consolidação

A consolidação foi elaborada de acordo com o IAS 27 / CPC 36 (R1) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 10).

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, respectivamente, como holding e operadora no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$).

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

Sendo assim a moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Demonstrações Financeiras.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

Empresas do grupo

A Companhia possui investimentos em empresas com sede no exterior, nenhuma das quais utiliza uma moeda funcional diferente do Real (R\$).

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui uma controlada na Venezuela, cuja economia é considerada hiperinflacionária pelo IAS 29/CPC 02 (R2), tendo inflação acumulada nos últimos três anos superando 100%.

A Administração da Companhia analisou o efeito da hiperinflação nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e concluiu que o impacto da atualização monetária no período é imaterial em razão do patrimônio líquido daquela controlada (base para os efeitos hiperinflacionários), em 31 de dezembro de 2010, ser de R\$ 1.689 (2009 – R\$ 2.625).

Itens não monetários indexados a moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas não possuem itens não monetários indexados a moeda estrangeira (distinta da moeda funcional e de apresentação), em razão das controladas no exterior representarem a extensão das operações de sua controladora brasileira.

Apresentação de informação por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Administração. Todos os resultados operacionais dos segmentos são analisados frequentemente para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados a Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado e ativos intangíveis que não ágio.

Combinações de negócios

Aquisições anteriores a 1 de janeiro de 2009

A Companhia optou por adotar a isenção para o reprocessamento das combinações de negócios ocorridas anteriormente à data de transição para as IFRS e CPC, 1 de janeiro de 2009, de acordo com o IFRS 1 / CPC 37. Sendo assim os excedentes pagos estão mensurados e classificados conforme sua fundamentação original. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura (“goodwill”), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos na conta de ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, cujo valor é apurado por meio de valorização das leituras realizadas nas datas de encerramento ou por estimativas considerando a performance histórica. Os respectivos tributos são também apurados e contabilizados por competência. As contas a receber decorrentes da comercialização de aparelhos celulares e acessórios estão registradas pelos valores das vendas realizadas, no momento em que as mercadorias são entregues e aceitas pelos clientes.

Os encargos das contas em atraso são reconhecidos contabilmente quando da emissão da conta do primeiro ciclo de faturamento subsequente ao pagamento da conta vencida.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Uma provisão para redução ao valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais do seu contas a receber.

O critério adotado para constituição da provisão de créditos de liquidação duvidosa considera as medidas que são tomadas para limitar os serviços proporcionados a clientes com contas vencidas e para cobrar tais contas, a começar quando o atraso é superior a 60 dias, aumentando progressivamente, como segue:

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Contas em atraso</u>	<u>% de perda provisionada</u>
De 1 a 60 dias	Zero
De 61 a 90 dias	40
De 91 a 120 dias	60
De 121 a 150 dias	80
Acima de 150 dias	100

Estoques

Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.
- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.
- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Financeiras de controladas são incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os encargos financeiros decorrentes de obrigações que financiam bens e obras enquanto em construção são capitalizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Companhia em seus vários segmentos de negócios.

As UGC são os segmentos de negócios da Companhia, tendo em vista ser a menor unidade separável com capacidade de geração de caixa.

As projeções do VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuidade, relatórios de desempenho, entre outras;
- Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas de retorno sobre os investimentos, valor de mercado das ações da Companhia, entre outras.

Para os ativos de vida útil indefinida as referidas projeções suportam a recuperação desses ativos. Adicionalmente, de acordo com as avaliações efetuadas pela Companhia, não houve evidências de perda de valor que gerassem a realização de projeções para os ativos com vida útil definida.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. A provisão de desmobilização de ativos foi ajustada a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia em razão da fluência da taxa utilizada no cálculo.

Na avaliação da Companhia, nenhum outro ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acréscidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida em moeda estrangeira.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nestas demonstrações financeiras a Companhia e suas controladas não fizeram uso da contabilidade de “*hedge*” (“*hedge accounting*”).

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os Instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

A Companhia e suas controladas possuem um programa de remuneração baseada em ações, no qual a obrigação será liquidada com instrumentos de patrimônio. Estas opções estão precificadas pelo valor justo na data de concessão dos planos e são reconhecidas de forma linear ao resultado pelo prazo de concessão da opção. Os saldos acumulados nas datas do balanço são reconhecidos em conta do patrimônio líquido.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

- Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

No plano de benefício definido se adota o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais pelo critério do corredor. O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes,

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

- Plano de opção de compra de ações - A Companhia possuía plano de opções de compra de ações outorgadas a administradores e empregados, liquidadas em ações. O valor justo dos serviços recebidos dos empregados em troca da garantia destas opções é determinado com referência no valor justo das opções, estabelecido na data de sua concessão. Até a alteração do controle da Companhia, ocorrida em janeiro de 2009, a Companhia manteve para seus administradores e empregados, opções de compra de ações de sua então controladora – BrT Part, classificadas como liquidadas em ações e em dinheiro. Tais opções foram parcialmente exercidas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, em decorrência da alteração do controle da Companhia.

O valor justo dos serviços recebidos dos empregados e administradores em troca da garantia de opções é reconhecido como despesa durante o período de aquisição de direito à opção. A Companhia revisa a estimativa do número de opções que são esperadas para aquisição, e reconhece os impactos desta revisão no resultado. As opções liquidadas em ações são registradas em despesa em contrapartida a um aumento no patrimônio líquido.

- Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como adiantamento de clientes e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas provenientes da venda de cartões indutivos (TUP – Telefonia de Uso Público) são registradas quando os créditos são efetivamente consumidos pelos clientes.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos e outras transações financeiras.

Para atendimento às disposições societárias, os juros sobre o capital próprio a serem imputados aos dividendos mínimos e obrigatórios são contabilizados como “Despesas financeiras”, sendo revertidos para “Lucros acumulados”, por serem, em essência, distribuições de resultados. Para não afetar os índices financeiros e permitir a comparabilidade entre os períodos apresentados, as reversões estão sendo apresentadas no grupo de despesas financeiras, anulando seus efeitos.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e diferido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado. Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas, já as subvenções que visam compensar o custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para as práticas contábeis internacionais representam informação financeira adicional.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03/IAS7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados à assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Provisões

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, conforme mencionado na Nota 2, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

A Administração da Companhia inclui entidades governamentais, clientes corporativos e outros fornecedores de serviços de telecomunicações na base de cálculo da provisão. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação do ativo imobilizado

O ativo imobilizado é depreciado, usando o método de depreciação linear no decorrer da vida útil dos ativos. As vidas úteis dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 18.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis dos ativos, levando-se em consideração as mudanças nas estimativas, com base na obsolescência técnica e avaliação por peritos externos.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (“*impairment*”) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado. Para os ativos de vida útil indefinida (“*goodwill*”) a Companhia anualmente testa eventuais perdas no ágio de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota 24. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis e decisões recentes, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos a valor justo com base em estimativas de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado. As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidar essas transações.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRS. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

d) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

(i) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1 de janeiro de 2011 ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009 e alterado em outubro de 2010. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização dos ativos financeiros da Companhia. A norma não é aplicável até 1 de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia. A Companhia ainda avaliará o impacto total do IFRS 9.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IAS 24 (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1 de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida.

A norma IAS 24 revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo. Quando aplicada, a Companhia e a controladora precisarão divulgar quaisquer transações entre suas controladas e coligadas. A Companhia ainda avaliará o impacto total do IAS 24 (revisado).

"Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provitamento de Fundos" (alteração ao IFRIC 14). As alterações corrigem uma consequência não intencional do IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provitamento de Recursos e sua Interação". Sem as alterações, as entidades não podem reconhecer como um ativo pagamentos antecipados voluntários para contribuições mínimas de provitamento de fundos. Essa não era a intenção quando o IFRIC 14 foi emitido, e as alterações corrigem isso. As alterações entram em vigor em períodos anuais iniciando em 1 de janeiro de 2011. Aplicação prévia é permitida. As alterações devem ser aplicadas retroativamente ao primeiro período comparativo apresentado. A Companhia está avaliando os impactos das alterações da interpretação deste pronunciamento nas suas Demonstrações Financeiras.

Aprimoramentos aos IFRS em 2010

As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 1 de janeiro de 2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil.

Norma	Principais exigências	Aplicações
IFRS 3 - "Combinações de Negócios"	<p>Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data da entrada em vigor do IFRS revisado.</p> <p>Esclarece que as alterações ao IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgações", IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", e IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que eliminam a isenção da contraprestação contingente, não se aplicam à contraprestação contingente que surgiu de combinações de negócios cujas datas de</p>	<p>Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1 de julho de 2010 de forma retrospectiva.</p>

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Norma	Principais exigências	Aplicações
	<p>aquisição precedem a aplicação do IFRS 3 (como revisado em 2008).</p> <p>Mensuração de participações não controladoras</p> <p>A escolha de mensurar as participações não controladoras ao valor justo ou pela parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida aplica-se somente a instrumentos que representam as atuais participações acionárias e dão direito aos seus detentores a uma parcela proporcional dos ativos líquidos no caso de liquidação. Todos os outros componentes de participação não controladora são mensurados ao valor justo, a menos que outra mensuração seja exigida pelo IFRS.</p>	<p>Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1 de julho de 2010. Aplicação prospectiva.</p>
IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros"	Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros.	1 de janeiro de 2011, aplicação retroativa.
IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras"	Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.	1 de janeiro de 2011, aplicação retroativa.
IAS 27 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas e separadas"	Esclarece que as consequentes alterações a partir do IAS 27 feitas ao IAS 21 - "Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio", IAS 28 - "Investimentos em Coligadas" e IAS 31 - "Participações em <i>Joint Ventures</i> ", aplicam-se prospectivamente a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2009, ou antes dessa data, quando o IAS 27(R) é aplicado antecipadamente.	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1 de julho de 2010, aplicação retroativa.
IFRIC 13 - "Programas de Fidelização de Clientes"	O significado de "valor justo" é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes.	1 de janeiro de 2011, aplicação prospectiva.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória

3 ADOÇÃO DO IFRS E DOS CPCs PELA PRIMEIRA VEZ

3.1 Base da transição

Aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1

As Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras Demonstrações Financeiras Consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As Demonstrações Financeiras Individuais da controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras Demonstrações Individuais Anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 a 43 na preparação destas Demonstrações Financeiras Individuais.

A data de transição é 1 de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS naquela data.

Na preparação dessas Demonstrações Financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

3.2 Isenções da aplicação retrospectiva completa utilizadas pela Companhia

Combinação de negócios

A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC 37 e, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1 de janeiro de 2009, data de transição. A Companhia manteve em suas Demonstrações Financeiras apenas saldos de ativos reconhecidos em conformidade com os CPC e as IFRS nas combinações de negócios anteriores à data de transição.

Diferenças acumuladas de conversão

A Companhia optou por fixar em zero os ajustes de conversão acumulada de anos anteriores para a data de transição de 1 de janeiro de 2009. Essa isenção foi aplicada a todas as controladas.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custo com desmobilização de ativos

A Companhia optou por reconhecer a obrigação existente relacionada aos custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de itens do ativo imobilizado, bem como a depreciação acumulada correspondente, na data de transição.

Isenções opcionais remanescentes não utilizadas pela Companhia

- a Companhia adota a regra de diferimento dos ganhos e perdas atuariais, aplicando-se as regras do corredor, onde somente são reconhecidos os ganhos e perdas atuariais que superem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício projetado acumulado, dos dois, o maior. De forma que, a isenção de reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais acumulados anteriores a 1 de janeiro de 2009 contra lucros acumulados não foi utilizada.
- pagamento baseado em ações e a contabilização dos arrendamentos mercantis, uma vez que as práticas contábeis brasileiras e os IFRSs já se encontram alinhadas com relação a essas transações para 2009;
- ativos e passivos de controladas e coligadas reconhecidos de acordo com o IFRS 1 / CPC 37 em data de transição posterior a da Companhia, uma vez que a Companhia, as controladas e coligadas adotaram a mesma data de transição para o IFRS. Desta forma os ativos e passivos das controladas e coligadas estão consistentes com as Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- instrumentos financeiros compostos porque a Companhia e suas controladas não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição;
- ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12, já que a Companhia e suas controladas não possuem contratos firmados sob o escopo desta interpretação; e
- a Companhia e suas controladas optaram pela não adoção do valor justo como custo atribuído ao ativo imobilizado conforme incentivado pelo ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 37 e 43, considerando que, o método de custo, deduzido de depreciação com base na vida útil estimada e, quando aplicável, deduzido da provisão para perdas do valor recuperável do ativo, é o melhor método para avaliar seu ativo imobilizado. A Administração da Companhia entende que tal valor representa melhor a essência econômica de suas operações. Portanto, os valores apresentados no ativo imobilizado líquido estão de acordo com as práticas contábeis atualmente adotadas no Brasil.

3.3 Exceções da aplicação retrospectiva utilizadas pela Companhia

A Companhia aplicou a seguinte exceção obrigatória na aplicação retrospectiva.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas Demonstrações Financeiras em 1 de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

- Exceção da contabilização de hedge uma vez que a Companhia não adota essa prática, que é opcional.
- Reversão de ativos e passivos financeiros.
- Participação de não controladores.

3.4 Conciliação entre BR GAAP antigo e IFRS/CPCs

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

a) Reclassificações

Depósitos judiciais

De acordo com o BR GAAP antigo, os valores dos depósitos judiciais vinculados às provisões e tributos com exigibilidade suspensa eram apresentados reduzindo as obrigações. De acordo com os CPC 26 e IAS 1, esses valores foram reclassificados para os ativos circulante e não circulante, uma vez que não existe exigência específica de norma contábil para a demonstração líquida das contingências.

Tributos sobre a renda e diferidos

De acordo com o CPC 26 e IAS 1, os tributos sobre a renda são apresentados de forma segregada de outros tributos. Adicionalmente, os ativos e passivos de tributos diferidos devem ser classificados como ativos e passivos não circulantes, sendo a parcela anteriormente classificada como circulante no antigo BR GAAP reclassificado.

Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o CPC 40 e IFRS 7, o valor contábil dos instrumentos financeiros derivativos reconhecidos a valor justo por meio do resultado devem ser apresentados de forma segregada no balanço patrimonial. Os instrumentos financeiros derivativos, anteriormente apresentados no grupo de empréstimos e financiamentos, foram reclassificados e apresentados em grupo separado no balanço patrimonial, sendo a parcela a receber reconhecida no ativo.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Participação de acionistas não controladores

De acordo com o CPC 26 e IAS 1, a participação dos acionistas não controladores são apresentadas como parte integrante do patrimônio líquido. Anteriormente tais participações eram apresentadas entre o passivo não circulante e o patrimônio líquido.

b) Equivalência patrimonial

A conciliação apresenta o reconhecimento dos efeitos de equivalência patrimonial sobre os ajustes provenientes da adoção dos CPCs e IFRS nas sociedades controladas.

c) Reestruturação societária

De acordo com o ICPC 09 e com as regras internacionais de contabilidade, não é permitido o procedimento de “*push down accounting*” de ativos reconhecidos em combinações de negócios quando da incorporação da empresa adquirente pela empresa adquirida (“incorporação reversa”), entretanto quando há evidência de efetivos benefícios econômicos a serem auferidos pela incorporação dos ativos reconhecidos, como no caso provável de redução futura de tributos, apenas os benefícios fiscais devem ser registrados na conta de “Tributos diferidos sobre a renda”, se atendidas as condições de reconhecimento previstas no CPC 32 (IAS 12).

A conciliação apresenta os efeitos do desreconhecimento da mais-valia do ativo imobilizado reconhecida nas incorporações mencionadas na Nota 1, e o reconhecimento dos benefícios fiscais originados das mais-valias reconhecidas na aquisição da BrT registradas pelas empresas incorporadas.

d) Diferimento de despesas com subsídios de aparelhos e taxa de ativação

De acordo com o antigo BR GAAP a BrT Celular diferia os gastos com subsídios de aparelhos celulares de planos pós-pagos para segmento corporativo e amortizava pelo período de 12 meses, que era o período de fidelidade acordado no contrato com o cliente. De acordo com o CPC 04 e IAS 38 essas despesas são registradas diretamente no resultado quando incorridas.

A conciliação apresenta os efeitos dos gastos com subsídios contabilizados como custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas.

De acordo com o antigo BR GAAP a BrT Celular diferia as despesas com a taxa de ativação e fiscalização da ANATEL - FISTEL e amortizava pelo período de 24 meses, que era o período médio de permanência dos clientes na base. De acordo com o CPC 04 e IAS 38 essas despesas não apresentam vínculo direto com o contrato de prestação de serviços e, portanto, são registradas diretamente no resultado quando incorridas.

A conciliação apresenta os efeitos das despesas com a taxa de ativação do cliente contabilizados como custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas.

A BrT Celular não constituiu créditos fiscais diferidos, pois não apresenta lucro tributável que

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

suporte sua recuperação.

e) Reconhecimento de receita

TUP - Telefone de uso Público

De acordo com o antigo BR GAAP a TMAR e a BrT reconheciam as receitas com vendas de cartões TUP quando os mesmos eram vendidos, enquanto que os custos eram reconhecidos quando os cartões eram utilizados. De acordo com o CPC 30 e IAS 18 – Receita as receitas com venda de cartões TUP foram mensuradas e reconhecidas com base na estimativa de consumo dos minutos pelos clientes.

f) Custo com desmobilização de ativos

A conciliação apresenta o reconhecimento dos custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de itens do ativo imobilizado, de acordo com os requerimentos exigidos pelo ICPC 12 e IFRIC 1.

g) Tributos diferidos sobre a renda

A conciliação apresenta as mudanças no Imposto de Renda e na Contribuição Social diferidos, de acordo com o CPC 32 (IAS 12), que representam os reflexos tributários sobre os ajustes necessários na convergência das Demonstrações Financeiras para os CPCs e as IFRS, quando aplicável.

h) Juros sobre capital próprio e dividendos

Dividendo mínimo obrigatório

De acordo com o BR GAAP antigo, os juros sobre o capital próprio e os dividendos eram reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tivessem sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com o IFRS, os dividendos são reconhecidos somente quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer proposta para pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado.

No caso de juros sobre capital próprio, como a Administração já possui autorização prévia do Conselho de Administração e se beneficia da dedutibilidade fiscal, estes são considerados já declarados.

Dividendos e juros sobre capital prescritos

De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo CPC 38 / IAS 39 nos casos em que as obrigações de passivos financeiros deixam de existir os efeitos provenientes desses passivos devem ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

A conciliação apresenta os efeitos dos dividendos e juros sobre capital próprios não reclamados, anteriormente registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****i) Efeitos dos ajustes sobre a Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia e de suas controladas mantiveram-se inalterados na adoção pela primeira vez do IFRS e dos CPCs, entretanto, a apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa sofre alterações devido aos ajustes que impactam algumas das rubricas desta demonstração.

j) Lucros acumulados

Exceto pelos itens de reclassificação, todos os ajustes acima com efeitos anteriores a data de transição foram registrados contra lucros acumulados em 1 de janeiro de 2009 e reclassificados para reservas de lucros.

k) Lucro por ação

Conforme as normas IAS 33 / CPC 41 o lucro por ação básico e diluído passou a ser calculado em base do número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. Anteriormente, o cálculo era feito em base do número de ações em circulação na data do encerramento do exercício.

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs e o IFRS nas seguintes datas:

Conciliação do patrimônio líquido na data de transição em 1 de janeiro de 2009

	CONTROLADORA						
	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2008	Reclassificações (a)	Reconhecimento de receitas (e)	Desmobilização de ativos (f)	Dividendos (h)	Efeito total das mudanças dos CPC's	De acordo com os CPC's 1/1/2009
Ativo Circulante	4.187.677	(28.108)				(28.108)	4.159.569
Caixa e equivalentes de Caixa	580.978						580.978
Aplicações Financeiras	135.672						135.672
Contas a Receber	1.959.083						1.959.083
Estoques	4.748						4.748
Tributos a recuperar	672.655	(672.655)				(672.655)	
Tributos correntes a recuperar		5.583				5.583	5.583
Outros tributos		327.151				327.151	327.151
Depósitos e bloqueios judiciais	673.834	311.813				311.813	985.647
Demais Ativos	160.707						160.707
Ativo Não Circulante	11.954.849	777.950	16.625	10.050		804.625	12.759.474
Tributos Diferidos e a recuperar	717.761	(717.761)				(717.761)	
Outros tributos		1.057.683	16.625	4.950		1.079.258	1.079.258
Depósitos e bloqueios judiciais	2.210.475	438.028				438.028	2.648.503
Demais Ativos	132.534						132.534
Investimentos	3.998.596			(2.180)		(2.180)	3.996.416
Imobilizado	4.333.280			7.280		7.280	4.340.560
Intangível	562.203						562.203
Ativo Total	16.142.526	749.842	16.625	10.050		776.517	16.919.043
Passivo Circulante	4.515.842	308.086	48.898	14.561	(79.719)	291.826	4.807.668

Notas Explicativas

**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**
**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Empréstimos e Financiamentos	1.468.344	(89.920)			(89.920)	1.378.424
Instrumentos financeiros derivativos		89.920			89.920	89.920
Fornecedores	1.333.291					1.333.291
Tributos a Recolher	584.096	(584.096)			(584.096)	
Tributos correntes a recolher		26.922			26.922	26.922
Outros tributos		646.855			646.855	646.855
Programa de refinanciamento fiscal	4.381					4.381
Dividendos e juros sobre capital próprio	340.785			(79.719)	(79.719)	261.066
Provisões	199.565	218.405			218.405	417.970
Salários, Encargos Sociais e Benefícios	142.855					142.855
Provisões para fundos de pensão	148.391					148.391
Autorizações e concessões a pagar	65.578					65.578
Demais Obrigações	228.556		48.898	14.561	63.459	292.015
Passivo Não Circulante	5.385.732	441.754		2.475	444.229	5.829.962
Empréstimos e Financiamentos	3.811.555	(132.153)			(132.153)	3.679.402
Instrumentos financeiros derivativos		132.153			132.153	132.153
Provisões	674.290	291.043			291.043	965.333
Tributos diferidos a recolher	234.607	(234.607)			(234.607)	
Outros tributos		385.318		2.475	387.793	387.793
Provisões para fundos de pensão	607.400					607.400
Demais Obrigações	57.880					57.880
Patrimônio Líquido	6.240.952		(32.273)	(6.985)	79.719	6.281.413
Capital social	3.470.758					3.470.758
Reservas de capital	1.338.246					1.338.246
Reservas de lucros	1.431.948		(32.273)	(6.985)	(39.258)	1.392.690
Dividendo adicional proposto					79.719	79.719
Passivo Total	16.142.526	749.840	16.625	10.051	776.516	16.919.043

CONSOLIDADO

	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2008	Reclassificações (a)	Reconhecimento de receitas (e)	Desmobilização de ativos (f)	Dividendos (h)	Efeito total das mudanças dos CPC's	De acordo com os CPC's 1/1/2009
Ativo Circulante	6.107.462	(146.924)				(146.924)	5.960.538
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.478.558						1.478.558
Aplicações Financeiras	561.867						561.867
Contas a Receber	2.210.090						2.210.090
Estoques	54.048						54.048
Tributos a recuperar	935.690	(935.690)				(935.690)	
Tributos correntes a recuperar		18.919				18.919	18.919
Outros tributos		452.788				452.788	452.788
Depósitos e bloqueios judiciais	678.972	317.059				317.059	996.031
Demais Ativos	188.237						188.237
Ativo Não Circulante	11.432.476	908.989	16.625	14.411		940.025	12.372.501
Tributos Diferidos a Recuperar	1.523.772	(1.523.772)				(1.523.772)	
Outros tributos		1.987.755	16.625	4.951		2.009.331	2.009.331
Depósitos e bloqueios judiciais	2.224.993	445.006				445.006	2.669.999
Demais Ativos	145.625						145.625
Investimentos	3.744						3.744
Imobilizado	5.902.124			9.460		9.460	5.911.584

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Intangível	1.632.218						1.632.218
Ativo Total	17.539.938	762.065	16.625	14.411		793.101	18.333.039
Passivo Circulante	4.759.943	313.735	48.898	18.921	(79.719)	301.835	5.061.778
Empréstimos e Financiamentos	760.627	(89.920)				(89.920)	670.707
Instrumentos financeiros derivativos		89.920				89.920	89.920
Fornecedores	1.889.543						1.889.543
Tributos a Recolher	717.911	(717.911)				(717.911)	
Tributos correntes a recolher		31.693				31.693	31.693
Outros tributos		777.377				777.377	777.377
Programa de refinanciamento fiscal	4.434						4.434
Dividendos e juros sobre capital próprio	340.785				(79.719)	(79.719)	261.066
Provisões	218.297	222.576				222.576	440.873
Salários, Encargos Sociais e Benefícios	193.394						193.394
Provisões para fundos de pensão	148.391						148.391
Autorizações e concessões a Pagar	160.074						160.074
Demais Obrigações	326.487		48.898	18.921		67.819	394.306
Passivo Não Circulante	6.539.043	453.985		2.475		456.460	6.995.504
Empréstimos e Financiamentos	4.125.351	(132.153)				(132.153)	3.993.198
Instrumentos financeiros derivativos		132.153				132.153	132.153
Provisões	710.380	297.711				297.711	1.008.091
Tributos diferidos a recolher	262.517	(262.517)				(262.517)	
Outros tributos		413.135		2.475		415.610	415.610
Programa de refinanciamento fiscal	713						713
Provisões para fundos de pensão	607.400						607.400
Autorizações e concessões a Pagar	623.585						623.585
Demais Obrigações	214.753						214.754
Participações minoritárias	(5.656)	5.656				5.656	
Patrimônio Líquido	6.240.952	(5.656)	(32.273)	(6.985)	79.719	34.805	6.275.757
Capital social	3.470.758						3.470.758
Reservas de Capital	1.338.246						1.338.246
Reservas de lucros	1.431.948		(32.273)	(6.985)		(39.258)	1.392.690
Dividendo adicional proposto					79.719	79.719	79.719
Patrimônio Líquido - Não Controlador		(5.656)				(5.656)	(5.656)
Passivo Total	17.539.938	762.065	16.625	14.411		793.101	18.333.039

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009

CONTROLADORA										
	BRGAAP originalme nte apresentad o 31/12/2009	Reclassifica ções (a)	Reestrutur ação societária (e)	Diferime nto subsídio (d)	Diferime nto taxa Fistel (d)	Reconheci mento de receita (e)	Desmobiliz ação de ativos (f)	Dividend os (h)	Efeito total das mudanças dos CPC's	De acordo com os CPC's 31/12/2009
Ativo Circulante	3.751.720	631.351							631.351	4.383.071
Caixa e equivalentes de Caixa	705.836									705.836
Aplicações Financeiras	118.476									118.476
Contas a Receber	1.769.378									1.769.378
Estoques	2.280									2.280
Tributos a recuperar	711.360	(711.360)							(711.360)	
Tributos correntes a recuperar		66.950							66.950	66.950
Outros tributos		331.128							331.128	331.128
Depósitos e bloqueios judiciais	285.164	944.633							944.633	1.229.797
Demais Ativos	159.226									159.226
Ativo Não Circulante	17.012.706	2.533.395	(1.145.728)	(1.777)	(29.539)	2.573	9.801		1.368.725	18.381.431
Tributos Diferidos e a recuperar	4.140.948	(4.140.948)							(4.140.948)	
Outros tributos		4.454.230	590.224			2.573	5.152		5.052.179	5.052.179
Créditos com controladas	1.342.313									1.342.313
Depósitos e bloqueios judiciais	1.421.971	2.220.113							2.220.113	3.642.084
Demais Ativos	166.936									166.936
Investimentos	3.955.331			(1.777)	(29.539)		(2.357)		(33.673)	3.921.658
Imobilizado	5.476.413		(1.735.952)				7.006		(1.728.946)	3.747.467
Intangível	508.794									508.794
Ativo Total	20.764.426	3.164.746	(1.145.728)	(1.777)	(29.539)	2.573	9.801		2.000.076	22.764.502
Passivo Circulante	4.147.048	940.905				7.570	15.156		963.631	5.110.679
Empréstimos e Financiamentos	1.502.029	(133.389)							(133.389)	1.368.640
Instrumentos financeiros derivativos		133.389							133.389	133.389
Fornecedores	1.131.439									1.131.439
Tributos a Recolher	551.409	(551.409)							(551.409)	
Tributos correntes a recolher		10.826							10.826	10.826
Outros tributos		659.790							659.790	659.790
Programa de refinanciamento fiscal	27.704									27.704
Dividendos e juros sobre capital próprio	104.779									104.779
Provisões	340.556	821.698							821.698	1.162.254
Salários, Encargos Sociais e Benefícios	68.972									68.972
Provisões para fundos de pensão	104.533									104.533
Demais Obrigações	315.627					7.570	15.156		22.726	338.353
Passivo Não Circulante	5.522.477	2.223.840					2.383		2.226.223	7.748.700
Empréstimos e Financiamentos	3.096.298	(64.891)							(64.891)	3.031.407
Instrumentos financeiros derivativos		64.891							64.891	64.891
Provisões	1.240.059	1.944.853							1.944.853	3.184.912
Tributos diferidos a recolher	236.107	(236.107)							(236.107)	
Outros tributos		515.094							515.094	515.094
Programa de refinanciamento fiscal	327.347									327.347
Provisões para fundos de pensão	575.180									575.180
Demais Obrigações	47.486									47.486
Patrimônio Líquido	11.094.901		(1.145.728)	(1.777)	(29.539)	(4.997)	(7.737)		(1.189.778)	9.905.123
Capital social	3.731.059									3.731.059

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Reservas de capital	6.980.315		(1.260.397)					(1.260.397)	5.719.918
Reservas de lucros	383.527		114.669	(1.777)	(29.539)	(4.997)	(7.737)	70.619	454.146
Passivo Total	20.764.426	3.164.745	(1.145.728)	(1.777)	(29.539)	2.573	9.802	2.000.076	22.764.502

CONSOLIDADO

	BRGAAP originalme nte apresentad o 31/12/2009	Reclassifica ções (a)	Reestrutur ação societária (e)	Diferi mento subsidi o (d)	Diferimento taxa Fistel (d)	Reconheci mento de receita (e)	Desmobiliz ação de ativos (f)	Dividendos (h)	Efeito total das mudanças dos CPC's	De acordo com os CPC's 31/12/2009
Ativo Circulante	5.607.544	543.280		(1.777)	(21.985)				519.518	6.127.062
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.717.441									1.717.441
Aplicações Financeiras	381.951									381.951
Contas a Receber	1.992.141									1.992.141
Estoques	42.063									42.063
Tributos a recuperar	1.001.255	(1.001.255)							(1.001.255)	
Tributos correntes a recuperar		122.852							122.852	122.852
Outros tributos		461.591							461.591	461.591
Depósitos e bloqueios judiciais	293.224	960.092							960.092	1.253.316
Demais Ativos	179.469			(1.777)	(21.985)				(23.762)	155.707
Ativo Não Circulante	16.927.409	2.645.816	(1.145.728)		(7.554)	2.573	14.342		1.509.449	18.436.858
Tributos Diferidos a Recuperar	5.052.839	(5.052.839)							(5.052.839)	
Outros tributos		5.469.651	590.224			2.573	5.154		6.067.602	6.067.602
Créditos com controladas	1.674.750									1.674.750
Depósitos e bloqueios judiciais	1.441.950	2.229.004							2.229.004	3.670.954
Demais Ativos	186.687				(7.554)				(7.554)	179.133
Investimentos	5.374									5.374
Imobilizado	6.993.405		(1.735.952)				9.188		(1.726.764)	5.266.641
Intangível	1.572.404									1.572.404
Ativo Total	22.534.953	3.189.096	(1.145.728)	(1.777)	(29.539)	2.573	14.342		2.028.967	24.563.920
Passivo Circulante	4.440.041	956.365				7.570	19.696		983.631	5.423.672
Empréstimos e Financiamentos	1.003.352	(133.389)							(133.389)	869.963
Instrumentos financeiros derivativos		133.389							133.389	133.389
Fornecedores	1.554.278									1.554.278
Tributos a Recolher	703.219	(703.219)							(703.219)	
Tributos correntes a recolher		38.547							38.547	38.547
Outros tributos		793.374							793.374	793.374
Programa de refinanciamento fiscal	29.683									29.683
Dividendos e juros sobre capital próprio	104.779									104.779
Provisões	367.053	827.663							827.663	1.194.716
Salários, Encargos Sociais e Benefícios	120.082									120.082
Provisões para fundos de pensão	104.533									104.533

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Autorizações e concessões a Pagar	99.240								99.240
Demais Obrigações	353.822			7.570	19.696			27.266	381.088
Passivo Não Circulante	7.000.011	2.232.217				2.383		2.234.600	9.234.611
Empréstimos e Financiamentos	3.637.497	(64.891)						(64.891)	3.572.606
Instrumentos financeiros derivativos		64.891						64.891	64.891
Provisões	1.285.319	1.953.448						1.953.448	3.238.767
Tributos diferidos a recolher	276.225	(276.225)						(276.225)	
Outros tributos		555.508				2.383		557.891	557.891
Programa de refinanciamento fiscal	355.051								355.051
Provisões para fundos de pensão	575.180								575.180
Autorizações e concessões a Pagar	609.848								609.848
Demais Obrigações	260.377								260.377
Participações minoritárias	514	(514)						(514)	
Patrimônio Líquido	11.094.901	514	(1.145.728)	(1.777)	(29.539)	(4.997)	(7.737)	(1.189.264)	9.905.637
Capital social	3.731.059								3.731.059
Reservas de Capital	6.980.315		(1.260.397)					(1.260.397)	5.719.918
Reservas de lucros	383.527		114.669	(1.777)	(29.539)	(4.997)	(7.737)	70.619	454.146
Patrimônio Líquido - Não Controlador		514						514	514
Passivo Total	22.534.953	3.189.096	(1.145.728)	(1.777)	(29.539)	2.573	14.342	2.028.967	24.563.920

Conciliação do lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	CONTROLADORA									
	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Reestruturação societária (e)	Diferimento subsídio (d)	Diferimento taxa Físel (d)	Reconhecimento de receita (e)	Desmobilização de ativos (f)	Dividendos (h)	Efeito total das mudanças dos CPC's	De acordo com os CPC's 31/12/2009	
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	8.954.960				41.328			41.328	8.996.288	
Custo Serviços Prestados e das Mercadorias Vendidas	(4.719.752)	173.741				(871)		172.870	(4.546.882)	
Lucro bruto	4.235.208	173.741			41.328	(871)		214.198	4.449.406	
Receitas (despesas) operacionais	(5.438.728)		(1.777)	(29.539)		(177)	11.501	(19.992)	(5.458.720)	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(46.664)		(1.777)	(29.539)		(177)		(31.493)	(78.157)	
Comercialização dos serviços Gerais e Administrativas	(1.072.013)								(1.072.013)	
Outras despesas operacionais	(1.128.191)								(1.128.191)	
Outras despesas operacionais	(3.191.860)						11.501	11.501	(3.180.359)	
Resultado financeiro	(319.700)								(319.700)	
Receita Financeira	434.951								434.951	
Despesa Financeira	(754.651)								(754.651)	
Resultado operacional	(1.523.220)	173.741	(1.777)	(29.539)	41.328	(1.048)	11.501	194.206	(1.329.014)	
Prejuízo antes das tributações	(1.523.220)	173.741	(1.777)	(29.539)	41.328	(1.048)	11.501	194.206	(1.329.014)	
Corrente	(448.012)								(448.012)	
Diferido	828.543	(59.072)			(14.052)	296		(72.828)	755.715	
Prejuízo do exercício	(1.142.689)	114.669	(1.777)	(29.539)	27.276	(752)	11.501	121.378	(1.021.311)	

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

CONSOLIDADO									
	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Reestrur ação societária (e)	Diferiment o subsídio (d)	Diferiment o taxa Fistel (d)	Reconheci mento de receita (e)	Desmobiliz ação de ativos (f)	Dividend os (h)	Efeito total das mudanças dos CPC's	De acordo com os CPC's 31/12/2009
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	10.878.562				41.328			41.328	10.919.890
Custo dos Serviços Prestados e das Mercadorias Vendidas	(5.905.598)	173.741	(1.777)	(29.539)		(1.048)		141.377	(5.764.221)
Lucro bruto	4.972.964	173.741	(1.777)	(29.539)	41.328	(1.048)		182.705	5.155.669
Receitas (despesas) operacionais	(6.243.819)						11.501	11.501	(6.232.318)
Resultado de Equivalência Patrimonial									
Comercialização dos serviços	(1.417.845)								(1.417.845)
Gerais e Administrativas	(1.434.808)								(1.434.808)
Outras despesas operacionais	(3.391.166)						11.501	11.501	(3.379.665)
Resultado financeiro	(281.349)								(281.349)
Receita Financeira	630.247								630.247
Despesa Financeira	(911.596)								(911.596)
Resultado operacional	(1.552.204)	173.741	(1.777)	(29.539)	41.328	(1.048)	11.501	194.206	(1.357.998)
Prejuízo antes das tributações	(1.552.204)	173.741	(1.777)	(29.539)	41.328	(1.048)	11.501	194.206	(1.357.998)
Corrente	(449.903)								(449.903)
Diferido	861.418	(59.072)			(14.052)	296		(72.828)	788.590
Prejuízo do exercício	(1.140.689)	114.669	(1.777)	(29.539)	27.276	(752)	11.501	121.378	(1.019.311)
Prejuízo líquido atribuído aos controladores	(1.142.689)	114.669	(1.777)	(29.539)	27.276	(752)	11.501	121.378	(1.021.311)
Prejuízo líquido atribuído aos não controladores	2.000								2.000

Conciliação dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

Fluxos de caixa	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Efeito total das mudanças dos CPC's	De acordo com os CPC's 31/12/2009	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Efeito total das mudanças dos CPC's	De acordo com os CPC's 31/12/2009
Atividades operacionais	2.720.779	76.386	2.797.165	3.237.051	336.153	3.573.204
Atividades de investimentos	(2.162.054)	142.485	(2.019.569)	(2.987.888)	(17.228)	(3.005.116)
Atividades de financiamentos	(712.223)	(176.458)	(888.681)	(288.637)	(276.512)	(565.149)

A CVM através da Deliberação nº 656, de 25 de janeiro de 2011, que acrescentou o art 2º-A a Deliberação CVM nº 603, de 10 de novembro de 2009, requer que as companhias abertas que, até a data da apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício social iniciado a partir de 1 de janeiro de 2010, não tiverem reapresentado os seus ITR de 2010, incluam nessas demonstrações anuais nota explicativa evidenciando, para cada trimestre de 2010 e 2009, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

Estas Informações Trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A seguir apresentamos as conciliações de patrimônio líquido e resultado para os trimestres de 2010 e de 2009.

Conciliação do Patrimônio Líquido

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO					
	Em 31 de março		Em 30 de junho		Em 30 de setembro	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Patrimônio Líquido original conforme BRGAAP	11.395.059	6.170.899	11.631.888	4.733.047	12.066.553	10.979.494
Participações minoritárias original conforme o BR GAAP	484	(5.555)	455	(3.335)	424	479
Patrimônio Líquido conforme BRGAAP	11.395.543	6.165.344	11.632.343	4.729.712	12.066.977	10.979.973
Reestruturação societária	(1.051.503)		(948.316)		(849.423)	(1.257.159)
Diferimento subsídio	(2.232)		(2.557)		(3.509)	(2.405)
Diferimento taxa Fistel	(30.145)		(26.814)	(25.337)	(24.647)	(31.635)
Reconhecimento de receita	(16.314)	(12.778)	(15.668)	(16.475)	(9.125)	(12.942)
Desmobilização de ativos	(8.068)	(7.170)	(8.402)	(7.357)	(8.739)	(7.546)
Dividendos		79.719				
Patrimônio Líquido conforme IFRS	10.287.281	6.225.115	10.630.586	4.680.543	11.171.534	9.668.286
Atribuído a:						
Controlador	10.286.797	6.230.670	10.630.131	4.683.878	11.171.110	9.667.807
Não controladores	484	(5.555)	455	(3.335)	424	479

Conciliação do Lucro (prejuízo) Líquido

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO					
	Em 31 de março		Em 30 de junho		Em 30 de setembro	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Lucro (prejuízo) Líquido conforme BRGAAP	300.158	(79.557)	536.987	(1.517.409)	944.304	(1.258.096)
Participações minoritárias original conforme os BR GAAP	(29)	45	(60)	1.421	(90)	1.964
Lucro (prejuízo) Líquido conforme BRGAAP	300.129	(79.512)	536.927	(1.515.988)	944.214	(1.256.132)
Reestruturação societária	94.225		197.412		296.305	3.239
Diferimento subsídio	(455)		(780)		(1.732)	(2.405)
Diferimento taxa Fistel	(606)		2.725	(25.337)	4.892	(31.635)
Reconhecimento de receita	(11.317)	19.495	(10.671)	15.798	(4.128)	19.331
Desmobilização de ativos	(331)	(185)	(665)	(372)	(1.002)	(561)
Dividendos		11.501		11.501	27.350	11.501
Lucro líquido conforme os CPCs e as IFRS	381.645	(48.701)	724.948	(1.514.398)	1.265.899	(1.256.662)
Atribuído a:						
Controlador	381.674	(48.746)	725.008	(1.515.819)	1.265.989	(1.258.626)
Não controladores	(29)	45	(60)	1.421	(90)	1.964

Os efeitos reconhecidos no resultado da controladora originados pela aplicação dos CPCs nas suas controladas, e que são apresentados em uma linha específica de resultado de equivalência patrimonial, por trimestre estão apresentados a seguir: 31 de março de 2010, ganho de R\$ 1.162 (2009 – uma perda de R\$ 44), 30 de junho de 2010, ganho de R\$ 1.743 (2009 – uma perda de R\$ 25.425) e 30 de setembro de 2010, ganho de R\$ 2.856 (2009 – uma perda de R\$ 34.172).

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela administração. A Política de Gestão de Riscos Financeiros da Oi ("Política"), aprovada pelo Conselho de Administração formaliza a gestão de exposição a fatores de risco de mercado gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. De acordo com a Política, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como "swaps", termo de moedas e opções. A TNL e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação da Política, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Desenvolvimento de Tecnologia e Estratégia e Diretor de Tesouraria do Grupo Oi. O Comitê se reúne mensalmente para supervisionar o enquadramento da Política. Bimestralmente, a Diretoria apresenta ao Conselho de Administração relatórios de acompanhamento da Política.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. Assim, podem existir instrumentos financeiros com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos “*swap*” foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para contratos em que as condições de contratação atuais são semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram ou que não apresentam parâmetros para cotação ou contratação, os valores justos são semelhantes aos valores contábeis.

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2010			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	1.788.001	1788.001	3.216.937	3.216.937
Aplicações financeiras	Valor justo	582.115	582.115	832.077	832.077
Contas a receber	Custo amortizado	1.718.789	1.718.789	2.069.908	2.069.908
Créditos com empresas ligadas	Custo amortizado	1.548	1.548	1.911.134	2.042.397
Passivos					
Fornecedores	Custo amortizado	1.328.617	1.328.617	1.636.598	1.636.598
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (*)	Custo amortizado	3.031.001	3.031.001	3.272.233	3.272.233
Debêntures	Custo amortizado	1.092.853	1.123.890	1.092.853	1.123.890
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	70.719	70.719	70.719	70.719
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	568.840	568.840	568.840	568.840
Participação no resultado	Custo amortizado	60.197	60.197	96.344	96.344
Autorizações e concessões a pagar	Custo amortizado	56.759	56.759	756.631	756.631

(*) Parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES, que não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes significativos de valor justo.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2009			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	705.836	705.836	1.717.441	1.717.441
Aplicações financeiras	Valor justo	118.476	118.476	381.951	381.951
Contas a receber	Custo amortizado	1.769.378	1.769.378	1.992.141	1.992.141
Créditos com empresas ligadas	Custo amortizado	1.371.321	1.523.456	1.674.750	1.864.563
Passivos					
Fornecedores	Custo amortizado	1.131.439	1.131.439	1.554.278	1.554.278
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	3.309.461	3.384.650	3.351.983	3.430.927
Debêntures	Custo amortizado	1.090.586	1.135.191	1.090.586	1.135.191
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	198.280	198.280	198.280	198.280
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	104.779	104.779	104.779	104.779
Participação no resultado	Custo amortizado	23.698	23.698	36.474	36.474
Autorizações e concessões a pagar	Custo amortizado			709.088	709.088

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		01/01/2009			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	580.978	580.978	1.478.558	1.478.558
Aplicações financeiras	Valor justo	135.672	135.672	561.867	561.867
Contas a receber	Custo amortizado	1.959.083	1.959.083	2.210.090	2.210.090
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	29.179	29.179	29.179	29.179
Passivos					
Fornecedores	Custo amortizado	1.333.291	1.333.291	1.889.543	1.889.543
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	3.965.920	3.990.937	3.571.999	3.597.016
Debêntures	Custo amortizado	1.091.906	1.058.712	1.091.906	1.058.712
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	222.073	222.073	222.073	222.073
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	261.066	261.066	261.066	261.066
Participação no resultado	Custo amortizado	62.579	62.579	20.984	20.984
Autorizações e concessões a pagar	Custo amortizado	65.578	65.578	783.659	783.659

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas à dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 — Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo. Nossos equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 1, pois são mensurados utilizando preços de mercado. Nossos instrumentos financeiros derivativos são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2010, 2009 e na data de transição de 1 de janeiro de 2009:

Descrição	CONTROLADORA			
	2010	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	1.788.001		1.788.001	
Aplicações financeiras	582.115		582.115	
Total dos ativos	2.370.116		2.370.116	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	70.719		70.719	
Total do passivo	70.719		70.719	

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	CONSOLIDADO			
	2010	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	3.216.937		3.216.937	
Aplicações financeiras	832.077		832.077	
Total dos ativos	4.049.014		4.049.014	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	70.719		70.719	
Total do passivo	70.719		70.719	

Descrição	CONTROLADORA			
	2009	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	705.836		705.836	
Aplicações financeiras	118.476		118.476	
Total dos ativos	824.312		824.312	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	198.280		198.280	
Total do passivo	198.280		198.280	

Descrição	CONSOLIDADO			
	2009	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	1.717.441		1.717.441	
Aplicações financeiras	381.951		381.951	
Total dos ativos	2.099.392		2.099.392	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	198.280		198.280	
Total do passivo	198.280		198.280	

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	CONTROLADORA			
Descrição	01/01/2009	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	580.978		580.978	
Aplicações financeiras	135.672		135.672	
Instrumentos financeiros derivativos	29.179		29.179	
Total dos ativos	745.829		745.829	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	222.073		222.073	
Total do passivo	222.073		222.073	

	CONSOLIDADO			
Descrição	01/01/2009	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	1.478.558		1.478.558	
Aplicações financeiras	561.867		561.867	
Instrumentos financeiros derivativos	29.179		29.179	
Total dos ativos	2.069.604		2.069.604	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	222.073		222.073	
Total do passivo	222.073		222.073	

Ajuste a valor presente

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar: todas as obrigações advindas das aquisições de autorizações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de taxa de câmbio

A Companhia possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos sujeitos a esse risco representam cerca de 1,3% (2009 – 11,9% e 01/01/2009 – 16,7%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, a Companhia tem contratado operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida em moeda estrangeira e cesta de moedas do BNDES 100,0% (2009 – 39,4% e 01/01/2009 – 60,5%) está coberta por operações de proteção nas modalidades “*swap*” cambial e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção, na modalidade “*swap*” cambial são registrados no resultado como ganho ou perda, de acordo com a situação de cada instrumento.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO										
				Valor de referência (nocial)			Valor justo			Valores a pagar ou a receber no período (“ <i>accrual</i> ”)	
	Indexador	Vencimento	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009	Valor a receber / (recebido)	Valor a pagar / (pagar)	
Contratos de “<i>swap</i>”											
Posição ativa											
Moeda estrangeira – Iene (i)	VC + 1,9%	Mar/2011	54.111	165.342	280.703	44.396	122.845	277.774	44.195		
Posição passiva											
Taxa de juros – CDI (i)	93,2% a 97,0% CDI	Mar/2011	(54.111)	(165.342)	(280.703)	(115.115)	(321.125)	(499.428)		(115.225)	
Valor líquido						(70.719)	(198.280)	(221.654)	(71.030)		
Contratos de opções											
Posição titular - compra											
Moeda estrangeira - Dólar		Fev/2009			US\$ 80.000			29.179			
Posição lançadora - venda											
Moeda estrangeira - Dólar		Fev/2009			US\$ (64.000)			(419)			

(i) “*Swap*” de Iene para CDI (“*plain vanilla*”)

Contraparte: Citibank, JP Morgan e Santander.

A Companhia contratou em 2004 operações de “*swap*” cambial (“*plain vanilla*”) para proteger o fluxo de caixa referente ao seu passivo denominado em Iene com vencimento final em março de 2011. De acordo com esses contratos, a Companhia possui posição ativa em Iene, acrescida de taxa pré-fixada, e posição passiva atrelada a um percentual da taxa de juros de um dia (CDI), protegendo, assim, contra o risco de variação cambial do Iene versus o Real, o que em termos efetivos representou uma troca do custo de Iene acrescido de 1,9% a.a. para uma taxa média ponderada de 95,9% do CDI no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. As operações foram devidamente registradas na CETIP S.A. e não há a exigência de margem de garantia nesses contratos.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tendo em vista que os fluxos da posição ativa dos contratos de “*swap*” serão compensados pelos fluxos passivos da dívida denominada em Ienes, a Companhia considera que o risco de estar passiva em taxa de juros de um dia (CDI) é a elevação do CDI. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item a) acima.

Em 31 de dezembro de 2010, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos uma perda de R\$ 8.899 (2009 – uma perda de R\$ 100.930) na controladora e uma perda de R\$ 8.899 (2009 – uma perda de R\$ 100.930) no consolidado (vide Nota 8).

Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do exercício, a administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas com base no Dólar (PTAX de venda) do encerramento do exercício. Para o cenário provável, foi utilizada a mesma taxa de Dólar do encerramento do exercício. A taxa provável foi então desvalorizada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Cenários de taxas de câmbio			
Descrição	Taxa		Desvalorização
	2010	2009	
<i>Cenário Provável</i>			
Dólar	1,6662	1,7412	0%
Iene	0,0203	0,018832	0%
Cesta de Moedas	0,033457	0,033995	0%
<i>Cenário Possível</i>			
Dólar	2,0828	2,1765	25%
Iene	0,025375	0,02354	25%
Cesta de Moedas	0,041821	0,042494	25%
<i>Cenário Remoto</i>			
Dólar	2,4993	2,6118	50%
Iene	0,03045	0,028248	50%
Cesta de Moedas	0,050186	0,050993	50%

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento do exercício e nas taxas de câmbio apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. O impacto das desvalorizações hipotéticas do Real frente a outras moedas pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de desvalorização. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente dos passivos.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONTROLADORA					
Operação	Risco individual	Fluxo futuro de pagamentos por período			
		Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
<i>Cenário Provável</i>					
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.818	763	62	2.643
Dívidas em Iene	Alta do Iene	44.828			44.828
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(44.606)			(44.606)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	9.213			9.213
Total vinculado a taxas de câmbio		11.253	763	62	12.078
<i>Cenário Possível</i>					
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	2.273	954	78	3.305
Dívidas em Iene	Alta do Iene	56.035			56.035
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(55.758)			(55.758)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	11.516			11.516
Total vinculado a taxas de câmbio		14.066	954	78	15.098
<i>Cenário Remoto</i>					
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	2.727	1.145	93	3.965
Dívidas em Iene	Alta do Iene	67.242			67.242
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(66.909)			(66.909)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	13.820			13.820
Total vinculado a taxas de câmbio		16.880	1.145	93	18.118
<i>Impactos</i>					
Cenário Possível - Cenário Provável		2.813	191	16	3.020
Dólar		455	191	16	662
Iene		55			55
Cesta		2.303			2.303
Cenário Remoto - Cenário Provável		5.627	382	31	6.040
Dólar		909	382	31	1.322
Iene		111			111
Cesta		4.607			4.607

Inexistem fluxos em períodos superiores a cinco anos.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO						
Operação	Risco individual	Fluxo futuro de pagamentos por período				
		Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
<i>Cenário Provável</i>						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.818	763	62		2.643
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(84.239)				(84.239)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	44.828				44.828
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(44.606)				(44.606)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	9.213				9.213
Total vinculado a taxas de câmbio		(72.986)	763	62		(72.161)
<i>Cenário Possível</i>						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	2.273	954	78		3.305
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(105.299)				(105.299)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	56.035				56.035
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(55.758)				(55.758)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	11.516				11.516
Total vinculado a taxas de câmbio		(91.233)	954	78		(90.201)
<i>Cenário Remoto</i>						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	2.727	1.145	93		3.965
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(126.359)				(126.359)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	67.242				67.242
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(66.909)				(66.909)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	13.820				13.820
Total vinculado a taxas de câmbio		(109.479)	1.145	93		(108.241)
<i>Impactos</i>						
Cenário Possível - Cenário Provável		(18.247)	191	16		(18.040)
Dólar		(20.605)	191	16		(20.398)
Iene		55				55
Cesta		2.303				2.303
Cenário Remoto - Cenário Provável		(36.493)	382	31		(36.080)
Dólar		(41.211)	382	31		(40.798)
Iene		111				111
Cesta		4.607				4.607

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O valor justo dos instrumentos sujeitos a risco de taxa de câmbio sofreriam os seguintes impactos nos cenários estimados:

CONTROLADORA		
Impactos no valor justo dos instrumentos passivos		
Operação	Risco	Saldo em 2010
<i>Cenário Provável</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	2.617
Dívidas em Iene	Alta do Iene	44.546
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(44.396)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	9.068
Total vinculado a taxas de câmbio		11.835
<i>Cenário Possível</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.271
Dívidas em Iene	Alta do Iene	55.683
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(55.495)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	11.335
Total vinculado a taxas de câmbio		14.794
<i>Cenário Remoto</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.926
Dívidas em Iene	Alta do Iene	66.819
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(66.594)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	13.602
Total vinculado a taxas de câmbio		17.753
<i>Impactos</i>		
Cenário Possível - Cenário Provável		2.959
Dólar		654
Iene		38
Cesta de Moedas		2.267
Cenário Remoto - Cenário Provável		5.918
Dólar		1.309
Iene		75
Cesta de Moedas		4.534

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONTROLADORA		
Impactos no Valor Justo dos Instrumentos Passivos		
Operação	Risco	Saldo em 2009
<i>Cenário Provável</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	371.475
Dívidas em Iene	Alta do Iene	122.709
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(122.845)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	37.689
Total vinculado a taxas de câmbio		409.028
<i>Cenário Possível</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	464.344
Dívidas em Iene	Alta do Iene	153.386
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(153.556)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	47.111
Total vinculado a taxas de câmbio		511.285
<i>Cenário Remoto</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	557.213
Dívidas em Iene	Alta do Iene	184.064
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(184.268)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	56.534
Total vinculado a taxas de câmbio		613.543
<i>Impactos</i>		
Cenário Possível - Cenário Provável		102.257
Dólar		92.869
Iene		(34)
Cesta de Moedas		9.422
Cenário Remoto - Cenário Provável		204.515
Dólar		185.738
Iene		(68)
Cesta de Moedas		18.845

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO		
Impactos no valor justo dos instrumentos passivos		
Operação	Risco	Saldo em 2010
<i>Cenário Provável</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	2.617
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(84.239)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	44.546
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(44.396)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	9.068
Total vinculado a taxas de câmbio		(72.404)
<i>Cenário Possível</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.271
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(105.299)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	55.683
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(55.495)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	11.335
Total vinculado a taxas de câmbio		(90.505)
<i>Cenário Remoto</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.926
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(126.359)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	66.819
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(66.594)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	13.602
Total vinculado a taxas de câmbio		(108.606)
<i>Impactos</i>		
Cenário Possível - Cenário Provável		(18.101)
Dólar		(20.406)
Iene		38
Cesta de Moedas		2.267
Cenário Remoto - Cenário Provável		(36.202)
Dólar		(40.811)
Iene		75
Cesta de Moedas		4.534

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO		
Impactos no Valor Justo dos Instrumentos Passivos		
Operação	Risco	Saldo em 2009
<i>Cenário Provável</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	371.475
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(87.151)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	122.709
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(122.845)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	37.689
Total vinculado a taxas de câmbio		321.877
<i>Cenário Possível</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	464.344
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(108.939)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	153.386
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(153.556)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	47.111
Total vinculado a taxas de câmbio		402.346
<i>Cenário Remoto</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	557.212
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(130.726)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	184.064
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(184.267)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	56.534
Total vinculado a taxas de câmbio		482.817
<i>Impactos</i>		
Cenário Possível - Cenário Provável		80.469
Dólar		71.081
Iene		(34)
Cesta de Moedas		9.422
Cenário Remoto - Cenário Provável		160.939
Dólar		142.162
Iene		(68)
Cesta de Moedas		18.845

(c) Risco de taxa de juros**Ativos**

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos em fundos de investimento financeiro (FIF's), geridos exclusivamente para a Companhia e aplicações em carteira própria em títulos privados (CDB's pós-fixados), emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia também possui um empréstimo concedido para a empresa produtora de listas telefônicas, remunerado pelo IGP-DI. São mantidos ainda, títulos de renda fixa (CDB's) aplicados junto ao Banco de Brasília S.A., relacionados à garantia ao incentivo creditício concedido pelo Governo do Distrito Federal, cujo programa denomina-se PRO - DF - Programa de Promoção do

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Distrito Federal, sendo a remuneração desses títulos equivalente entre 94% a 97% da taxa SELIC.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA					
	2010		2009		01/01/2009	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos						
Equivalentes de caixa	1.714.227	1.714.227	599.719	599.719	430.818	430.818
Aplicações financeiras	582.115	582.115	118.476	118.476	135.672	135.672
Empréstimos e financiamentos	1.548	1.548	1.371.321	1.523.456		
Outros ativos	15.195	15.195	10.246	10.246	6.868	6.868
Total	2.313.085	2.313.085	2.099.762	2.251.897	573.358	573.358
Circulante	2.300.727	2.300.727	749.182	749.182	568.248	568.248
Não circulante	12.358	12.358	1.350.580	1.502.715	5.110	5.110

	CONSOLIDADO					
	2010		2009		01/01/2009	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos						
Equivalentes de caixa	3.086.764	3.086.764	1.542.545	1.542.545	1.310.720	1.310.720
Aplicações financeiras	832.077	832.077	381.951	381.951	561.867	561.867
Empréstimos e financiamentos – Debênture privada	1.911.134	2.042.397	1.674.750	1.864.563		
Outros ativos	23.202	23.202	16.692	16.692	6.868	6.868
Total	5.853.177	5.984.440	3.615.938	3.805.751	1.879.455	1.879.455
Circulante	3.921.679	3.921.678	1.926.476	2.027.603	1.874.345	1.874.345
Não circulante	1.931.498		1.689.462	1.778.148	5.110	5.110

Passivos

A Companhia possui empréstimos e financiamentos em moeda nacional vinculados aos indexadores TJLP (Taxa de Juros em Longo Prazo), UMBNDES (Unidade Monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), CDI (Certificados de Depósito Interbancário) e IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna), e financiamentos em moeda estrangeira vinculados aos indexadores YEN LIBOR e LIBOR. A Companhia também possui exposição ao CDI advinda da contratação de operações de “swap”, contratadas com o objetivo de proteção de seu passivo vinculado a Ienes, conforme citado na Nota 4 (b). A Companhia não possui outras operações de derivativos para proteção do seu passivo contra o risco de taxa de juros.

Adicionalmente, a Companhia emitiu debêntures públicas, não conversíveis ou permutáveis em ações. Este passivo foi contratado a taxa de juros vinculada ao CDI, capitalizado de um “spread” de 3,5% a.a. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem aumentos nessas taxas. Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do seu passivo vinculado ao CDI e à TJLP. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do exercício, a administração estimou cenários de variação nas taxas DI e TJLP. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Cenários de taxas de juros					
Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
CDI	TJLP	CDI	TJLP	CDI	TJLP
10,64%	6,00%	13,30%	7,50%	15,96%	9,00%

Em 31 de dezembro de 2010, a administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI e à TJLP com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi. O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 10.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONTROLADORA						
Fluxo futuro de pagamentos de juros por período						
Operação	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 Anos	Maiores que 5 anos	Total
<i>Cenário Provável</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	126.214	100.869			227.083
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	63.624				63.624
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	149.253	164.388	31.889	15.762	361.292
Total vinculado a taxas de juros		339.091	265.257	31.889	15.762	651.999
<i>Cenário Possível</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	146.813	119.267			266.080
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	64.222				64.222
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	191.697	244.133	57.600	34.309	527.739
Total vinculado a taxas de juros		402.732	363.400	57.600	34.309	858.041
<i>Cenário Remoto</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	167.148	137.449			304.597
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	64.809				64.809
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	236.165	340.104	91.196	60.137	727.602
Total vinculado a taxas de juros		468.122	477.553	91.196	60.137	1.097.008
<i>Impactos</i>						
Cenário Possível - Cenário Provável		63.641	98.143	25.711	18.547	206.042
CDI		21.197	18.398			39.595
TJLP		42.444	79.745	25.711	18.547	166.447
Cenário Remoto - Cenário Provável		129.031	212.296	59.307	44.375	445.009
CDI		42.119	36.580			78.699
TJLP		86.912	175.716	59.307	44.375	366.310

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO						
Fluxo futuro de pagamentos de juros por período						
Operação	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
<i>Cenário Provável</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	126.214	100.869			227.083
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	63.624				63.624
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	217.456	277.255	104.426	51.857	650.994
Total vinculado a taxas de juros		407.294	378.124	104.426	51.857	941.701
<i>Cenário Possível</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	146.813	119.267			266.080
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	64.222				64.222
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	277.954	396.807	168.943	115.424	959.128
Total vinculado a taxas de juros		488.989	516.074	168.943	115.424	1.289.430
<i>Cenário Remoto</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	167.148	137.449			304.597
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	64.809				64.809
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	340.870	537.451	250.718	204.128	1.333.167
Total vinculado a taxas de juros		572.827	674.900	250.718	204.128	1.702.573
<i>Impactos</i>						
Cenário Possível - Cenário Provável		81.695	137.950	64.517	63.567	347.729
CDI		21.197	18.398			39.595
TJLP		60.498	119.552	64.517	63.567	308.134
Cenário Remoto - Cenário Provável		165.533	296.776	146.292	152.271	760.872
CDI		42.119	36.580			78.699
TJLP		123.414	260.196	146.292	152.271	682.173

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “*ratings*” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

(e) Risco de liquidez

A Companhia utiliza o fluxo de caixa gerado a partir das operações e financiamentos externos para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, pagar dividendos, pagar dívidas com antecedência e investir em novos negócios.

(f) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

(g) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25 / IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação. Os detalhes desses riscos estão apresentados na Nota 24.

(h) Risco de aspecto regulatório

Embora a regulamentação dos serviços de telecomunicações em geral seja bastante abrangente, ela é ainda mais restritiva quando se trata dos serviços prestados no regime público, definido na LGT - Lei Geral das Telecomunicações, como é o caso do STFC. Em decorrência, grande parte dos riscos e obrigações regulatórias diz respeito a esse serviço, que tem grande relevância nas atividades da Companhia.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contratos de Concessão

Estão em vigor contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia junto à ANATEL, com abrangência no período compreendido entre 1 de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêm revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Entre outros pontos destacam-se:

- (i) O ônus da concessão definido como 2% da receita anual líquida de tributos, paga a cada biênio, a partir do exercício social de 2006, cujo primeiro pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% da receita líquida de tributos de cada exercício social;

A imposição de metas de universalização que poderão ser revistas a cada cinco anos, na forma prevista nos referidos contratos de concessão. A imposição de novas metas que impliquem em ônus adicionais para a Companhia deverá ser sempre acompanhada da indicação de fontes de financiamento correspondentes. Atualmente estão em discussão com a ANATEL as metas que serão imputadas para o período 2011 a 2015, cuja implementação deverá ocorrer a partir de maio de 2011. Essas metas deverão incorporar uma expansão na oferta de telefonia em áreas rurais e uma nova definição para o AICE – Acesso Individual Classe Especial, destinada exclusivamente aos usuários integrantes do cadastro de programas sociais do Governo Federal.

- (ii) A possibilidade do Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;
- (iii) A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;
- (iv) A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis; e
- (v) A criação de conselho de usuários em cada concessão.

As tarifas de uso de redes são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, que deve ser desenvolvido a partir de 2011, conforme previsto no PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação, com provável aplicação a partir de 2013.

(i) Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em relação entre o endividamento financeiro e o capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reservas de lucros) de acordo com melhores práticas de mercado.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Total sobre o *EBITDA* (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida líquida (dívida total menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o *EBITDA*, índice de cobertura de juros e Relação Dívida sobre o Patrimônio líquido, conforme abaixo:

Dívida Bruta/*EBITDA*..... entre 2x e 3x
Dívida Líquida/*EBITDA* entre 1,4 x e 2x
Índice de cobertura de juros (*)..... maior que 4
(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

5. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
Receita bruta de vendas e/ou serviços	14.947.950	15.212.411	17.619.050	17.820.920
Deduções da receita bruta	(6.574.928)	(6.216.123)	(7.355.758)	(6.901.030)
Tributos	(3.178.661)	(3.494.213)	(3.645.824)	(3.942.981)
Outras deduções	(3.396.267)	(2.721.910)	(3.709.934)	(2.958.049)
Receitas de vendas e/ou serviços	8.373.022	8.996.288	10.263.292	10.919.890

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelas normas internacionais, apresenta a seguir, o detalhamento das despesas por natureza:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
Serviços de terceiros	(1.859.680)	(1.879.506)	(2.120.354)	(2.168.414)
Interconexão	(1.993.150)	(2.012.970)	(1.981.928)	(2.025.529)
Depreciação e amortização	(717.593)	(1.192.081)	(1.056.740)	(1.807.851)
Pessoal	(351.502)	(460.244)	(755.344)	(867.603)
Aluguéis e seguros	(275.154)	(306.932)	(402.342)	(435.971)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(280.886)	(473.114)	(351.535)	(575.912)
Publicidade e propaganda	(90.288)	(56.264)	(151.847)	(144.575)
FISTEL	(17.904)	(16.823)	(116.239)	(116.088)
Materiais	(72.307)	(76.920)	(108.543)	(160.504)
Meios de conexão	(153.217)	(191.973)	(102.572)	(128.526)
Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	(56.759)	(71.038)	(56.759)	(71.038)
Custo de aparelhos e outros			(47.760)	(88.615)
Outros custos e despesas	(13.633)	(9.221)	(44.069)	(26.248)
Total	(5.882.073)	(6.747.086)	(7.296.032)	(8.616.874)
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(3.825.128)	(4.546.882)	(4.732.081)	(5.764.221)
Comercialização dos serviços	(862.766)	(1.072.013)	(1.025.010)	(1.417.845)
Gerais e administrativas	(1.194.179)	(1.128.191)	(1.538.941)	(1.434.808)
Total	(5.882.073)	(6.747.086)	(7.296.032)	(8.616.874)

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
Outras receitas operacionais				
Despesas recuperadas	112.884	2.957	136.374	4.169
Multas	82.803	93.913	91.523	107.676
Aluguel de infra-estrutura operacional e outros	138.242	129.816	90.042	89.693
Serviços técnicos e administrativos	62.011	49.357	64.492	50.674
Receitas na baixa de imobilizado	10.754	18.145	54.015	93.350
Recebimento em duplicidade	21.262	22.252	23.289	26.310
Tributos recuperados	1.342	190.600	15.883	208.748
Recuperação de despesas com fundos de pensão	3.861	40.479	6.231	40.479
Outras receitas	36.423	31.449	42.113	38.841
Total	469.582	578.968	523.962	659.940
Outras despesas operacionais				
Provisões/reversões	(392.570)	(3.316.626)	(405.093)	(3.339.706)
Tributos	(149.437)	(179.403)	(276.261)	(324.874)
Participação de empregados e administradores	(65.045)	(30.995)	(102.555)	(45.243)
Baixa de imobilizado	(8.855)	(22.038)	(83.387)	(78.300)
Custas processuais	(50.260)	(48.803)	(51.024)	(49.911)
Multas	(30.952)	(78.854)	(34.845)	(94.336)
Provisões para fundos de pensão	(10.361)	(5.817)	(14.221)	(5.817)
Doações e patrocínios	(2.875)	(14.642)	(5.653)	(15.824)
Outras despesas	(61.175)	(62.149)	(58.653)	(85.594)
Total	(771.530)	(3.759.327)	(1.031.692)	(4.039.605)

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
Receitas financeiras				
Atualização monetária de depósitos judiciais	329.078	253.652	333.058	255.798
Rendimentos de aplicações financeiras	164.247	44.618	286.523	145.832
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de empresas ligadas	190.591	41.291	236.385	72.727
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	35.085	54.619	43.205	62.824
Juros e variações monetárias s/ impostos e contribuições	25.678	34.395	31.843	40.597
Descontos financeiros obtidos	797	2.483	2.147	12.324
Outras receitas financeiras	50.255	3.893	46.294	40.145
Total	795.731	434.951	979.455	630.247
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(254.062)	(247.302)	(285.547)	(256.700)
Atualização monetária de provisões	(239.787)	(199.796)	(254.038)	(210.505)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(57.180)	(70.989)	(163.828)	(177.276)
Juros sobre debêntures	(141.776)	(140.873)	(141.776)	(140.873)
Juros sobre impostos e contribuições	(97.977)	(95.823)	(108.743)	(104.885)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(8.899)	(100.930)	(8.899)	(100.930)
Variação cambial sobre Investimentos no exterior			(6.791)	(49.869)
IRRF sobre operações financeiras e encargos bancários	(2.409)	(2.663)	(2.859)	(3.053)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(1.790)	187.034	(1.977)	186.257
Juros e comissões sobre empréstimos a pagar a empresas ligadas	(51.193)	(57.212)	(3)	(94)
Outras despesas financeiras	(72.379)	(26.097)	(85.249)	(53.668)
Total	(927.452)	(754.651)	(1.059.710)	(911.596)

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO**

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
Tributos correntes	(69.266)	(448.012)	(149.117)	(449.903)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(69.266)	(448.012)	(149.117)	(449.903)
Tributos diferidos	(315.376)	755.715	(259.298)	788.590
Total	(384.642)	307.703	(408.415)	338.687

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
Resultado antes dos impostos e das participações	2.355.665	(1.329.014)	2.379.275	(1.357.998)
Resultado das empresas não-sujeitas ao cálculo de IR/CSLL			2.800	(3.170)
Total do resultado tributado	2.355.665	(1.329.014)	2.382.075	(1.361.168)
IRPJ E CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	(800.926)	451.865	(809.906)	462.797
Equivalência patrimonial	101.451	(26.573)		
Efeitos tributários do JSCP	123.480		123.480	
Exclusões (adições) permanentes	103.272	(29.508)	122.959	(45.049)
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa da CSLL			24.332	19.088
Ativo fiscal diferido não constituído (i)		(88.081)	(5.304)	(98.149)
Ativo fiscal diferido constituído	88.081		136.024	
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	(384.642)	307.703	(408.415)	338.687
Alíquota efetiva	16,33%	23,15%	17,15%	24,88%

(i) Resultado de controladas que não constituem IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, por não apresentarem expectativa de realização. Vide maiores informações na Nota 13.

As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da administração e, no que se refere ao tratamento tributário, contemplam os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****10. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e na data de transição de 1 de janeiro de 2009, são classificados como mantidos para negociação e são mensurados pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Caixa e contas bancárias	73.774	106.117	150.160	130.173	174.896	167.838
Equivalentes de caixa	1.714.227	599.719	430.818	3.086.764	1.542.545	1.310.720
Total	1.788.001	705.836	580.978	3.216.937	1.717.441	1.478.558

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Fundos de investimentos exclusivos	1.662.265	599.207	248.198	2.778.089	1.134.355	562.537
CDB – Certificado de Depósito Bancário	51.672	512	182.620	234.577	319.767	639.160
Investimentos no exterior	290			74.098	88.423	109.023
Equivalentes de caixa	1.714.227	599.719	430.818	3.086.764	1.542.545	1.310.720

(b) Aplicações financeiras

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Fundos de investimentos exclusivos	582.115	118.476	135.672	832.077	381.951	561.867
Aplicações financeiras	582.115	118.476	135.672	832.077	381.951	561.867
Circulante	582.115	118.476	135.672	832.077	381.951	561.867

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

Todos os fundos de investimento nos quais a BrT e suas controladas aplicam recursos são fundos exclusivos do grupo, dos quais, em 31 de dezembro de 2010, a BrT possui aproximadamente 62% (2009 – 48% e 01/01/2009 – 24%), a controlada BrT Celular 22% (2009 – 32% e 01/01/2009 – 29%), e as demais controladas 16% (2009 – 20% e 01/01/2009 – 47%) de participação nas quotas destes fundos.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As carteiras dos fundos exclusivos são compostas dos títulos demonstrados no quadro abaixo que apresentam os saldos dos fundos consolidados:

	Saldos consolidados dos fundos de investimentos exclusivos		
	2010	2009	01/01/2009
Operações compromissadas	2.658.069	807.224	542.950
Títulos privados	119.466	325.022	19.587
Títulos públicos		1.585	
Outros	554	524	
Títulos classificados em equivalentes de caixa	2.778.089	1.134.355	562.537
Títulos públicos	811.447	347.789	371.036
Títulos privados	20.630	34.162	190.831
Títulos classificados em aplicações financeiras de curto prazo	832.077	381.951	561.867
Total aplicado em fundos exclusivos	3.610.166	1.516.306	1.124.404

A Companhia possui aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “*benchmark*”, o CDI no Brasil e a LIBOR no exterior.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Serviços faturados	1.418.673	1.468.513	1.411.893	1.757.622	1.652.530	1.589.911
Serviços a faturar	788.041	784.098	889.574	855.575	852.406	954.353
Aparelhos e acessórios vendidos	1.013	2.126	159	23.449	54.412	60.249
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(488.938)	(485.359)	(342.543)	(566.738)	(567.207)	(394.423)
Total	1.718.789	1.769.378	1.959.083	2.069.908	1.992.141	2.210.090
A faturar	788.041	784.098	889.574	855.575	852.406	954.353
A vencer	469.341	452.109	455.801	707.235	563.452	599.744
A receber de outros provedores	274.268	267.398	218.365	310.636	254.947	222.119
Vencidas até 30 dias	306.992	351.420	394.218	332.224	390.579	428.620
Vencidas de 31 a 60 dias	99.041	110.253	107.666	111.079	129.197	125.636
Vencidas de 61 a 90 dias	70.542	74.555	69.690	84.230	92.318	79.852
Vencidas de 91 a 120 dias	54.988	55.914	47.440	63.815	71.829	54.354
Vencidas a mais de 120 dias	144.514	158.990	118.872	171.852	204.620	139.835
Total	2.207.727	2.254.737	2.301.626	2.636.646	2.559.348	2.604.513

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes da Companhia são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 01/01/2009	(342.543)	(394.423)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(473.114)	(575.912)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	330.298	403.128
Saldo em 2009	(485.359)	(567.207)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(280.886)	(351.535)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	277.307	352.004
Saldo em 2010	(488.938)	(566.738)

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. CRÉDITOS ENTRE EMPRESAS LIGADAS

	CONTROLADORA		
	2010	2009	01/01/2009
Mútuo com controlada	1.490	28.590	
Juros sobre mútuo	58	418	
Total	1.548	29.008	
Circulante	1.548	29.008	

A BrT firmou contratos de mútuos com as subsidiárias BrT Call Center em 20 de maio de 2009 e Vant Telecomunicações em 21 de maio de 2010. O prazo de vencimento dos contratos é para os dias 20 e 21 de maio de 2011 respectivamente. A remuneração destes mútuos correspondem à taxa de 115% do CDI.

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Debêntures privadas – principal		1.200.000		1.500.000	1.500.000	
Juros sobre debêntures privadas		142.313		411.134	174.750	
Total		1.342.313		1.911.134	1.674.750	
Não circulante		1.342.313		1.911.134	1.674.750	

Debêntures privadas de emissão da TMAR**Direitos da Companhia, adquiridos por incorporação**

Os direitos da Companhia referem-se à subscrição pela incorporada BrT Part, em 17 de fevereiro de 2009, de 11.648 debêntures não conversíveis em ações, emitidas pela controladora indireta TMAR, pelo valor nominal unitário de R\$ 103, importando no montante de R\$ 1.200.000. O prazo de vencimento destas debêntures é de cinco anos, marcado para o dia 11 de dezembro de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de um “*spread*” de 4,0% a.a. e seu recebimento coincide com a data de vencimento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia transferiu o direito sobre as referidas debêntures para a BrT Celular, como integralização parcial do aumento de capital realizado nesta controlada.

Subscrição pela BrT Celular

A BrT Celular subscreveu em 12 de março de 2009, 2.885 debêntures não conversíveis em ações, emitidas pela TMAR, pelo valor nominal unitário de R\$ 104, importando no montante de R\$ 300.000. O prazo de vencimento destas debêntures é de cinco anos, marcado para a data de 11 de dezembro de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de 4,0% a.a. e seu recebimento coincide com a data de vencimento das debêntures.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	Ativo					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Tributos correntes a recuperar						
IR a recuperar	125.374	43.736		193.070	65.833	3.728
CS a recuperar	49.674	12.090		71.673	20.966	2.287
IRRF/CSLL – Impostos retidos na fonte (ii)	39.700	11.124	5.583	70.211	36.053	12.904
Circulante	214.748	66.950	5.583	334.954	122.852	18.919
Tributos diferidos a recuperar						
IR sobre diferenças temporárias e créditos fiscais – ágio incorporado (i)	3.142.734	3.428.566	628.171	3.259.485	3.504.754	685.200
CS sobre diferenças temporárias e créditos fiscais – ágio incorporado (i)	1.085.054	1.198.201	198.504	1.110.269	1.223.366	215.481
IR sobre prejuízos fiscais (i)		2.649		600.424	582.933	540.801
CS sobre base negativa (i)				229.533	217.078	198.495
Provisão para perda de recuperabilidade		(88.081)		(5.304)	(88.081)	
Outros tributos diferidos (iii)	49.113	190.413	13.654	82.036	240.445	74.535
Não circulante	4.276.901	4.731.748	840.329	5.276.443	5.680.495	1.714.512
Adições temporárias por natureza:	4.227.788	4.626.767	826.675	4.369.754	4.728.120	900.681
Provisões	1.423.267	1.487.179	421.438	1.448.449	1.502.605	430.122
Provisões para exigibilidade suspensa de FUST, PIS e COFINS (Principal)	156.621	100.944	72.558	182.538	116.819	82.323
Provisões para fundos de pensão	220.811	231.102	256.969	221.999	231.102	256.969
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	166.239	165.022	116.465	192.828	181.577	132.450
Convergência ao IFRS - (RTT)	27.702	16.552	20.264	43.635	18.524	33.890
Variações cambiais	(49.884)	(80.160)		(39.663)	(68.556)	
Reclassificação ágio da licença e mais-valia	2.466.662	2.805.764		2.466.662	2.805.764	
Outros	(183.630)	(99.636)	(61.019)	(146.694)	(59.715)	(35.073)

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Passivo					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Tributos correntes a recolher						
Imposto de renda a pagar	76.758		21.733	145.133	20.570	25.205
Contribuição social a pagar	29.863	10.826	5.189	51.711	17.977	6.488
Circulante	106.621	10.826	26.922	196.844	38.547	31.693
Tributos diferidos a recolher						
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Lei nº 8.200/1991	5.418	6.503	6.871	5.418	6.503	6.871
Imposto de renda e contribuição social diferidos – RTT	4.212	2.382	2.475	5.798	2.382	2.475
Não circulante	9.630	8.885	9.346	11.216	8.885	9.346

Antes da adoção do CPC 32 (IAS 12), os montantes do imposto de renda e contribuição social diferidos eram classificados no ativo e no passivo circulante e não circulante, conforme a expectativa de realização. Com a adoção do CPC 32, o montante total do imposto de renda e contribuição social diferidos passou a ser classificado como ativo e passivo não circulante, incluindo os tributos diferidos apurados na aplicação dos ajustes dos CPC's.

- (i) A Companhia e suas controladas registram seus créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social. Conforme estudo técnico aprovado pelos órgãos da administração da Companhia, submetido à aprovação do Conselho Fiscal, a geração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, ajustados a valor presente, será suficiente para absorver esses créditos tributários como segue no quadro abaixo. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos e crédito fiscal incorporado, líquidos da provisão reconhecida:

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2011	484.214	551.538
2012	540.828	725.318
2013	500.902	781.007
2014	472.117	812.267
2015	417.391	511.941
De 2016 a 2018	762.176	762.176
De 2019 a 2021	485.540	485.540
De 2022 a 2024	422.402	422.402
De 2025 e exercícios seguintes	142.218	142.218
Total	4.227.788	5.194.407
Não circulante	4.227.788	5.194.407

A recuperação prevista no valor de R\$ 726.163 a partir do ano de 2021 decorre de:

(i) R\$ 20.074 referentes à provisão para cobertura da insuficiência atuarial de fundos de pensão, cuja obrigação está sendo liquidada financeiramente de acordo com o prazo máximo remanescente de 11 anos, em linha com o prazo delimitado pela PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Não obstante ao limite de tempo estabelecido pela PREVIC e de acordo com os lucros fiscais futuros estimados, a Companhia apresenta condições de plena compensação fiscal em prazo inferior a dez anos, caso opte por antecipar integralmente a quitação da dívida; e (ii) R\$ 706.089 relativos à parte da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e no ágio do imobilizado mais valia, com aproveitamento fiscal previsto para os exercícios de 2021 a 2034.

Em 31 de dezembro de 2010, em conformidade com a Instrução CVM nº 319/1999, alterada pela Instrução CVM nº 349/2001, no âmbito das incorporações descritas na Nota 1 (b), os saldos (i) da licença do STFC registrada na Companhia através das incorporações da Copart 2 e BrT Part, no montante de R\$ 2.076.984, foi transferido do intangível para o ativo de tributos sobre o lucro. (ii) O montante de R\$ 389.678 foi transferido do imobilizado para o ativo não circulante de tributos sobre o lucro.

Para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram histórico de rentabilidade e ou expectativa de geração de lucros tributáveis suficientes nos próximos dez anos, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizaram R\$ 51.602 (2009 - R\$ 106.215 e 01/01/2009 – R\$ 124.715).

- (ii) A Companhia e suas controladas registram créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios.
- (iii) Referem-se a compensações futuras de créditos fiscais não utilizados de imposto de renda e contribuição social.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****14. OUTROS TRIBUTOS**

	Ativo					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
ICMS a recuperar (i)	357.630	433.222	503.325	496.577	593.764	644.121
PIS e COFINS	65.647	217.421	62.086	84.178	247.052	97.987
Outros	2.132	917	669	8.970	7.882	5.499
Total	425.409	651.560	566.080	589.725	848.698	747.607
Circulante	294.748	331.128	327.151	416.674	461.591	452.788
Não circulante	130.661	320.432	238.929	173.051	387.107	294.819

	Passivo					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
ICMS	517.614	469.015	477.756	596.297	540.384	555.137
ICMS Convênio nº 69/1998	30.482	139.303	147.198	31.788	139.821	147.657
PIS e COFINS	601.224	392.651	262.955	688.288	443.290	301.323
Tributos com exigibilidade suspensa	147.977	126.852	97.856	178.843	146.460	114.931
Outros	43.389	40.561	39.537	53.785	72.425	64.593
Total	1.340.686	1.168.382	1.025.302	1.549.001	1.342.380	1.183.641
Circulante	735.994	659.790	646.855	856.290	793.374	777.377
Não circulante	604.692	508.592	378.447	692.711	549.006	406.264

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Cíveis	4.326.630	3.739.400	2.781.859	4.376.651	3.770.823	2.802.545
Trabalhistas	626.136	568.407	505.753	636.118	576.521	512.183
Tributárias	622.367	564.074	346.538	637.167	576.926	351.302
Total	5.575.133	4.871.881	3.634.150	5.649.936	4.924.270	3.666.030
Circulante	1.357.777	1.229.797	985.647	1.383.914	1.253.316	996.031
Não circulante	4.217.356	3.642.084	2.648.503	4.266.022	3.670.954	2.669.999

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. DEMAIS ATIVOS

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Adiantamento e valores a recuperar de fornecedor	106.372	38.100	4.605	126.015	38.719	16.936
Valores a receber	81.684	46.691	44.873	52.224	35.823	42.041
Adiantamentos a empregados	17.799	18.837	32.873	24.447	33.419	41.376
Publicidade e propaganda e patrocínio	5.128	12.885	5.146	9.560	24.182	5.286
Editoração de listas telefônicas	8.218	5.651	4.417	8.218	5.651	4.417
Manutenção de softwares	4.144	14.285	16.815	7.068	19.797	23.813
Seguros	2.952	693	7.107	4.173	1.704	8.107
Notas promissórias		5.025	9.356		5.025	9.356
Outros	18.762	18.709	14.932	25.751	34.243	29.413
Total	245.059	160.876	140.124	257.456	198.563	180.745
Circulante	217.290	130.218	115.654	218.010	155.707	143.184
Não circulante	27.769	30.658	24.470	39.446	42.856	37.561

17. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Participações avaliadas pela equivalência patrimonial	5.749.706	3.917.802	3.992.690			
Participações avaliadas pelo custo de aquisição	3.699	3.703	3.703	5.199	5.203	3.703
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	130	130		130	130	
Outros investimentos	23	23	23	41	41	41
Total	5.753.558	3.921.658	3.996.416	5.370	5.374	3.744

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 01/01/2009	3.996.416	3.744
Equivalência patrimonial	(78.157)	
Acervos incorporados na reorganização societária de 31/07 e 30/09/2009 - Nota 1(a)	3.031	
Transferência de passivo a descoberto da Vant	238	
Aquisição da Z Investimentos pela IGBR		1.500
Aquisição de outros investimentos avaliados pelo custo	130	130
Saldo em 2009	3.921.658	5.374
Equivalência patrimonial	298.385	
Transferência de passivo a descoberto da Vant	2.287	
Aumento de capital da BrT Celular	1.531.775	
Outras alterações de participações societárias	(547)	(4)
Saldo em 2010	5.753.558	5.370

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os principais dados relativos às participações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial são os seguintes:

			CONTROLADORA					
			2010					
			Quantidade em milhares			Participação - %		
			Ações		Cotas	Capital total	Capital votante	
Controladas	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais				
BrT Celular	4.426.743	2.410	4.473.443				100	100
BrTI	375.935	13.047	685.154				100	100
BrT CS	466.404	147.460			272.443.966		99,99	99,99
BrT Multimídia	441.244	135.565			399.253		90,46	90,46
VANT	(2.287)	(2.048)	141.511.999				99,99	99,99
BrT Call Center	20.395	759	11.270	22.370			100	100
BrT Card	8.648	513			7.499.999		100	100
iG Brasil	280.576	21.151	112.047.365				13,64	13,64
iG Participações	88.542	6.610					0,16	0,16
NTPA	14.008	10.547			32.645.507		100	100

		CONTROLADORA		
		2010		
		Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Provisão para passivo a descoberto
BrT Celular	2.410	4.426.743		
BrTI	13.047	375.935		
BrT CS	147.460	466.404		
BrT Multimídia	122.631	399.145		
VANT	(2.048)		(2.287)	
BrT Call Center	759	20.395		
BrT Card	513	8.648		
iG Brasil	2.886	38.283		
iG Participações	11	145		
NTPA	10.547	14.008		
NTIN	169			
Total	298.385	5.749.706	(2.287)	

Notas Explicativas

**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

			CONTROLADORA					
			2009					
			Quantidade em milhares			Participação - %		
			Ações		Cotas	Capital total	Capital votante	
Controladas	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais				
BrT Celular	2.892.558	(179.439)	4.473.443				100	100
BrTI	362.888	29.895	685.154				100	100
BrT CS	318.943	52.636				272.443.966	99,99	99,99
BrT Multimídia	305.679	24.303				399.253	90,46	90,46
VANT	(238)	(4.701)	141.511.999				99,99	99,99
BrT Call Center	19.635	(2.245)	11.270	22.370			100	100
BrT Card	8.135	459				7.499.999	100	100
iG Brasil	259.425	18.716	112.047.365				13,64	13,64
NTPA	3.461	3.720				32.645.507	100	100
NTIN	270	43						

CONTROLADORA			
2009			
Controladas	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Provisão para passivo a descoberto
BrT Celular	(179.439)	2.892.558	
BrTI	29.895	362.888	
BrT CS	52.636	318.943	
BrT Multimídia	21.984	276.514	
VANT (i)	(4.701)		(238)
BrT Call Center	(2.245)	19.635	
BrT Card	459	8.135	
iG Brasil	2.554	35.399	
NTPA	694	3.460	
NTIN	6	270	
Total	(78.157)	3.917.802	(238)

			CONTROLADORA					
			01/01/2009					
			Quantidade em milhares			Participação - %		
			Ações		Cotas	Capital total	Capital votante	
Controladas	Patrimônio líquido	Valor do investimento	Ordinárias	Preferenciais				
BrT Celular	3.077.903	3.077.903	4.473.443				100	100
BrTI	332.993	332.993	685.154				100	100
BrT CS	266.307	266.307				272.443.966	99,99	99,99
BrT Multimídia	281.376	254.530				399.253	90,46	90,46
VANT	4.462	4.462	141.511.999				99,99	99,99
BrT Call Center	21.880	21.880	11.270	22.370			99,99	99,99
BrT Card	7.676	32.845				7.499.999	99,99	99,99
iG Brasil	240.709	7.676	112.047.365				13,65	13,65

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. IMOBILIZADO

CONTROLADORA							
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infra-estrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2009	549.662	5.067.204	13.804.179	3.710.505	1.008.787	1.535.087	25.675.424
Adições	451.730	984	85.993	2.352	775	18.759	560.593
Reorganização societária - Nota 1(a)						55.098	55.098
Baixas	(5.354)	(6.514)	(181.239)	(19.542)	(177)	(26.732)	(239.558)
Transferências	(790.448)	48.018	408.326	122.978	16.591	56.114	(138.421)
Saldo em 31/12/2009	205.590	5.109.692	14.117.259	3.816.293	1.025.976	1.638.326	25.913.136
Adições	489.490	44	106.661	9.503	469	15.107	621.274
Baixas	(3.963)	(2.870)	(62.480)	(6.565)	(947)	(11.103)	(87.928)
Transferências	(241.765)	5.646	145.847	46.366	479	5.612	(37.815)
Saldo em 31/12/2010	449.352	5.112.512	14.307.287	3.865.597	1.025.977	1.647.942	26.408.667
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2009		(4.915.693)	(11.852.761)	(2.695.324)	(578.986)	(1.292.100)	(21.334.864)
Despesas de depreciação		(39.963)	(682.090)	(170.143)	(8.587)	(102.701)	(1.003.484)
Reorganização societária - Nota 1(a)						(51.728)	(51.728)
Baixas		6.268	171.186	17.235	47	22.784	217.520
Transferências		21.740	15.350	(20.442)	(849)	(8.912)	6.887
Saldo em 31/12/2009		(4.927.648)	(12.348.315)	(2.868.674)	(588.375)	(1.432.657)	(22.165.669)
Despesas de depreciação		(22.770)	(297.731)	(153.029)	(21.000)	(56.123)	(550.653)
Baixas		2.872	54.564	10.999	736	9.902	79.073
Transferências		(7.225)	13.990	(4.660)	(18.459)	16.407	53
Saldo em 31/12/2010	-	(4.954.771)	(12.577.492)	(3.015.364)	(627.098)	(1.462.471)	(22.637.196)
Imobilizado líquido							
Saldo em 01/01/2009	549.662	151.511	1.951.418	1.015.181	429.801	242.987	4.340.560
Saldo em 31/12/2009	205.590	182.044	1.768.944	947.619	437.601	205.669	3.747.467
Saldo em 31/12/2010	449.352	157.741	1.729.795	850.233	398.879	185.471	3.771.471
Taxa anual de depreciação (média)		20,0%	18,4%	8,5%	4,6%	20,0%	

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

CONSOLIDADO							
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infra-estrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2009	1.009.957	5.303.104	15.464.379	4.009.961	1.056.103	1.839.243	28.682.747
Adições	1.000.926	984	120.578	3.726	3.588	27.867	1.157.669
Reorganização societária - Nota 1(a)						55.098	55.098
Baixas	(7.775)	(11.750)	(331.167)	(20.621)	(177)	(31.194)	(402.684)
Transferências	(1.461.106)	114.296	765.722	172.405	16.728	77.399	(314.556)
Saldo em 31/12/2009	542.002	5.406.634	16.019.512	4.165.471	1.076.242	1.968.413	29.178.274
Adições	770.911	44	122.013	12.424	1.660	26.421	933.473
Baixas	(48.114)	(2.870)	(205.682)	(7.793)	(947)	(14.386)	(279.792)
Transferências	(526.737)	60.759	277.200	59.840	460	54.125	(74.353)
Saldo em 31/12/2010	738.062	5.464.567	16.213.043	4.229.942	1.077.415	2.034.573	29.757.602
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2009		(5.027.908)	(12.854.444)	(2.822.428)	(598.797)	(1.467.586)	(22.771.163)
Despesas de depreciação		(90.715)	(970.104)	(201.079)	(12.613)	(145.778)	(1.420.289)
Reorganização societária - Nota 1(a)						(51.728)	(51.728)
Baixas		10.599	270.568	17.377	47	26.242	324.833
Transferências		21.740	15.350	(20.443)	(848)	(9.085)	6.714
Saldo em 31/12/2009		(5.086.284)	(13.538.630)	(3.026.573)	(612.211)	(1.647.935)	(23.911.633)
Despesas de depreciação		(45.942)	(389.735)	(180.284)	(25.411)	(83.975)	(725.347)
Baixas		2.872	170.897	11.562	736	10.338	196.405
Transferências		(7.226)	13.527	(4.674)	(18.462)	16.607	(228)
Saldo em 31/12/2010		(5.136.580)	(13.743.941)	(3.199.969)	(655.348)	(1.704.965)	(24.440.803)
Imobilizado líquido							
Saldo em 01/01/2009	1.009.957	275.196	2.609.935	1.187.533	457.306	371.657	5.911.584
Saldo em 31/12/2009	542.002	320.350	2.480.882	1.138.898	464.031	320.478	5.266.641
Saldo em 31/12/2010	738.062	327.987	2.469.102	1.029.973	422.067	329.608	5.316.799
Taxa anual de depreciação (média)		20,0%	18,4%	8,5%	4,6%	20,0%	

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

(*) Leva em consideração a nova vida útil econômica dos bens, conforme descrito abaixo em "Informações adicionais".

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo residual dos bens reversíveis é de R\$ 3.292.438 (2009 – R\$ 4.189.204 e 01/01/2009 – R\$ 3.001.610), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

A Companhia alterou a vida útil dos bens que compõem seu ativo imobilizado a partir de 30 de setembro de 2009. A alteração da vida útil dos bens do ativo imobilizado está em consonância com o Laudo de Avaliação, emitido por empresa especializada, no qual estão evidenciados os valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na aquisição do controle da BrT Part, promovendo efeito nas Demonstrações Financeiras da BrT a partir de 1 de outubro de 2009.

Em dezembro de 2009 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e de suas controladas, o laudo de avaliação da vida útil econômica dos bens que compõem o ativo imobilizado. O resultado desta avaliação promoveu uma mudança na estimativa de vida útil econômica dos bens, sendo seu efeito refletido através de uma redução nas despesas de depreciação, para o exercício de 2010, de R\$ 349.885, se comparado com 2009.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento no montante de R\$ 22.793 (2009 - R\$ 27.700) pela Companhia e R\$ 45.506 (2009 - R\$ 47.220) nas Demonstrações Consolidadas, na taxa média de 13,00%.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos permanecem com o arrendador.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. INTANGÍVEL**CONTROLADORA**

	Ágios	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)					
Saldo em 01/01/2009	122.974	8.075	1.921.293	66.356	2.118.698
Adição		6.833	1.150	1.116	9.099
Reorganização Societária	9.391		148	3.738	13.277
Baixa			(448)		(448)
Transferências		35.797	121.304	(24.138)	132.963
Saldo em 2009	132.365	50.705	2.043.447	47.072	2.273.589
Adição			11		11
Baixa			(8)		(8)
Transferências		31.445	(8.225)	11.072	34.292
Saldo em 2010	132.365	82.150	2.035.225	58.144	2.307.884
Amortização acumulada					
Saldo em 01/01/2009	(111.356)		(1.429.028)	(16.111)	(1.556.495)
Despesas de amortização			(182.661)	(5.936)	(188.597)
Reorganização Societária	(9.391)		(148)	(3.728)	(13.267)
Baixa			448		448
Transferências			(22.127)	15.243	(6.884)
Saldo em 2009	(120.747)		(1.633.516)	(10.532)	(1.764.795)
Despesas de amortização			(162.990)	(3.950)	(166.940)
Baixa			8		8
Transferências			9.078	(9.127)	(49)
Saldo em 2010	(120.747)		(1.787.420)	(23.609)	(1.931.776)
Intangível líquido					
Saldo em 01/01/2009	11.618	8.075	492.265	50.245	562.203
Saldo em 2009	11.618	50.705	409.931	36.540	508.794
Saldo em 2010	11.618	82.150	247.805	34.535	376.108
Taxa anual de amortização (média)			20,00%	20,00%	

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****CONSOLIDADO**

	Ágios	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)						
Saldo em 01/01/2009	491.676	13.770	2.524.598	884.004	23.414	3.937.462
Adições		6.833	2.699		1.798	11.330
Reorganização Societária	9.391		148		3.738	13.277
Baixa			(459)			(459)
Transferências	32.458	86.922	241.065	(153)	(23.947)	336.345
Saldo em 2009	533.525	107.525	2.768.051	883.851	5.003	4.297.955
Adições			1.224			1.224
Baixa			(8)			(8)
Transferências		44.598	18.598		13.002	76.198
Saldo em 2010	533.525	152.123	2.787.865	883.851	18.005	4.375.369
Amortização acumulada						
Saldo em 01/01/2009	(417.133)		(1.743.005)	(138.913)	(6.193)	(2.305.244)
Despesas de amortização			(329.029)	(58.227)	(306)	(387.562)
Reorganização Societária	(9.391)		(148)		(3.728)	(13.267)
Baixa			10			10
Transferências	(26.507)		(3.121)		10.140	(19.488)
Saldo em 2009	(453.031)		(2.075.293)	(197.140)	(87)	(2.725.551)
Despesas de amortização			(268.522)	(58.344)	(4.527)	(331.393)
Baixa			8			8
Transferências			9.078		(9.078)	
Saldo em 2010	(453.031)		(2.334.729)	(255.484)	(13.692)	(3.056.936)
Intangível líquido						
Saldo em 01/01/2009	74.543	13.770	781.593	745.091	17.221	1.632.218
Saldo em 2009	80.494	107.525	692.758	686.711	4.916	1.572.404
Saldo em 2010	80.494	152.123	453.136	628.367	4.313	1.318.433
Taxa anual de amortização (média)			19,99%	5,93%	19,51%	

Licenças regulatórias

	CONSOLIDADO		
	Assinatura do termo	Prazo do termo	Custo de aquisição
Concessão / Autorização			
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	18/12/2002	17/12/2017	191.502
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	03/05/2004	22/12/2017	28.624
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	488.235
Custos de transação capitalizados às autorizações BrT Celular			81.523
Outras licenças			93.967
Total			883.851

Ágios (“Goodwill”)

A Companhia e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”) dos negócios adquiridos baseados em projeções de dez anos elaborados por empresas especializadas.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em setembro de 2010 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de ("impairment"), baseados em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, com utilização de perpetuidade no último ano, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 7,7% para provedor de internet e 2,5% para multimídia, taxa de desconto de 12%, com utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo:

	Saldo dos ativos alocado a UGC em 30/09/2010	Ágio ("goodwill") alocado à UGC	Base para avaliação do valor recuperável	Valor em uso
Unidade Geradora de Caixa (UGC)				
Provedor de internet - Região II (*)	78.368	73.143	151.511	1.463.874
Multimídia - Região II	198.928	7.351	206.279	464.554
Total	277.296	80.494	357.790	1.928.428

(*) Ágio alocado no segmento de internet, divulgado em "outros segmentos".

Outras informações

Em dezembro de 2009 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e de suas controladas, o laudo de avaliação da vida útil econômica dos itens que compõem o ativo intangível. O resultado desta avaliação não promoveu alteração na vida útil dos itens do ativo intangível.

**20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
(Inclui debêntures)**

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Financiamentos	2.433.639	2.744.843	3.164.815	3.236.944	3.286.412	3.479.037
Juros provisionados e outros encargos sobre financiamentos	45.474	53.566	89.134	49.634	71.964	93.685
Debêntures	1.080.000	1.080.000	1.080.000	1.080.000	1.080.000	1.080.000
Juros provisionados sobre debêntures	12.853	10.586	11.906	12.853	10.586	11.906
Empréstimos	477.804	484.354	660.726		210	
Juros provisionados e outros encargos sobre empréstimos	87.423	32.893	51.487		17	
Arrendamento mercantil		4.132	12.698		4.132	12.698
Juros provisionados e outros encargos sobre arrendamento mercantil		423	1.731		423	1.731
Custo de captação incorrido	(13.339)	(10.750)	(14.671)	(14.345)	(11.175)	(15.152)
Total	4.123.854	4.400.047	5.057.826	4.365.086	4.442.569	4.663.905
Circulante	1.561.691	1.368.640	1.378.424	1.044.226	869.963	670.707
Não circulante	2.562.163	3.031.407	3.679.402	3.320.860	3.572.606	3.993.198

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****Empréstimos e financiamentos por natureza**

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO				
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009	TIR %	Vencimentos
BNDES	1.843.598	2.247.450	2.394.498	2.588.066	2.737.935	2.655.191		
Moeda nacional	1.834.530	2.209.761	2.303.552	2.578.998	2.700.246	2.564.245	11,4%	Fev/2011 à Dez/2018
Cesta de moedas, incluindo Dólar	9.068	37.689	90.946	9.068	37.689	90.946	2,5%	Abr/2011
Debêntures públicas	1.092.853	1.090.586	1.091.906	1.092.853	1.090.586	1.091.906	13,4%	Jun/2013
Instituições financeiras	635.083	550.377	858.213	698.080	619.860	916.293		
Moeda nacional	588.352	56.927	67.968	651.349	126.410	126.049	11,9%	Abr/2011 à Dez/2033
Moeda estrangeira	46.731	493.450	790.245	46.731	493.450	790.244	0,0%	Jul/2010 à Fev/2014
Mútuo com empresas ligadas – moeda nacional	565.227	517.248	712.213		227			
Fornecedores – moeda estrangeira	432	581	1.238	432	581	1.238		Fev/2014
Arrendamento mercantil financeiro		4.555	14.429		4.555	14.429	10,8%	
Subtotal	4.137.193	4.410.797	5.072.497	4.379.431	4.453.744	4.679.057		
Custo de captação incorrido	(13.339)	(10.750)	(14.671)	(14.345)	(11.175)	(15.152)		
Total	4.123.854	4.400.047	5.057.826	4.365.086	4.442.569	4.663.905		

Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Instituições financeiras	12.374	10.324	14.150	12.374	10.324	14.150
Moeda nacional	10.492			10.492		
Moeda estrangeira	438	8.302	11.550	438	8.302	11.550
BNDES	965	426	521	1.971	851	1.002
Moeda nacional	965	426	521	1.971	851	1.002
Debêntures públicas	1.444	2.022	2.600	1.444	2.022	2.600
Total	13.339	10.750	14.671	14.345	11.175	15.152
Circulante	1.936	3.922	3.922	2.070	3.977	3.977
Não circulante	11.403	6.828	10.749	12.275	7.198	11.175

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****Composição da dívida por moeda / indexador**

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
TJLP	1.740.979	2.190.330	2.303.552	2.473.216	2.675.114	2.564.245
CDI	1.658.080	1.612.388	1.818.549	1.092.853	1.095.367	1.106.336
IPCA	547.450			547.450		
Taxa pré-fixada	127.113	69.019	60.647	163.734	105.762	94.441
INPC	7.341	7.341	7.321	45.948	45.782	31.607
Ienes	44.546	122.659	281.992	44.546	122.659	281.992
UMBNDDES – Cesta de moedas do BNDES	9.068	37.689	90.946	9.068	37.689	90.946
Dólar Norte-Americano	2.616	371.371	509.490	2.616	371.371	509.490
Custos de captação incorridos	(13.339)	(10.750)	(14.671)	(14.345)	(11.175)	(15.152)
Total	4.123.854	4.400.047	5.057.826	4.365.086	4.442.569	4.663.905

Descrição das principais captações de Empréstimos e Financiamentos**Financiamento em moeda nacional**

Em dezembro de 2009, a Companhia e sua controlada BrT Celular celebraram contratos de financiamento com o BNDES, no montante de R\$ 1.389 milhões, com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede e atendimento às obrigações regulatórias, programadas para o período compreendido entre 2009 e 2011. Estes contratos estão divididos em dois sub-créditos: (i) sub-crédito A, com remuneração pela TJLP acrescida de 3,95% a.a.; e, (ii) sub-crédito B, com remuneração fixa de 4,50% a.a. Foi realizado um desembolso total de R\$ 300 milhões em dezembro de 2009 e R\$ 531 milhões em outubro de 2010 (sendo R\$ 269 milhões para a Companhia e R\$ 262 milhões para a sua controlada BrT Celular) relativo a estes contratos de financiamento. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até dezembro de 2011, passando a ser mensal para o período de janeiro de 2012 até dezembro de 2018. O principal deve ser pago em 84 parcelas mensais, de janeiro de 2012 até dezembro de 2018.

Em fevereiro de 2008, a BrT Celular contratou financiamento junto ao BNDES de R\$ 259 milhões, com captação efetiva de R\$ 259 milhões, destinados à adequação da rede de telefonia celular e ao crescimento do tráfego, com a implementação de novos serviços de melhoria da qualidade no atendimento aos usuários. A remuneração está atrelada à variação da TJLP, acrescida de 3,52% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até setembro de 2010, passando a ser mensal para o período de outubro de 2010 até setembro de 2017. A amortização foi definida em 84 parcelas mensais, que iniciarão em outubro de 2010, vencendo a última em 15 de setembro de 2017.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em novembro de 2006 a BrT contratou financiamento junto ao BNDES de R\$ 2.004 milhões, com captação efetiva de R\$ 2.055 milhões, remunerada pela TJLP acrescida de 4,3% a.a. O vencimento dos encargos financeiros foi trimestral até maio de 2009, passando a ser mensal para o período de junho de 2009 até maio de 2014. A amortização foi definida em 60 parcelas mensais, que se iniciaram em junho de 2009, vencendo a última em 15 de maio de 2014.

Ainda em novembro de 2006 a BrT contratou financiamento junto ao BNDES de R\$ 100 milhões, com captação efetiva de R\$ 55 milhões, remunerada pela TJLP acrescida de 2,3% a.a. A amortização foi definida em 60 parcelas mensais, que se iniciaram em junho de 2009, vencendo a última em 15 de maio de 2014.

Financiamento em moeda estrangeira

Em dezembro de 2010, a Companhia liquidou antecipadamente a totalidade das “*Senior Notes*” emitidas em fevereiro de 2004 no valor de US\$ 200 milhões com juros de 9,375% a.a..

Debêntures públicas

Quarta emissão pública: 108.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10, perfazendo o total de R\$ 1.080 milhões, ocorrida em 1 de junho de 2006. O prazo de pagamento é de sete anos, vencendo em 1 de junho de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de um “*spread*” de 3,5% a.a. e sua periodicidade de pagamento é semestral. A amortização, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1 de junho de 2011, em três parcelas de 33,3%, 33,3% e 33,4% do valor nominal unitário, respectivamente. Na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 não existiam debêntures desta emissão em tesouraria.

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas, não possuem cláusulas de repactuação.

Arrendamento mercantil

As obrigações pelos contratos de arrendamento mercantil financeiro possuem prazo de pagamento de 36 meses e estão registradas pelo seu valor presente. Os encargos financeiros, que se referem, substancialmente, à variação do CDI, são registrados no resultado do exercício durante o prazo do arrendamento.

O valor presente dos pagamentos mínimos futuros está distribuído da seguinte maneira:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009
Até um ano		4.555	10.674
Mais de um ano e até cinco anos			3.755
Total		4.555	14.429

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários

Em 10 de agosto de 2010, a Companhia transferiu, através de integralização de capital, a propriedade de 101 bens reversíveis para sua subsidiária integral Copart 5, cujo valor residual totaliza R\$ 83.572 (valor contábil). A integralização de capital foi efetuada na Copart 5 com base em laudo de avaliação de empresa especializada dos ativos a valor contábil. A Companhia celebrou contratos de 12 anos de locação dos imóveis transferidos à sua controlada e ao final do contrato a propriedade dos referidos imóveis retorna para a Companhia.

A Copart 5 cedeu os direitos aos fluxos de recebíveis dos contratos de locação à BSCS -Brazilian Securities Companhia de Securitização, que emitiu os CRI's lastreados pelos recebíveis dos referidos contratos. Nesses contratos, a Companhia se compromete a efetuar o pagamento dos alugueis a BSCS. Os CRI's foram adquiridos por diversas instituições financeiras no Brasil.

A Copart 5 recebeu o valor do fluxo dos alugueis adiantado no montante de R\$ 510.519, líquidos dos custos da transação (R\$ 10.728). Decorrente do recebimento antecipado, esse montante foi registrado como dívida com prazo de vencimento de 12 anos. O custo da operação é equivalente a 102% do CDI.

Em conexão com a operação do CRI, em AGE – Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2010, foi aprovada a emissão privada, pela Companhia, de 47 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal unitário de R\$ 10 milhões, totalizando R\$ 470 milhões, com prazo para subscrição de até três anos. Os recursos foram empregados para propósitos corporativos da Companhia. A assinatura da escritura foi em 10 de novembro de 2010 e a subscrição efetuada pela controlada Copart 5, no valor de R\$ 470 milhões, ocorreu no mesmo dia. O prazo final de vencimento das debêntures é 10 de junho de 2022, sem amortizações intermediárias. As debêntures são remuneradas por 103% do CDI-CETIP e os juros serão pagos semestralmente, nos dias 10 de maio e 10 de novembro de cada ano, a partir de 10 de maio de 2011 até 10 de maio de 2022, com um pagamento final na data de vencimento da emissão em 10 de junho de 2022.

Os ativos e passivos da Copart 5 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Companhia (controladora BrT), devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na controladora.

Cronograma de pagamento

A dívida de longo prazo, líquida dos custos de captação, está programada para ser paga nos seguintes exercícios:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	2010	
2012	898.608	1.012.315
2013	896.020	1.009.727
2014	281.074	392.581
2015	94.870	201.977
2016 e exercícios seguintes	391.591	704.260

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total	2.562.163	3.320.860
--------------	------------------	------------------

Os custos de transação serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	2010	
2011	1.936	2.070
2012	1.587	1.721
2013	1.377	1.512
2014	1.102	1.236
2015	1.117	1.251
2016 e exercícios seguintes	6.220	6.555
Total	13.339	14.345

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Companhia e sua controlada BrT Celular e aval das controladoras no montante de R\$ 2.588.066 (2009 – R\$ 2.737.935 e 01/01/2009 – R\$ 2.655.191).

Certos empréstimos e financiamentos contraídos estão garantidos por cauções de direitos creditórios provenientes da prestação de serviços de telefonia fixa, avais e fianças. Após a incorporação da BrT Part pela Companhia, os avais e fianças prestados anteriormente pela BrT Part foram substituídos, mediante aprovação dos credores, por avais e fianças da TNL, matéria que foi devidamente aprovada por seu Conselho de Administração.

As debêntures públicas possuíam garantia fidejussória, por meio de fiança prestada pela BrT Part. Pela escritura da emissão, a controladora, na qualidade de interveniente garantidora, obrigava-se para com os titulares das debêntures como fiadora e principal pagadora solidariamente responsável por todas as obrigações assumidas pela Companhia relacionadas a essas debêntures. Após a incorporação da BrT Part pela Companhia, os debenturistas da 4ª emissão pública aprovaram a substituição da garantidora BrT Part pela TNL. A garantia prestada pela TNL foi devidamente aprovada por seu Conselho de Administração no montante de R\$ 1.080.000.

As operações do CRI possuem garantias em aval da controladora TMAR. Para maiores detalhes vide Nota 29.

“Covenants”

Os contratos de financiamentos com o BNDES, com outras instituições financeiras e a emissão de Debêntures, da Companhia e BrT Celular, exigem cumprimento de índices financeiros. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente.

No fechamento das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 todos os índices foram cumpridos.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Ativos						
Opções de Dólar			29.179			29.179
Total			29.179			29.179
Circulante			29.179			29.179
Passivos						
Opções de Dólar			419			419
Swaps de moeda cruzada– Iene x CDI	70.719	198.280	221.654	70.719	198.280	221.654
Total	70.719	198.280	222.073	70.719	198.280	222.073
Circulante	70.719	133.389	89.920	70.719	133.389	89.920
Não Circulante		64.891	132.153		64.891	132.153

A Companhia possui dívidas expressas em Ienes e foram contratadas operações de “swap” para proteção contra flutuações do Iene. A exposição resultante após os contratos de “swap” está atrelada à taxa de cotação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) brasileiro da CETIP (Central de Custódia e Liquidação). A descrição destes instrumentos derivativos está apresentada na Nota 4 (b).

22. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
SMP (i)				696.159	702.000	707.999
Concessões do STFC	56.759		65.578	56.759		65.578
Outras autorizações				3.713	7.088	10.082
Total	56.759		65.578	756.631	709.088	783.659
Circulante	56.759		65.578	183.627	99.240	160.074
Não circulante				573.004	609.848	623.585

- (i) As autorizações do SMP contratadas pela BrT Celular junto a ANATEL em 2002 e 2004, estão representadas pelos termos que na época totalizaram R\$ 220.119. Tais autorizações referem-se à exploração do SMP pelo período de 15 anos na mesma área de atuação em que a Companhia possui concessão para a telefonia fixa. Do valor contratado, 10% foram pagos no ato da assinatura contratual, sendo que o saldo restante foi integralmente reconhecido no passivo da Controlada para ser amortizado em parcelas anuais, iguais e sucessivas, com vencimento previsto para o exercício de 2010 (saldo de uma parcela) e 2011 a 2012 (saldo de duas parcelas), relacionados com os exercícios sociais em que os termos foram assinados. Sobre o saldo devedor incide a variação do IGP-DI, acrescida de 1% a.m. O saldo atualizado destas autorizações representa R\$ 23.924 (2009 - R\$ 114.659 e 01/01/2009 – R\$ 199.110).

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em 29 de abril de 2008 a BrT Celular adquiriu novas autorizações para exploração da rede 3G, no valor de R\$ 488.235, pagando no ato da assinatura dos termos 10% do total, restando o saldo a pagar nos exercícios sociais de 2010 a 2016 (saldo de sete parcelas). Sobre o saldo devedor incide a variação do IST – Índice de Serviços de Telecomunicações, acrescida de 1% a.m. O saldo atualizado das autorizações atribuídas à rede 3G representa R\$ 672.235 (2009 - R\$ 587.341 e 01/01/2009 – R\$ 508.889).

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2011	56.759	183.627
2012		124.848
2013		112.039
2014		112.039
2015		112.039
2016		112.039
Total	56.759	756.631

23. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL**Parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009**

A Companhia e algumas de suas controladas aderiram ao Novo Parcelamento de Débitos Tributários Federais, disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 30 de novembro de 2008.

Conforme previsto no art. 1, V, § 9 da Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais.

Os refinanciamentos foram pactuados em 180 meses. Conforme previsto na legislação de regência e nas portarias que a disciplinaram, as empresas que aderiram ao Programa passaram a fazer o recolhimento mínimo mensal das parcelas, uma vez que seu valor definitivo apenas será obtido após a consolidação dos débitos pela Receita Federal. Com a adesão, os depósitos judiciais relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.

Em função do novo parcelamento foram inscritos R\$ 350.729 na Companhia e R\$ 379.707 no consolidado, dos quais R\$ 255.992 na Companhia e R\$ 292.731 no consolidado, já haviam sido provisionados, em “Outros tributos” e em “Provisões”.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os valores dos parcelamentos são compostos como segue:

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
REFIS II - PAES	4.336	4.322	4.381	4.336	5.027	5.147
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009	393.761	350.729		425.626	379.707	
Total	398.097	355.051	4.381	429.962	384.734	5.147
Circulante	32.801	27.704	4.381	35.046	29.683	4.434
Não circulante	365.296	327.347		394.916	355.051	713

Os valores do PAES e do novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 segregados em principal, multas e juros são compostos como segue:

	CONSOLIDADO					
				2010	2009	01/01/2009
	Principal	Multas	Juros	Total	Total	Total
COFINS	165.090	13.566	49.015	227.671	203.547	269
CPMF	175	67	242	484	432	
Imposto de renda	67.881	5.446	25.975	99.302	88.721	370
Contribuição social	17.108	1.812	7.657	26.577	23.841	63
INSS – SAT	6.826	3.454	16.936	27.216	20.410	
PIS	35.287	2.825	10.013	48.125	47.221	4.445
Outros	341	27	219	587	562	
Total	292.708	27.197	110.057	429.962	384.734	5.147

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2011	32.801	35.046
2012	28.778	31.082
2013	28.778	31.082
2014	28.778	31.082
2015 a 2017	86.334	93.245
2018 a 2020	86.334	93.245
2021 a 2023	86.334	93.245
2024 e exercícios seguintes	19.960	21.935
Total	398.097	429.962

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****24. PROVISÕES****Composição do saldo**

Natureza	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Trabalhista						
(i) Horas extras	229.040	178.277	88.139	232.483	180.935	90.466
(ii) Diferença salariais	119.255	115.728	50.738	122.016	118.309	54.238
(iii) Adicionais diversos	117.945	101.679	45.158	121.886	104.323	47.239
(iv) Subsidiariedade	83.506	77.968	43.617	84.244	78.628	44.267
(v) Verbas rescisórias	80.247	46.771	43.454	82.779	50.837	46.825
(vi) Estabilidade / Reintegração	79.615	75.517	41.607	79.920	75.666	41.965
(vii) Indenizações	66.985	46.493	19.376	67.885	49.291	19.902
(viii) Complemento de aposentadoria	47.363	40.246	26.706	47.368	40.250	26.706
(ix) FGTS	31.434	30.241	18.005	31.459	30.316	18.017
(x) Multas trabalhistas	4.118	3.952	1.912	4.242	4.050	1.963
(xi) Vínculo empregatício	1.866	1.769	1.027	3.742	2.027	1.249
(xii) Honorários advocatícios/periciais	1.338	2.176	1.570	1.375	2.516	1.570
(xiii) Demais ações	57.425	56.033	32.423	57.814	56.502	32.293
Total	920.137	776.850	413.732	937.213	793.650	426.700
Tributária						
(i) ICMS	227.997	448.357	165.063	254.917	470.215	3.411
ISS	956	1.312	5.112	8.006	9.595	183.605
(ii) FUST				4.164	3.801	500
(ii) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	301	280	26.485	972	280	29.180
Demais ações	4.200	1.453	46.079	5.823	2.690	53.170
Total	233.454	451.402	242.739	273.882	486.581	269.866
Cível						
(i) Societário	2.415.967	2.443.810	310.038	2.415.967	2.443.810	310.038
(ii) Estimativas ANATEL	158.000	135.166	75.870	160.640	138.987	76.197
(iii) Juizado Especial	102.262	75.479	13.731	120.355	90.449	13.980
(iv) Multas ANATEL	75.931	59.147	67.911	79.455	62.261	72.940
(v) Demais ações	293.138	405.312	259.282	309.355	417.745	279.243
Total	3.045.298	3.118.914	726.832	3.085.772	3.153.252	752.398
Total das provisões	4.198.889	4.347.166	1.383.303	4.296.867	4.433.483	1.448.964
Circulante	1.198.211	1.162.254	417.970	1.236.971	1.194.716	440.873
Não circulante	3.000.678	3.184.912	965.333	3.059.896	3.238.767	1.008.091

Detalhamento dos processos por natureza de risco (consolidado)

Risco	2010			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Provisões	937.213	273.882	3.085.772	4.296.867
Passivos contingentes	2.205.808	2.435.016	779.905	5.420.729

Risco	2009			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Provisões	793.650	486.581	3.153.252	4.433.483
Passivos contingentes	1.128.980	1.778.465	661.727	3.569.172

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Risco	01/01/2009			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Provisões	426.700	269.866	752.398	1.448.964
Passivos contingentes	632.838	1.672.260	1.220.372	3.525.470

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 01/01/2009	413.732	242.739	726.832	1.383.303
Atualização monetária	74.564	67.724	57.508	199.796
Adições, líquidas de reversões	380.769	237.058	2.698.799	3.316.626
Acréscimos por Incorporação da BrT Part	223	3.306	142	3.671
Baixas por pagamentos / encerramentos	(92.438)	(99.425)	(364.367)	(556.230)
Saldo em 2009	776.850	451.402	3.118.914	4.347.166
Atualização monetária	100.516	57.623	81.648	239.787
Adições, líquidas de reversões	163.605	(137.612)	366.577	392.570
Baixas por pagamentos / encerramentos	(120.834)	(137.959)	(521.841)	(780.634)
Saldo em 2010	920.137	233.454	3.045.298	4.198.889

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 01/01/2009	426.700	269.866	752.398	1.448.964
Atualização monetária	76.393	73.223	60.889	210.505
Adições, líquidas de reversões	385.313	239.761	2.714.632	3.339.706
Acréscimos por Incorporação da BrT Part	223	3.306	142	3.671
Baixas por pagamentos / encerramentos	(94.979)	(99.575)	(374.809)	(569.363)
Saldo em 2009	793.650	486.581	3.153.252	4.433.483
Atualização monetária	102.392	64.352	87.294	254.038
Adições, líquidas de reversões	164.332	(137.535)	378.296	405.093
Baixas por pagamentos / encerramentos	(123.161)	(139.516)	(533.070)	(795.747)
Saldo em 2010	937.213	273.882	3.085.772	4.296.867

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas**Trabalhista**

- (i) Horas extras – referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de labor supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada;
- (ii) Diferenças salariais e reflexos – referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado;
- (iii) Adicionais diversos – referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base na Lei nº 7.369/1985, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/1986, em razão de suposto risco por contato do empregado com sistema elétrico de potência, adicional de insalubridade, sobreaviso, adicional de transferência;

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) Responsabilidade solidária/subsidiária – refere-se a pedido de responsabilização da Companhia, feito por empregados de terceiros, em razão de suposta inobservância de seus direitos trabalhistas por seus empregadores diretos;
- (v) Verbas rescisórias – referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças;
- (vi) Estabilidade/Reintegração – refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
- (vii) Indenizações – referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória;
- (viii) Complemento de aposentadoria – diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas;
- (ix) Complemento de multa FGTS – decorrente de expurgos inflacionários, refere-se a pedidos de complementação da indenização da multa de FGTS, em razão da recomposição das contas desse fundo por expurgos inflacionários.

A BrT ingressou com ação judicial contra a Caixa Econômica Federal, no intuito de assegurar o ressarcimento de todos os valores que forem pagos a esse título;
- (x) Multas trabalhistas - valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verba do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas;
- (xi) Vínculo empregatício - reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta;
- (xii) Honorários advocatícios/periciais - parcelas pagas nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial;
- (xiii) Demais ações - refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

Após a aquisição do controle da Companhia pela TMAR, em 8 de janeiro de 2009, foi alterado o critério de avaliação de chances de perda prováveis relativas às contingências trabalhistas, de forma a alinhar essas políticas com as adotadas pela TMAR, levando em consideração o mérito das ações judiciais em curso. Como consequência dessas alterações aumentou a provisão para processos trabalhistas no primeiro semestre de 2009 em R\$ 334.136 (R\$ 220.529 líquidos dos efeitos tributários).

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tributária

- (i) Tributos estaduais – exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Companhia, não são passíveis de tributação por este imposto. Discussões sobre créditos de ICMS tomados pela Companhia, cuja validade ou legalidade é contestada pelos Fiscos Estaduais que, com base na avaliação da administração atual da Companhia e de seus atuais assessores jurídicos, mudou a estimativa de risco das contingências relacionadas, passando a avaliá-las como de risco provável. Esta mudança de estimativa gerou um aumento nas provisões para contingências tributárias, em 31 de março de 2009, no montante de R\$ 387.124 (R\$ 255.534, líquido dos efeitos tributários).

A variação no saldo das contingências fiscais estaduais (débitos de ICMS) ocorreu em decorrência de: i) decisão administrativa irreversível favorável, no estado do Mato Grosso, em processo administrativo sobre crédito de ICMS na aquisição de energia elétrica e ii) pagamento, em anistia, de débitos de ICMS sobre serviços faturados e outras matérias no estado do Rio Grande do Sul, que resultou na reversão de R\$ 303.700 da provisão constituída para os débitos respectivos.

- (ii) Tributos federais – autuações diversas que exigem impostos e contribuições federais sobre fatos qualificados de forma supostamente inadequada pela Companhia ou sobre diferenças na apuração e cálculos destes tributos.

Cível

- (i) Societário – Contratos de Participação Financeira – os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais nºs 415/1972, 1.181/1974, 1.361/1976, 881/1990, 86/1991 e 1.028/1996. O assinante participava financeiramente da empresa concessionária, integralizando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando, assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT, sociedade incorporada pela Companhia, discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira.

A Companhia provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do período de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a Companhia a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A Companhia, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da Companhia, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos,

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para estimar o valor da provisão para contingências referente aos processos mencionados. A Companhia atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese (incluindo todos os custos processuais).

Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do STJ - Superior Tribunal de Justiça, que o mesmo fixou critérios de indenização a serem adotados pela BrT, em benefício de acionistas da CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, os critérios deverão ser baseados em (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária (IPC/INPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Com base nas informações atuais, a Companhia julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 31 de dezembro de 2010, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da BrT.

- (ii) Estimativas ANATEL – refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização e PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade;
- (iii) Juizados Especiais Cíveis - questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.
- (iv) Multas ANATEL – refere-se, substancialmente, as provisões de PADO's – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade; e
- (v) Demais ações - refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra a Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contingências não provisionadas

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Trabalhista

Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade solidária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 2.205.808 (2009 - R\$ 1.128.980 e 01/01/2009 – R\$ 632.838).

Tributária

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

- (i) ICMS – diversas autuações fiscais de ICMS, dentre as quais destacam-se dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributados pelo ISS ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, no montante aproximado de R\$ 1.119.720 (2009 - R\$ 708.944 e 01/01/2009 – R\$ 855.630);
- (ii) ISS – suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003, no montante aproximado de R\$ 356.878 (2009 - R\$ 282.211 e 01/01/2009 – R\$ 179.301);
- (iii) INSS – autuações versando sobre a adição de rubricas no salário-de-contribuição supostamente devidas pela Companhia, no montante aproximado de R\$ 308.273 (2009 - R\$ 285.871 e 01/01/2009 – R\$ 274.133); e
- (iv) Tributos federais – diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 650.145 (2009 - R\$ 501.439 e 01/01/2009 – R\$ 363.196).

Cível

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

Ações que não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 779.905 (2009 - R\$ 661.727 e 01/01/2009 – R\$ 1.220.372).

Cartas de fiança

Com relação às contingências passivas, a Companhia mantém contratos de cartas de fiança firmados com instituições financeiras, a título de garantia complementar de processos judiciais em execução provisória e como garantia de execução de compromissos de abrangência referentes a autorizações concedidas pela ANATEL. O valor histórico total de fianças contratadas pela Companhia e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 corresponde a R\$ 2.142.892 (2009 - R\$ 2.339.509 e 01/01/2009 – R\$ 2.351.546) e R\$ 2.184.978 (2009 - R\$ 2.356.120 e 01/01/2009 – R\$ 2.569.471) relativos ao consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

a. Contingências ativas

A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária promovida pela Companhia, através da qual reivindica a recuperação de tributos pagos.

PIS/COFINS: questionamento judicial sobre a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS. O período abrangido pela Lei foi de fevereiro de 1999 a novembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 para a COFINS. Em novembro de 2005, o STF concluiu o julgamento de alguns processos que tratam do tema e considerou inconstitucional a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Lei. Parte das ações da Companhia e das empresas concessionárias do STFC da Região II do Plano de Outorgas, incorporadas pela Companhia em fevereiro de 2000, transitaram em julgado no decorrer de 2006, no que se refere ao alargamento da base de cálculo da COFINS. A Companhia aguarda o julgamento dos processos das demais empresas incorporadas, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da Companhia, na entrada futura de recursos, está considerada como provável. O montante atribuído a esses processos, que representam uma contingência ativa não reconhecida contabilmente, é de R\$ 19.784 (2009 - R\$ 18.533 e 01/01/2009 – R\$ 18.367) e de R\$ 20.271 (2009 - R\$ 19.015 e 01/01/2009 – R\$ 18.843) para o consolidado.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****25. DEMAIS OBRIGAÇÕES**

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Adiantamento de clientes	29.064	33.358	37.717	316.006	338.591	268.398
Retenção de terceiros	124.389	71.296	104.562	133.914	77.786	111.323
Grupamento de ações - Recompra	117.516	75.837	5.864	117.516	75.837	5.864
Outros tributos retidos na fonte	72.475	19.690	48.582	80.307	30.828	59.548
Valores a pagar a partes relacionadas	53.539	88.607		36.591		
Receitas a apropriar	36.451	7.570	48.898	36.451	7.570	48.898
Valores a restituir de clientes	27.645	27.239	37.360	35.954	31.607	39.621
Provisão p/ desmobilização de ativos	21.956	15.158	14.561	29.384	19.697	18.921
Outros	52.561	47.084	52.352	56.300	59.549	56.487
Total	535.596	385.839	349.896	842.423	641.465	609.060
Circulante	476.464	338.353	292.015	611.805	381.088	394.306
Não circulante	59.132	47.486	57.881	230.618	260.377	214.754

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**(a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 3.731.059 (2009 - R\$ 3.731.059 e 01/01/2009 - R\$ 3.470.758), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)		
	2010	2009	01/01/2009
Capital total em ações			
Ações ordinárias	203.423	203.423	249.597
Ações preferenciais	399.597	399.597	311.353
Total	603.020	603.020	560.950
Ações em tesouraria			
Ações ordinárias			
Ações preferenciais	13.231	13.231	13.451
Total	13.231	13.231	13.451
Ações em circulação			
Ações ordinárias	203.423	203.423	249.597
Ações preferenciais	386.366	386.366	297.902
Total em circulação	589.789	589.789	547.499
Valor patrimonial por ação em circulação	19,22	16,79	11,47

Na apuração do cálculo do valor patrimonial estão deduzidas as ações preferenciais e ordinárias mantidas em tesouraria.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite total de 800.000.000 (oitocentos milhões) de ações ordinárias ou preferenciais, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) no caso de emissão de novas ações preferenciais sem direito a voto.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por deliberação da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembléia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos 1º a 3º do art. 12 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações ou de 3% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações, o que for maior.

(b) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria são originadas de programas de recompra realizados durante os exercícios de 2002 a 2004. Na data de 13 de setembro de 2004 foi divulgado o fato relevante da última proposta aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, para recompra de ações preferenciais de própria emissão, para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação.

A posição das ações em tesouraria é a seguinte:

	Ações preferenciais	Valor ⁽¹⁾
Saldo em 01/01/2009	13.451.400	152,129
Ações alienadas	(219.844)	(2.487)
Saldo em 2009	13.231.556	149.642
Ações alienadas		
Saldo em 2010	13.231.556	149.642

(1) Equivale ao custo das ações alienadas

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)	2010	2009	01/01/2009
Médio ponderado	11,31	11,31	11,31
Mínimo	10,31	10,31	10,31
Máximo	13,80	13,80	13,80

O custo unitário na aquisição considera a totalidade dos programas de recompra de ações.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****Valor de mercado das ações em tesouraria**

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do período era o seguinte:

	2010	2009	01/01/2009
Quantidade de ações preferencias em tesouraria	13.231.556	13.231.556	13.451.400
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	12,00	16,75	14,33
Valor de mercado	158.779	221.629	192.759

Segue abaixo quadro demonstrativo, considerando a dedução do valor das ações em tesouraria dos saldos das reservas que deram origem a recompra:

	Ágio na subscrição de ações			Outras reservas de capital		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Saldo contábil das reservas	458.684	458.684	458.684	126.372	126.372	125.287
Ações em tesouraria	(99.822)	(99.822)	(99.822)	(49.820)	(49.820)	(52.307)
Saldo, líquido das ações em tesouraria	358.862	358.862	358.862	76.552	76.552	72.980

(c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva de ágio na subscrição de ações: resultado da diferença entre o valor pago na subscrição e o valor destinado ao capital.

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do ágio registrado no ativo, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999. A reserva poderá ser capitalizada na medida que o ágio que lhe deu origem for amortizado, em benefício de todos os acionistas.

Administração da Companhia encaminhará proposta a assembleia geral sugerindo sua capitalização, sem emissão de novas ações.

Reserva de doações e subvenções para investimentos: constituída em razão de doações e subvenções recebidas antes do início do exercício social de 2008 e cuja contrapartida representa um ativo recebido pela Companhia.

Reserva de correção monetária especial da Lei nº 8.200/1991: constituída em razão dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente e cuja finalidade foi a compensação de distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991.

Reserva de opções de ações: conta constituída em razão das opções de ações, outorgadas e reconhecidas de acordo com os planos de pagamentos com base em ações, e liquidadas com instrumentos do patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Juros sobre obras em andamento: formadas pela contrapartida de juros sobre obras em andamento incorridos até 31 de dezembro de 1998 e pelos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda, antes do início do exercício social de 2008.

Outras reservas de capital: formadas pela contrapartida de juros sobre obras em andamento incorridos até 31 de dezembro de 1998 e pelos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda, antes do início do exercício social de 2008.

(d) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

Reserva legal: destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva para investimentos: formada pelos saldos de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e destinados após o pagamento dos dividendos. Os saldos de lucros dos exercícios que contribuem para a formação desta reserva foram integralmente destinados como lucros retidos pelas respectivas assembléias gerais de acionistas, face ao orçamento de investimentos da Companhia e de acordo com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações. Até o encerramento do exercício de 2007 a retenção de lucros para investimentos permanecia na conta de lucros acumulados, em linha com o art. 8º da Instrução CVM nº 59/1986. Com a vigência da Lei nº 11.638/2007, que determina que não deve permanecer saldo na conta de lucros acumulados ao final do exercício, a referida retenção de lucros remanescentes integra esta reserva para investimentos.

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 43 do estatuto social.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apurou lucro no exercício no montante de R\$ 1.971.023. De acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita a aprovação da AGO, o saldo do lucro do exercício foi destinado da seguinte forma: (i) constituição da reserva de investimentos no montante de R\$ 1.431.365, (ii) deliberação de juros sobre o capital próprio de R\$ 363.176 e (iii) dividendo obrigatório complementar aos juros sobre o capital próprio de R\$ 176.482.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os lucros acumulados provenientes do reprocessamento do exercício de 2009 em função da adoção das normas internacionais de contabilidade, no montante de R\$ 70.719 serão destinados para constituição da reserva de investimento naquele exercício.

Dividendos mínimos obrigatórios calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976

	2010	2009
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.971.023	
Apropriação à Reserva legal		
Lucro líquido ajustado	1.971.023	
Dividendos obrigatórios (25% do Lucro Líquido Ajustado)	492.755	

Dividendos e JSCP - Juros Sobre o Capital Próprio Creditados

A Companhia creditou Juros sobre o Capital Próprio a seus acionistas durante o exercício de 2010, de acordo com a posição acionária na data de cada crédito efetuado. Na data de encerramento do exercício, os JSCP creditados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, foram imputados aos dividendos e integram a proposta para destinação de resultados aprovada pela AGO de acionistas.

	2010	2009
JSCP creditados	363.176	
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	(46.903)	
JSCP líquidos	316.273	
Dividendos provisionados, em complemento aos JSCP	176.482	
Total da remuneração dos acionistas	492.755	
Ações ordinárias	168.601	
Ações preferenciais	324.154	

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os dividendos mínimos estatutários das ações preferenciais do exercício de 2010 foram calculados como segue:

	2010
I - Critério de 6% a.a. sobre o capital social	
Capital social subscrito	3.731.059
Total de ações em circulação (*)	589.789
Total de ações preferenciais em circulação (*)	386.366
Base de cálculo	2.444.185
Percentual do dividendo mínimo estatutário	6%
Dividendo mínimo estatutário	146.651
II - Critério de 3% sobre o valor do patrimônio líquido da ação	
Patrimônio líquido	11.512.969
Total de ações em circulação (*)	589.789
Total de ações preferenciais em circulação (*)	386.366
Base de cálculo	7.542.050
Percentual do dividendo mínimo estatutário	3%
Dividendo mínimo estatutário	226.261

(*) em milhares de ações

Segue o demonstrativo dos dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício:

	2010		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Juros sobre o capital próprio (Líquido do imposto de renda)			
Deliberado em 17 de novembro de 2010	107.730	208.543	316.273
Dividendos (valores históricos)			
Dividendos propostos (em 31 de dezembro de 2010)	60.870	115.612	176.482
	168.600	324.155	492.755
Quantidade de ações em circulação (em milhares)	203.423	386.366	

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Remuneração total por ação (Em Reais)

	2010		2009	
	Valor bruto	Valor líquido	Valor bruto	Valor líquido
Juros sobre o capital próprio				
Ordinárias	0,615774	0,523408		
Preferenciais	0,615774	0,523408		
Totalidade das ações	1,231548	1,046816		

	2010	
	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Juros sobre o capital próprio (Líquido do imposto de renda)		
Deliberado em 9 de dezembro de 2010	0,523408	0,523408
Dividendos (valores históricos)		
Dividendos propostos (em 31 de dezembro de 2010)	0,299229	0,299229

(f) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia possui categoria de ações potenciais diluídas provenientes de opções de compra de ações, mencionado na Nota 27, que foi considerado no cálculo do lucro por ação diluído.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	2010	2009 (*)
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	1.971.023	(1.021.311)
Lucro (prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	679.822	(1.021.311)
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	1.291.201	
Média ponderada das ações em circulação		
Ações ordinárias – básicas	203.423.176	245.749.226
Ações ordinárias – diluídas	203.423.176	245.749.226
Ações preferenciais – básicas	386.365.814	305.438.721
Ações preferenciais – diluídas	386.387.781	305.438.721
Lucro por ação:		
Ações ordinárias – básicas	3,34	(1,85)
Ações ordinárias – diluídas	3,34	(1,85)
Ações preferenciais - básicas	3,34	
Ações preferenciais - diluídas	3,34	

(*) De acordo com a legislação societária, os acionistas detentores de ações preferenciais não estão contratualmente obrigados a absorver prejuízos, sendo esses prejuízos atribuídos exclusivamente aos acionistas detentores de ações ordinárias.

27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**(a) Fundos de pensão**

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de pensão”) a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2010.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	BrT, BrT Celular, VANT, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
BrTPREV	BrT, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
Fundador / Alternativo	BrT, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
TelemarPrev	BrT	FATL
PAMEC	BrT	BrT
PBS-A	BrT	Sistel
PAMA	BrT	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 1 de janeiro de 2010 os planos de benefícios de previdência complementar, que até então estavam sob administração da Fundação 14 de Previdência Privada e Fundação BrTPREV, foram transferidos para administração da FATL.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 2010, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais prevêm a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Planos BrTPREV e Fundador/Alternativo	646.444	677.006	753.287	650.305	677.006	753.287
Plano PAMEC	3.001	2.707	2.504	3.001	2.707	2.504
Total	649.445	679.713	755.791	653.306	679.713	755.791
Circulante	74.080	104.533	148.391	77.941	104.533	148.391
Não circulante	575.365	575.180	607.400	575.365	575.180	607.400

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

A Companhia reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido compõe a rubrica de outros ativos e se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Plano TCSPREV	90.249	136.277	123.938	92.619	136.277	123.938
Total	90.249	136.277	123.938	92.619	136.277	123.938
Circulante			15.874			15.874
Não circulante	90.249	136.277	108.064	92.619	136.277	108.064

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multiplano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos

BrTPREV

Plano de contribuição definida e benefícios saldados, lançado em outubro de 2002, destinado à concessão de benefícios previdenciários suplementares aos da previdência oficial e que atendia inicialmente apenas aos empregados vinculados à filial Rio Grande do Sul. Este plano passou a ser oferecido também aos novos empregados da Companhia e de suas controladas durante o período de março de 2003 a fevereiro de 2005, quando foi suspenso o oferecimento do mesmo, sendo um plano fechado ao ingresso de novos participantes. O BrTPREV atende atualmente cerca de 15,42% do quadro de empregados.

As contribuições para este plano são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante. Opcionalmente o participante pode fazer aportes adicionais para o plano, porém, sem a paridade da patrocinadora. Exceto para os participantes autopatrocinados e em diferimento de benefício, as patrocinadoras são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco.

Fundador/Alternativo

Plano de benefício definido, destinado à concessão de benefícios previdenciários suplementares aos da previdência oficial, fechado ao ingresso de novos participantes, originado da incorporação do plano Fundador-BrT pelo plano Alternativo-BrT, conforme a Portaria PREVIC nº 2.627/2008, constituindo-se em um plano único, sem alteração de regras para os participantes e assistidos, passando a denominar-se plano Fundador/Alternativo. Atualmente, esse plano atende cerca de 0,20% do quadro de empregados.

A contribuição normal da patrocinadora para este plano é paritária à contribuição normal do participante, cujas taxas são variáveis conforme a idade, tempo de serviço e salário. Para os participantes vinculados às regras do antigo Plano Alternativo-BrT, as contribuições estão limitadas a três vezes o teto de benefício do INSS e o participante também paga uma “jóia”, dependendo da idade que ingressou no plano.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

TCSPREV

Plano de contribuição definida e benefícios saldados lançado em 28 de fevereiro de 2000. Em 31 de dezembro de 2001 ocorreu a fusão de todos os planos previdenciários patrocinados, na época, junto à SISTEL, com aprovação em caráter excepcional e precário pela PREVIC, do documento encaminhado àquele Órgão, face à necessidade de ajustes no regulamento. Desta forma, o TCSPREV é constituído por grupos de contribuição definida, de benefício salgado e de benefício definido. Os planos que se agregaram ao TCSPREV foram o PBS-TCS, PBT-BrT, Convênio de Administração BrT e Termo de Relação Contratual Atípica, sendo mantidas as condições estabelecidas nos planos de origem.

Em 18 de setembro de 2008 foi publicada no DOU, a Portaria PREVIC/MPS nº 2.521/2008, que aprovou o novo regulamento do plano, reconhecendo de caráter pleno o que havia sido aprovado na condição de excepcional e precário em 31 de dezembro de 2001. O novo regulamento contempla também a adequação necessária para atender aos aspectos atualmente exigidos pela legislação da previdência complementar.

Em março de 2003 o Plano TCSPREV deixou de ser oferecido aos novos contratados das patrocinadoras. Porém, no que se refere ao grupo de contribuição definida, este plano voltou a ser oferecido a partir de março de 2005. O TCSPREV atende atualmente a cerca de 51,47% do quadro de empregados.

As contribuições para este plano, por grupo de participantes, são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Atualmente, apenas para os grupos internos PBS-TCS (benefício definido) e TCSPREV (contribuição definida) existem contribuições dos participantes e da patrocinadora. No grupo TCSPREV, os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante. Opcionalmente o participante pode efetuar aportes adicionais para o plano, porém, sem a paridade da patrocinadora. No grupo PBS-TCS, a contribuição da patrocinadora corresponde a 12% sobre a folha de salários dos participantes do grupo, enquanto que a do empregado varia de acordo com a idade, tempo de serviço e salário, podendo também pagar uma “jóia” dependendo da idade que ingressou no plano. Exceto para os participantes autopatrocinados e em diferimento de benefício, as patrocinadoras são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco.

Através da Portaria nº 2.792/2009, a PREVIC autorizou a transferência de gerenciamento do plano de benefícios TCSPREV para a Fundação Atlântico de Seguridade Social, entidade patrocinada pelo Grupo Oi, novo controlador da Companhia.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

TelemarPrev

Plano de contribuição definida, passou a ser patrocinado pela BrT em 2010.

Os benefícios assegurados pelo plano aos participantes classificam-se em: (i) benefícios de risco - suplementações e (ii) benefícios programáveis - rendas.

A contribuição normal do participante é composta de duas parcelas: (i) básica - equivalente a 2% do salário de participação, e (ii) padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do salário de participação e a parcela previdenciária. A contribuição extraordinária adicional do participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do salário de participação, e por prazo não inferior a seis meses.

Contribuições extraordinárias eventuais do participante, também em caráter facultativo, não poderão ser inferiores a 5% do teto do salário de participação.

O regulamento do plano estabelece a paridade de contribuição entre participantes e patrocinadoras, até o limite de 8% do salário de participação, observando que a patrocinadora não é obrigada a acompanhar as contribuições extraordinárias feitas pelo participante. O regime financeiro de determinação do custeio do plano é o de capitalização.

Plano assistencial administrado pela Companhia

PAMEC-BrT – Plano de Assistência Médica ao Complementado (benefício definido)

O plano de benefício definido, destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao Grupo PBT-BrT – plano previdencial TCSPREV que é administrado pela FATL.

As contribuições para o PAMEC-BrT foram pagas integralmente em julho de 1998, através de dotação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela Companhia, após a transferência da administração pela Fundação 14 em novembro de 2007, não há patrimônio constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida no passivo da Companhia.

SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL

Planos

PBS-A

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2010, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

PAMA

O plano de assistência médica ao aposentado e o PCE – Plano de Coberturas Especiais, ambos de contribuição definida, mantidos solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de dezembro de 2000, aos assistidos do Grupo PBS-TCS, incorporado em 31 de dezembro de 2001 ao TCSPREV (plano atualmente administrado pela FATL) e aos assistidos dos planos de benefícios definidos PBS's patrocinados por outras empresas, junto à SISTEL e outras fundações. Conforme avaliação jurídica e atuarial, a responsabilidade da Patrocinadora está exclusivamente limitada a contribuições futuras. Nos períodos de março a julho de 2004, de dezembro de 2005 a abril de 2006 e de junho a novembro de 2008, ocorreu a migração opcional incentivada dos aposentados e pensionistas usuários do PAMA, para novas condições de cobertura (PCE). A opção dos participantes pela migração resultou em contribuição dos mesmos para o PAMA/PCE.

As contribuições para este plano, correspondem a 1,5% sobre a folha salarial dos participantes ativos vinculados aos planos PBS, segregados e patrocinados pelas diversas empresas patrocinadoras. No caso da BrT, o PBS-TCS foi incorporado ao plano TCSPREV em 31 de dezembro de 2001, passando a constituir um grupo interno do mesmo. Pela utilização de recursos do PAMA, os participantes compartilham com uma parcela de seus custos individuais utilizados do plano. Também são realizadas contribuições pelos aposentados e pensionistas usuários que migraram para o PAMA/PCE. Para as patrocinadoras, a opção dos participantes em migrar para o PAMA/PCE não altera a contribuição patronal de 1,5% mencionada.

Insuficiência atuarial dos planos

A reserva matemática a amortizar, referente ao valor atual da contribuição suplementar da Companhia, face à insuficiência atuarial dos planos administrados pela BrTPREV, teve o prazo máximo de liquidação estabelecido em 20 anos, contados a partir de janeiro de 2002, conforme o Ofício nº 66/PREVIC/GAB/COA, de 25 de janeiro de 2002, da PREVIC. Desse prazo máximo determinado restam 11 anos para a quitação total.

Através da Portaria nº 2.792/2009, a PREVIC autorizou a transferência de gerenciamento dos planos de benefícios da Fundação BrTPREV para a Fundação Atlântico de Seguridade Social, entidade patrocinada pelo Grupo Oi, novo controlador da Companhia.

O plano Fundador/Alternativo está com suas contribuições suspensas judicialmente.

Notas Explicativas

**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**
**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social
(BrTPREV e Fundação 14)**

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantém obrigações de benefício definido:

	CONTROLADORA					
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
	BrTPREV, Alternativo e Fundador			TCSPREV		
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS						
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.698.140	1.520.800	1.529.300	353.887	313.600	271.700
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	42.647	74.332	79.779	65.718	80.773	140.493
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	1.740.787	1.595.132	1.609.079	419.605	394.373	412.193
Valor justo dos ativos do plano	(1.102.591)	(937.590)	(855.792)	(1.238.897)	(1.112.181)	(822.778)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	638.196	657.542	753.287	(819.292)	(717.808)	(410.585)
Ganhos atuariais não reconhecidos	8.248	19.464		11.628	12.484	
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19				717.415	569.047	286.647
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾	646.444	677.006	753.287	(90.249)	(136.277)	(123.938)

	CONSOLIDADO					
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
	BrTPREV, Alternativo e Fundador			TCSPREV		
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS						
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.698.979	1.520.800	1.529.300	353.990	313.600	271.700
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	45.345	74.332	79.779	66.693	80.773	140.493
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	1.744.324	1.595.132	1.609.079	420.683	394.373	412.193
Valor justo dos ativos do plano	(1.104.844)	(937.590)	(855.792)	(1.242.078)	(1.112.181)	(822.778)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	639.480	657.542	753.287	(821.395)	(717.808)	(410.585)
Ganhos atuariais não reconhecidos	10.825	19.464		11.362	12.484	
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19				717.414	569.047	286.647
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾	650.305	677.006	753.287	(92.619)	(136.277)	(123.938)

⁽¹⁾ A Companhia determina o valor disponível para abatimento de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado ao Plano TCSPREV reconhecido nas demonstrações contábeis da Companhia, no valor de R\$ 92.619 (2009 - R\$ 136.277 e 01/01/2009 - R\$ 123.938), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.

	CONTROLADORA			
	BrTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
	2010	2009	2010	2009
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.589.251	1.609.079	392.875	412.193
Custo dos juros	173.142	166.307	41.892	43.024
Custo do serviço corrente	3.532	4.020	2.062	2.428
Benefícios pagos líquidos	(135.207)	(127.551)	(26.842)	(26.039)
(Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	110.069	(56.723)	9.618	(37.233)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.740.787	1.595.132	419.605	394.373
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	934.120	855.792	1.107.955	822.778
Rendimentos dos ativos do plano	205.140	68.428	157.783	314.759
Contribuições normais recebidas pelo plano		1.149		1.066
Patrocinadora		1.063		683
Participantes		86		383
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	98.538	139.858		
Pagamento de benefícios	(135.207)	(127.637)	(26.841)	(26.422)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.102.591	937.590	1.238.897	1.112.181
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	638.196	657.542	(819.292)	(717.808)
Ganhos atuariais não reconhecidos	8.248	19.464	11.628	12.484
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19			717.415	569.047
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	646.444	677.006	(90.249)	(136.277)

Notas Explicativas

**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**
**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	CONSOLIDADO			
	BrTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
	2010	2009	2010	2009
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.595.132	1.609.079	394.373	412.193
Custo dos juros	173.808	166.307	42.047	43.024
Custo do serviço corrente	4.486	4.020	1.973	2.428
Benefícios pagos líquidos	(135.274)	(127.551)	(26.849)	(26.039)
(Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	106.172	(56.723)	9.139	(37.233)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.744.324	1.595.132	420.683	394.373
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	937.590	855.792	1.112.181	822.778
Rendimentos dos ativos do plano	203.989	68.428	156.727	314.759
Contribuições normais recebidas pelo plano	23	1.149	19	1.066
Patrocinadora		1.063	19	683
Participantes	23	86		383
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	98.539	139.858		
Pagamento de benefícios	(135.297)	(127.637)	(26.849)	(26.422)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.104.844	937.590	1.242.078	1.112.181
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	639.480	657.542	(821.395)	(717.808)
Ganhos atuariais não reconhecidos	10.825	19.464	11.362	12.484
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19			717.414	569.047
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	650.305	677.006	(92.619)	(136.277)

	CONTROLADORA			
	BrTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
	2010	2009	2010	2009
DESPESA RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA BrT⁽¹⁾				
Custo do serviço corrente	3.532	4.020	2.062	2.428
Contribuições dos participantes		(86)		(383)
Custo dos juros	173.142	166.307		
Rendimento dos ativos do plano	(205.140)	(68.428)		
Perdas (Ganhos) atuariais reconhecidos	110.069	(56.723)		
Total da despesa reconhecida	81.603	45.090	2.062	2.045

	CONSOLIDADO			
	BrTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
	2010	2009	2010	2009
DESPESA RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA BrT⁽¹⁾				
Custo do serviço corrente	4.486	4.020	1.973	2.428
Contribuições dos participantes	(23)	(86)		(383)
Custo dos juros	173.808	166.307		
Rendimento dos ativos do plano	(203.989)	(68.428)		
Perdas (Ganhos) atuariais reconhecidos	106.172	(56.723)		
Total da despesa reconhecida	80.454	45.090	1.973	2.045

⁽¹⁾ A Companhia apresentou no exercício de 2010 uma redução do superávit do plano TCSPREV, proveniente de redução na base de participantes do plano e mudanças de algumas premissas, reconhecendo desta forma R\$ 43.658 mil, em outras receitas operacionais. Em 2009 foram reconhecidas receitas no montante de R\$ 55.024, sendo R\$ 40.479 registrados em outras receitas operacionais e R\$ 14.545, registrados como receitas financeiras.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	BrTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
	2010	2009	2010	2009
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial (6% + Inflação)	10,77%	11,40%	10,77%	11,40%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	7,95%	7,63%	7,94%	7,63%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de rendimento total esperada sobre os ativos do plano	10,95% (Fundador e Alternativo) e (BrTPREV)	11,61% (Fundador e Alternativo) e 11,68% (BrTPREV)	10,95%	12,09%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	15% a.a	1,5% a.a.; nula a partir dos 50 anos de idade e para o Benefício Saldado	15% a.a	1,5% a.a.; nula a partir dos 50 anos de idade e para o Benefício Saldado

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2010

- a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2010.
b) Os dados cadastrais utilizados são de 30 de setembro de 2010, projetados para 31 de dezembro de 2010.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (Sistel e PAMEC)

	CONTROLADORA					
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
	PBS-A			PAMEC		
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS						
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	714.094	624.068	667.702	3.569	3.054	2.504
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	714.094	624.068	667.702	3.569	3.054	2.504
Valor justo dos ativos do plano	(1.192.596)	(973.464)	(1.005.683)			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido⁽¹⁾	(478.502)	(349.396)	(337.981)	3.569	3.054	2.504
Ganhos/Perdas atuariais não reconhecidas				(568)	(347)	
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	478.502	349.396	337.981			
(=) Passivo atuarial reconhecido				3.001	2.707	2.504

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONSOLIDADO					
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
	PBS-A			PAMEC		
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS						
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	714.094	624.068	667.702	3.569	3.054	2.504
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	714.094	624.068	667.702	3.569	3.054	2.504
Valor justo dos ativos do plano	(1.192.596)	(973.464)	(1.005.683)			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido⁽¹⁾	(478.502)	(349.396)	(337.981)	3.569	3.054	2.504
Ganhos/Perdas atuariais não reconhecidas				(568)	(347)	
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	478.502	349.396	337.981			
(=) Passivo atuarial reconhecido				3.001	2.707	2.504

⁽¹⁾No caso do ativo atuarial líquido do Plano PBS-A não há reconhecimento contábil na Patrocinadora. Tal plano é composto na sua totalidade por participantes assistidos, inexistindo, portanto, contribuições futuras que pudessem ser compensadas com o superávit existente.

	CONTROLADORA			
	PBS-A		PAMEC	
	2010	2009	2010	2009
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	624.068	667.702	3.054	2.504
Custo dos juros	67.994	68.981	340	264
Custo do serviço corrente				
Benefícios pagos líquidos	(64.034)	(55.596)	(88)	(61)
(Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	86.066	(57.019)	263	347
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	714.094	624.068	3.569	3.054
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	973.464	1.005.683		
Rendimentos dos ativos do plano	283.166	23.377		
Contribuições da patrocinadora			88	62
Pagamento de benefícios	(64.034)	(55.596)	(88)	(62)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.192.596	973.464		
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(478.501)	(349.396)	3.569	3.054
Ganhos/Perdas atuariais não reconhecidas			(568)	(347)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	478.501	349.396		
(=) Passivo atuarial reconhecido			3.001	2.707

	CONSOLIDADO			
	PBS-A		PAMEC	
	2010	2009	2010	2009
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	624.068	667.702	3.054	2.504
Custo dos juros	67.994	68.981	340	264
Custo do serviço corrente				
Benefícios pagos líquidos	(64.034)	(55.596)	(88)	(61)
(Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	86.066	(57.019)	263	347
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	714.094	624.068	3.569	3.054
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	973.464	1.005.683		
Rendimentos dos ativos do plano	283.166	23.377		
Contribuições da patrocinadora			88	62
Pagamento de benefícios	(64.034)	(55.596)	(88)	(62)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.192.596	973.464		
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(478.501)	(349.396)	3.569	3.054
Ganhos/Perdas atuariais não reconhecidas			(568)	(347)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	478.501	349.396		
(=) Passivo atuarial reconhecido			3.001	2.707

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	PAMEC		PAMEC	
	2010	2009	2010	2009
DESPESA RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA BrT				
Custo do serviço corrente				
Custo dos juros	340	264	340	264
Rendimento (perda) dos ativos do plano				
Perdas (Ganhos) atuariais reconhecidos	263	347	263	347
Total da despesa reconhecida	603	611	603	611

	PBS-A		PAMEC	
	2010	2009	2010	2009
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial (6% + Inflação)	10,77%	11,40%	10,70%	11,40%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	N/A	
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A		7,64%	7,64%
Taxa de rendimento total esperada sobre os ativos do plano	9,76%	9,76%	N/A	
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	N/A		N/A	
Idade de início dos benefícios	N/A		N/A	

N/A = Não aplicável.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2010

- a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2010.
b) Os dados cadastrais utilizados para o PBS-A e PAMEC são de 31 de agosto de 2010, ambos projetados para 31 de dezembro de 2010.

A estratégia de investimento dos planos de pensão está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa nacional, renda variável nacional, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Na carteira de renda fixa somente são permitidos títulos com baixo risco de crédito. Instrumentos derivativos só são permitidos para fins de proteção. Empréstimos estão restritos a determinados limites de crédito. A alocação tática é decidida pelo comitê de investimento, composto pelos executivos dos planos de pensão, gerente de investimento e um membro designado pelo conselho deliberativo. A execução é efetuada pelo departamento financeiro.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os limites estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV	PBS-A
Renda fixa	100%	100%	75%
Renda variável	25%	25%	9%
Investimentos Estruturados	10%	10%	11%
Imóveis	2%	2%	4%
Empréstimos a participantes	2%	2%	1%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2010 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV	PBS-A
Renda fixa	84%	84%	75%
Renda variável	12%	12%	9%
Investimentos estruturados	2%	2%	11%
Imóveis	1%	1%	4%
Empréstimos a participantes	1%	1%	1%
Total	100%	100%	100%

(b) Participações dos empregados nos lucros

O plano de participação nos lucros foi instituído em 1999, como forma de incentivar os empregados a alcançar as metas individuais e corporativas, melhorando o retorno dos acionistas. O plano entra em vigor quando são atingidas as seguintes metas:

- Cumprimento de metas de valor adicionado econômico (indicadores de lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização, além de indicadores de valor econômico adicionado); e
- Indicadores operacionais, qualidade e mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas registraram provisões com base nas estimativas do cumprimento dessas metas, no montante total de R\$ 96.344 (2009 – R\$ 36.474 e 01/01/2009 – R\$ 20.984).

(c) Plano de remuneração baseada em ações

Plano aprovado em 28 de abril de 2000

Os direitos adquiridos através de instrumentos de outorgas de opções de compra de ações sob a vigência deste plano anteriormente aprovado continuam válidos e eficazes, segundo os respectivos termos pactuados, não podendo ser estabelecidas novas outorgas através deste plano.

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 havia opções exercíveis em circulação conforme descrito no programa abaixo:

Programa B

As opções garantidas por este plano caracterizam-se como opções liquidadas em ações.

O preço de exercício foi fixado pelo comitê gestor, com base no preço de mercado da ação na data de outorga da opção e será corrigido monetariamente pelo IGP-M entre a data de assinatura dos contratos e a data de pagamento da opção exercida.

O quadro a seguir resume as operações efetuadas com as ações preferenciais até 31 de dezembro de 2010:

	Em Reais			
	Quantidade em milhares de ações	Preço na data da concessão	Preço da concessão	
			2010	2009
Saldo no início do exercício	31.643	18,87	20,83	18,87
Opções exercidas				
Opções canceladas	(9.676)			
Opções em vigor em 31 de dezembro de 2010	21.967			

A tabela a seguir demonstra a posição das opções de compra das ações preferenciais em vigor em 31 de dezembro de 2010:

Faixa de preço de exercício na data da concessão	Opções em vigor			Opções exercíveis	
	Quantidade em milhares de ações	Prazo remanescente (em meses)	Preço de exercício	Quantidade em milhares de ações	Preço de exercício
R\$ 10,00 - 19,99	21.967	12	20,83	21.967	20,83

A aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á da forma e prazos apresentados a seguir:

Concessão	Outorga			Preço de exercício atualizado (em Reais)	Opções (Em milhares de ações)
	Lote	Exercício a partir de	Prazo limite para exercício		
3ª	22/12/04	33%	22/12/2005	20,83	7.322
		33%	22/12/2006	20,83	7.322
		34%	22/12/2007	20,83	7.323

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo das opções outorgadas estimado na data de outorga utilizou o modelo de precificação de opções “*Black&Scholes*” com as seguintes premissas:

	21/12/2004
Ativo-lastro	13,64
Preço de exercício	17,30
Volatilidade esperada	38,2%
Taxa de juros livre de riscos	8,4%
Vida esperada (em anos)	2
Rendimento de dividendos	3,10%
Valor justo na data de outorga	2,76

Em razão dos contratos de remunerações baseadas em ações preverem a liquidação das opções apenas mediante a transferência de titularidade de ações (“*equity-settled*”), as apropriações do valor justo das opções de ações da BrT são efetuadas linearmente dentro do prazo de vencimento das opções. As parcelas correspondentes aos beneficiários da BrT, são contabilizadas, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido, em conformidade com os requerimentos da Deliberação CVM nº 562/2008, que corrobora o Pronunciamento Técnico CPC 10 (Remunerações Baseadas em Ações).

Plano aprovado em 6 de novembro de 2007

Este plano autorizava a outorga de opções, permitindo aos participantes do plano, sob certas condições, a oportunidade de adquirir ou subscrever, no futuro, a um valor pré-estabelecido, ações integrantes de uma cesta de ações definidas como UP, a qual englobava ações preferenciais da Companhia e ações ordinárias e preferenciais da BrT Part. O valor correspondente ao número de UP’s concedidas não poderia exceder o limite máximo de 10% do valor patrimonial das ações de cada espécie de ação da Companhia.

Os programas de outorgas de opções de compras de ações vinculados ao referido plano continham cláusulas que previam a antecipação dos vencimentos das opções, no caso de alteração do controle acionário direto ou indireto da Companhia. Com a efetivação da troca de controle, em 8 de janeiro de 2009, as opções de ações dos programas foram integralmente exercidas. O Programa 1, totalizando 2.817.324 UP’s foi liquidado ao valor total de R\$ 17.855. O Programa 2, referente à outorga realizada em 1 de julho de 2008, contendo 701.601 UP’s foi liquidado ao valor total de R\$ 4.446.

Foram exercidas 646.585 UP’s do Programa 2, referente à outorga realizada em 1 de julho de 2007, liquidadas mediante: (i) entrega de ações preferenciais mantidas em tesouraria pela Companhia, ao preço de exercício total de R\$ 3.572 e valor de custo de R\$ 2.487; e (ii) entrega de ações ordinárias e preferenciais da Controladora ao preço de exercício total de R\$ 13.733 e valor de mercado de R\$ 17.108, acrescidas da importância R\$ 130.

Notas Explicativas

**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**
**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios estão identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços de telecomunicações. Os segmentos divulgáveis estão resumidos a seguir:

- Telefonia fixa/Dados: Oferece basicamente serviços de transmissão de voz local, de longa distância e comunicação de dados;
- Telefonia móvel: Oferece principalmente serviços de voz móvel, comunicação de dados 3G e serviços adicionais, que incluem serviços de mensagens e interatividade; e
- Outros: Inclui serviços de provedor internet e “Call Center”.

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e estão segregados conforme abaixo:

	Telefonia Fixa / Dados		Telefonia Móvel		Todos os outros segmentos (i)		Eliminações		Total	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Receitas	8.892.546	9.430.649	1.937.384	1.893.947	629.096	676.600	(1.195.734)	(1.081.306)	10.263.292	10.919.890
Custos dos serviços prestados	(4.014.929)	(4.744.443)	(1.379.072)	(1.516.340)	(323.272)	(315.008)	985.192	811.570	(4.732.081)	(5.764.221)
Interconexão	(1.993.150)	(2.012.970)	(575.441)	(560.017)			586.663	547.458	(1.981.928)	(2.025.529)
Depreciação e amortização	(582.962)	(900.230)	(222.654)	(454.485)	(1.334)	(1.402)			(806.950)	(1.356.117)
Serviço de manutenção de rede	(561.727)	(758.065)	(54.514)	(67.601)	(170)				(616.411)	(825.666)
Aluguéis e seguros	(514.208)	(562.395)	(327.395)	(192.446)	(28.349)	(20.956)	398.511	260.819	(471.441)	(514.978)
Custos de aparelhos e acessórios			(47.778)	(88.633)			18	18	(47.760)	(88.615)
Outros custos e despesas	(362.882)	(510.783)	(151.290)	(153.158)	(293.419)	(292.650)		3.275	(807.591)	(953.316)
Lucro bruto	4.877.617	4.686.206	558.312	377.607	305.824	361.592	(210.542)	(269.736)	5.531.211	5.155.669
Receitas (Despesas) operacionais	(2.128.843)	(2.321.755)	(575.156)	(684.667)	(287.410)	(333.428)	427.458	487.197	(2.563.951)	(2.852.653)
Comercialização de serviços	(858.912)	(1.116.729)	(402.523)	(523.537)	(124.787)	(188.055)	361.212	410.476	(1.025.010)	(1.417.845)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(271.062)	(508.066)	(62.783)	(45.869)	(17.456)	(21.891)	(234)	(86)	(351.535)	(575.912)
Comissão de vendas	(716)		(12.149)			(4.583)			(12.865)	(4.583)
Contact Center	(290.045)	(272.971)	(61.349)	(65.820)	(17.112)	(15.933)	323.411	320.843	(45.095)	(33.881)
Postagem e cobrança	(20)	(2.532)		(703)		(10)			(20)	(3.245)
Publicidade e propaganda	(82.344)	(40.464)	(43.649)	(88.335)	(25.208)	(16.443)			(151.201)	(145.242)
Outros serviços de terceiros	(124.562)	(144.164)	(146.645)	(193.020)	(13.372)	(35.543)	16.913	28.608	(267.666)	(344.119)
Outros custos e despesas	(90.163)	(148.532)	(75.948)	(129.790)	(51.639)	(93.652)	21.122	61.111	(196.628)	(310.863)
Gerais e administrativas	(1.269.931)	(1.205.026)	(172.633)	(161.130)	(162.623)	(145.373)	66.246	76.721	(1.538.941)	(1.434.808)
Outras receitas operacionais (despesas), líquidas	(268.085)	(3.142.321)	(16.743)	(11.225)	(9.911)	(8.670)	(212.991)	(217.449)	(507.730)	(3.379.665)
Outras receitas operacionais	515.878	633.518	89.402	117.296	43.631	14.673	(124.949)	(105.547)	523.962	659.940
Outras despesas operacionais	(783.963)	(3.775.839)	(106.145)	(128.521)	(53.542)	(23.343)	(88.042)	(111.902)	(1.031.692)	(4.039.605)
Resultado financeiro	(108.946)	(323.085)	17.360	70.018	15.419	(30.270)	(4.088)	1.988	(80.255)	(281.349)
Receitas financeiras	843.669	459.265	180.495	176.070	20.055	15.195	(64.764)	(20.283)	979.455	630.247
Despesas financeiras	(952.615)	(782.350)	(163.135)	(106.052)	(4.636)	(45.465)	60.676	22.271	(1.059.710)	(911.596)
Resultado antes dos tributos	2.371.743	(1.100.955)	(16.227)	(248.267)	23.922	(10.776)	(163)	2.000	2.379.275	(1.357.998)
Provisão para IR/CSLL	(418.691)	263.272	18.637	68.828	(8.361)	6.587			(408.415)	338.687
Lucro (prejuízo) do exercício	1.953.052	(837.683)	2.410	(179.439)	15.561	(4.189)	(163)	2.000	1.970.860	(1.019.311)

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Resultado atribuído ao controlador	1.953.052	(837.683)	2.410	(179.439)	15.561	(4.189)	0	0	1.971.023	(1.021.311)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores							(163)	2.000	(163)	2.000
Informações adicionais										
Serviços prestados	8.469.721	9.129.900	1.437.478	1.350.471	310.238	334.550			10.217.437	10.814.921
Vendas			45.855	104.969					45.855	104.969
Receita de clientes externos	8.469.721	9.129.900	1.483.333	1.455.440	310.238	334.550			10.263.292	10.919.890
Receita entre segmentos	106.404	91.789			17.128	29.259				
Receita entre outros segmentos	316.422	208.961	454.052	438.508	301.730	312.791				
Receita total	8.892.547	9.430.650	1.937.385	1.893.948	629.096	676.600				
Ativos	20.957.896	19.870.655	6.725.886	5.054.828	623.379	796.265	(1.421.047)	(1.157.828)	26.886.114	24.563.920
Passivos	14.465.053	13.261.070	2.297.555	2.159.913	207.714	395.128	(1.421.047)	(1.157.828)	15.549.275	14.658.283
Depreciações e amortizações	775.545	1.269.455	264.219	520.082	16.976	18.314			1.056.740	1.807.851
Acréscimos de Capex	751.566	582.005	150.607	439.605	85.486	85.503			987.659	1.107.113
Provisões	390.618	3.313.445	14.006	20.659	468	5.601			405.093	3.339.706

- (i) O segmento de serviços financeiros, apesar de não possuir relevância e de não ser analisado individualmente pela Administração, apresentou lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Desse modo, para atender as exigências do item 13 (b) (i) do CPC 22/IFRS 8, as principais informações relativas a este segmento estão demonstradas abaixo:

	2009
Receita de juros	713
Despesa de juros	26
Resultado do segmento reportável	459
Ativos do segmento reportável	8.148

O segmento de telefonia fixa/dados opera em países estrangeiros através de um sistema de cabos submarinos de fibra ótica, com pontos de conexão nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas e Venezuela, permitindo o tráfego de dados através de pacotes de serviços integrados, oferecidos a clientes corporativos nacionais e internacionais.

Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do país onde os serviços são prestados. Os ativos não circulantes do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Por não serem relevantes, as receitas e ativos provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

Informações geográficas	Receitas de clientes externos		Ativos não circulantes	
	2010	2009	2010	2009
No país sede da entidade	10.199.921	10.861.377	6.501.685	6.569.894
Em países estrangeiros	63.371	58.513	138.918	114.525
Total	10.263.292	10.919.890	6.640.603	6.684.419

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Ativo						
Contas a receber	77.434	140.009	158.515	33.984	49.988	
BrT Call Center	6.033	4.251	31			
BrTI	915	641	97.901			
BrT CS	3	1.027	128			
iG Brasil	4.102	23.775	29.503			
BrT Multimídia	3.959	10.898	1.988			
BrT Celular	58.041	72.304	27.820			
VANT	246	2.840	1.144			
iG Part	8	5				
TMAR	3.783	19.525		19.051	45.668	
Oi Internet	41	2.608				
Oi Móvel	303	2.135		14.933	4.320	
Empréstimos com controlada	1.548	29.008				
BrT Call Center	4	29.008				
VANT	1.544					
Debêntures		1.342.313		1.911.134	1.674.749	
TMAR		1.342.313		1.911.134	1.674.749	
Outros	53.305	21.981	24.871			
BrT Call Center	26.625	15.825	7.140			
BrT of America	60	625	83			
BrTI	245	132	194			
BrT Part			1.637			
BrT Bermudas	27	28	37			
BrT CS	90	17	20			
BrT Venezuela	8	9	12			
iG Brasil	228	129				
IG Cayman		1	1			
BrT Multimídia	5.013	1.684	281			
BrT Celular	21.009	3.530	15.449			
VANT		1	17			
Passivo						
Fornecedores	145.324	167.128	81.596	31.491	22.784	
BrT Call Center	46.419	74.069	26.457			
BrTI		164	153			
BrT CS	4.391	16.736				
iG Brasil	12.206	4.533	12.178			
BrT Multimídia	5.397	20.352	5.430			
BrT Celular	51.468	32.802	37.378			
TMAR	3.783	10.833		10.203	12.900	
Oi Móvel	17.774	4.031		21.288	9.884	
TNL Contax	3.886	3.608				
Empréstimos e financiamentos	565.227	517.248	712.213			
BrT Celular	565.227	517.021	712.213			
TMAR		227				

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demais obrigações	37.280	95.336	9.859			
BrT Call Center		1.627				
BrTI	10.210	6.536				
BrT Bermudas	5.962	6.760	9.859			
iG Brasil	27	2				
BrT Multimídia	16.353	8.310				
BrT Celular	2.324	72.101				
VANT	2.404					

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
Receitas				
Receita dos serviços prestados	526.559	356.289	449.069	244.825
BrTI	6.366	7.171		
BrT Bermudas	538	685		
BrT CS	227	260		
iG Brasil	17.556	45.730		
BrT Multimídia	5.676	8.813		
BrT Celular	318.465	184.695		
VANT	379	1.694		
TMAR	127.158	57.834	350.376	190.445
Oi Internet		193		
Oi Móvel	50.192	49.214	98.693	54.380
TNL Contax	2			
Outras receitas operacionais	53.784	45.691		
BrT Call Center	8.644	7.659		
BrTI	22	45		
BrT CS	5	13		
iG Brasil	2.740	3.687		
BrT Multimídia	2.200	2.189		
Nova Tarrafa Inc.	198			
BrT Celular	39.970	32.093		
VANT		4		
iG Part	5	1		
Receitas financeiras	190.591	41.291	236.385	72.734
BrT Call Center	1.073	998		
BrT Multimídia				
BrT Celular				
VANT	55			
TMAR	189.463	40.293	236.385	72.734
Custos/Despesas				
Custos dos serviços prestados	(699.135)	(662.456)	(164.041)	(118.516)
BrT Of America	(2.165)	(7.032)		
BrT CS	(59.570)	(68.239)		
BrT Multimídia	(37.974)	(37.884)		
BrT Celular	(468.787)	(451.268)		
TMAR	(23.260)	(28.200)	(31.184)	(45.134)
Oi Móvel	(107.379)	(69.833)	(132.857)	(73.382)
Comercialização dos serviços	(334.171)	(315.559)		
BrT Call Center	(274.475)	(271.144)		
BrT Participações	(37)			

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

iG Brasil	(12.055)	(19.528)		
BrT Multimídia	(27)	(19)		
BrT Celular	(3.325)	(5.475)		
VANT	(28)			
TNL Contax	(44.224)	(19.393)		
Despesas gerais e administrativas	(23.878)	(19.064)		
BrT Call Center	(3.284)	(2.594)		
BrT Multimídia	(1.051)			
BrT Celular	(19.543)	(16.470)		
Outras despesas operacionais	(18)	(413)		
BrT Call Center	(15)			
iG Brasil		(413)		
BrT Celular	(1)			
BrT Multimídia	(2)			
VANT				
Despesas financeiras	(51.193)	(57.212)	(3)	(1.392)
BrT Part		(3.819)		
BrT Celular	(51.190)	(52.011)		
TNL		(1.314)		(1.319)
TMAR	(3)	(68)	(3)	(73)

(a) Linhas de créditos

As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas.

O contrato de mútuo com a controlada BrT Call Center, com prazo de vencimento para a data de 19 de maio de 2010, teve sua taxa alterada em 1 de julho de 2009, passando para a taxa de remuneração correspondente a 115% da Taxa DI.

O primeiro contrato de mútuo com a controlada BrT Celular, com o prazo de vencimento para a data de 16 de abril de 2010 tem taxa de remuneração correspondente a 101,75% da Taxa DI.

O segundo contrato de mútuo com a controlada BrT Celular, com o prazo de vencimento para a data de 14 de dezembro de 2010 teve sua taxa alterada em 1 de julho de 2009, passando para a taxa de remuneração correspondente a 115% da Taxa DI.

(b) Debêntures privadas de emissão da TMAR

A Companhia adquiriu, com a incorporação da BrT Part, os direitos junto à controladora indireta referentes à subscrição de debêntures privadas não conversíveis em ações, no valor de R\$ 1.200.000, da emissão da TMAR. O prazo de vencimento destas debêntures é de cinco anos, em 11 de dezembro de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de 4,0% a.a. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia transferiu o direito sobre as referidas debêntures para a BrT Celular, como integralização parcial do aumento de capital realizado nesta controlada.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transação da BrT Celular

A controlada BrT Celular subscreveu em 12 de março de 2009 debêntures privadas não conversíveis em ações, emitidas em dezembro de 2008 pela TMAR, no valor de R\$ 300.000. O prazo de vencimento destas debêntures é de cinco anos, em 11 de dezembro de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de 4,0% a.a. Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o montante atualizado das debêntures a receber era de R\$ 1.911.134, sendo contabilizada uma receita financeira de R\$ 236.385.

(c) Contratos de financiamentos com o BNDES

A Companhia e a controlada BrT Celular firmaram contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador do BNDESPAR, que detinha 31,4% (2009 – 31,4%) do capital votante da TmarPart, empresa holding do Grupo e, por consequência, é uma empresa ligada da Companhia.

O saldo devido pela Companhia e a controlada BrT Celular, relativo aos financiamentos do BNDES, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 1.844 milhões (2009 – R\$ 2.247 milhões e 01/01/2009 – R\$ 2.394 milhões), na controladora e R\$ 2.588 milhões (2009 – R\$ 2.738 milhões e 01/01/2009 – R\$ 2.655 milhões), no consolidado. Até o final do exercício, foram registradas despesas financeiras de R\$ 172 milhões (2009 – R\$ 200 milhões), na controladora e R\$ 201 milhões (2009 – R\$ 205 milhões), no consolidado.

As informações sobre os contratos celebrados com o BNDES se encontram descritas na Nota 20.

(d) Aluguel de infra-estrutura de transmissão

As transações realizadas com a TMAR e Oi, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.

As transações realizadas com a Oi Internet, controlada da TMAR, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial.

(e) Remuneração do pessoal-chave da administração

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
Salários e demais benefícios de curto prazo	2.107	5.460	2.589	7.074
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho		1.055		1.364
Remuneração com base em ações	1.610	2.895	1.978	3.556
Total	3.717	9.410	4.567	11.994

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Garantias

Os financiamentos contratados junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos possuem garantias e de aval da TNL. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a título de comissão pelo aval da TNL, despesas no montante de R\$ 5.477 (2009 – R\$ 1.287). Adicionalmente, na operação do CRI, foram concedidos avais pela TMAR ao custo de 0,5%a.a. calculados sobre o saldo devedor. As despesas relativas a esses avais totalizaram R\$1.210 em 2010.

30. SEGUROS

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo “todos os riscos” para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes dos Contratos de Concessão. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

Modalidade de seguro	CONSOLIDADO	
	2010	2009
Riscos operacionais e lucros cessantes	800.000	800.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	166.620	174.120
Incêndio – estoques	100.000	60.000
Roubo - estoques	20.000	30.000
Responsabilidade civil - geral	15.000	15.000
Garantia de concessão	7.480	98.291
Responsabilidade civil - veículos	3.000	3.000

(*) conforme cotação do câmbio do dia 31/12/2010 (ptax) - US\$ 1,6662

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Acordo Oi, Banco do Brasil e Cielo

Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado, em 29 de setembro de 2010, a Oi assinou Acordo de Parceria Comercial com o Banco do Brasil S.A e Acordo de Investimentos Cielo S.A., os quais descrevemos abaixo:

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) A TMAR, BrT, TNL PCS S.A. (“TNL PCS”), 14 Brasil Telecom Celular S.A., Paggo Administradora de Crédito Ltda. (“Paggo Administradora”), Way TV Belo Horizonte S.A. (em conjunto, “Oi”) e o Banco do Brasil S.A. celebraram Acordo de Parceria Comercial com o objetivo de estabelecer parceria negocial para emissão de cartões de crédito “*co-branded*” e pré-pagos, além de outros meios de pagamento no formato tradicional ou que utilizem a tecnologia “*Mobile Payment*” para a base de clientes atual e futura da Oi.

(ii) TNL PCS, Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamento Ltda. (“Paggo Acquirer”, sociedade controlada pela TNL PCS), Cielo e CieloPar Participações Ltda. (“CieloPar”, sociedade controlada pela Cielo) celebraram Acordo de Investimento, com o objetivo de regular a participação da Paggo Acquirer e da CieloPar em uma nova sociedade denominada Paggo Soluções de Meios de Pagamento S.A. (“Paggo Soluções”). A Paggo Acquirer e a CieloPar deterão, cada uma, 50% do capital social da Paggo Soluções.

A Paggo Soluções (a) será dedicada à condução de atividades de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações comerciais com a tecnologia de “*Mobile Payment*” originadas ou concluídas em dispositivos de telefonia celular; e (b) promoverá o credenciamento dos atuais e de novos lojistas à sua rede de aquisição de transações originadas em dispositivos de telefonia celular, por meio dos relacionamentos já mantidos pela Cielo e pela Paggo Acquirer em todo território nacional.

As operações acima serão apresentadas às autoridades brasileiras de defesa da concorrência (CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, SDE - Secretaria de Direito Econômico e SEAE - Secretaria de Acompanhamento econômico) nos termos e prazos previstos na legislação em vigor. As Companhias esperam que essas operações sejam implementadas no prazo aproximado de seis meses a contar da data de assinatura.

(b) PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização

Em 3 de setembro de 2010, a ANATEL publicou uma Consulta Pública com propostas de alterações ao PGMU, encerrada em 22 de setembro de 2010, que visa alterar as exigências requeridas para expansão de “*Backhaul*” e de telefonia pública do PGMU. A proposta prevê a utilização de projeções baseadas no crescimento de demanda desses serviços.

A aprovação do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU III) esta programada para o dia 2 de maio de 2011 e atualmente a ANATEL, o Ministério das Comunicações e as Concessionárias de Telefonia Fixa estão negociando as propostas de alterações, seus custos e as respectivas fontes de financiamento. A Administração está avaliando os efeitos dessas alterações e não pode assegurar que, se adotadas, essas medidas não necessitarão de investimentos relevantes e adicionais.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aliança industrial entre Portugal Telecom e Grupo Oi

Em 25 de janeiro de 2011, a Portugal Telecom, Portugal Telecom SGPS S.A. - SGPS e sua controlada Bratel Brasil S.A. – Bratel celebraram com as Companhias e com os acionistas diretos e indiretos das Companhias componentes do bloco de controle da Telemar Participações S.A. – TmarPart., AG Telecom Participações – AG, LF Tel S.A. – LF TEL, Fundação Atlântico de Seguridade Social – FATL, BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros e Fundação dos Economistas Federais – Funcef, os instrumentos contratuais necessários à implementação da aliança industrial entre a Portugal Telecom, SGPS e a TmarPart e suas controladas.

A Aliança Industrial terá por fim o desenvolvimento de um projeto de telecomunicações de projeção global que permita a cooperação em diversas áreas buscando, dentre outros, partilhar das melhores práticas, alcançar benefícios de escala, potencializar iniciativas de pesquisa e desenvolvimento, desenvolver tecnologias, ampliar a presença internacional das Partes, notadamente na América Latina e África, diversificar os serviços, maximizar sinergias e reduzir custos buscando sempre a oferta de melhores serviços e atendimento aos clientes de ambos os grupos e a criação de valor para os seus acionistas.

De forma a fortalecer a estrutura de capital das Empresas Oi, a Aliança Industrial envolverá a participação direta e indireta da Portugal Telecom na TMAR, em bases totalmente diluídas, de, pelo menos, 22,38%, mediante o dispêndio pela SGPS do valor total de R\$ 8.321 milhões, sem ocasionar, contudo, a transferência do controle das empresas do Grupo Oi.

Nos termos dos instrumentos contratuais celebrados, a Portugal Telecom adquirirá ações de emissão da TmarPart, representativas de 12,07% de seu capital social:

- (i) por compra e venda de ações e direitos de subscrição acordada com BNDESPAR, Previ, Petros e Funcef; e
- (ii) por subscrição, em aumento de capital a ser subscrito também por AG, LF TEL e FATL, no valor total de aproximadamente R\$ 761 milhões, mediante a emissão de aproximadamente 187 milhões de novas ações ordinárias a serem emitidas pela TmarPart.

Após a concretização das operações de compra e venda e subscrição, o capital social da TmarPart ficará assim dividido entre seus acionistas:

Notas Explicativas**Brasil Telecom S.A. e
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Acionista	Número de ações ordinárias	Número de ações referenciais	Participação no capital total
AG	565.880.372		19,35%
LF TEL	565.880.372		19,35%
BNDESPAR	381.551.841	1.000.000	13,08%
Portugal Telecom	352.856.590		12,07%
FATL	336.439.733		11,50%
Previ	283.380.453		9,69%
Petros	218.777.747		7,48%
Funcef	218.777.747		7,48%
Outros	12		0,00%
Total	2.923.544.867	1.000.000	100,00%

Em decorrência da aquisição pela Portugal Telecom de participação no capital social da TmarPart, foram celebrados aditamentos aos Acordos de Acionistas da TmarPart, com o objetivo de incluir a Portugal Telecom como parte, de forma a garantir todos os direitos até então detidos pelo BNDESPAR, Previ, Petros e Funcef. Tais acordos de acionistas permanecerão com eficácia suspensa até a data em que for efetivada a aquisição das ações pela Portugal Telecom.

Com o objetivo de assegurar o fortalecimento da TMAR, face às oportunidades existentes no setor de *Telecom* no Brasil, assim como propiciar a redução de sua dívida líquida, a sua expansão internacional, bem como seu desenvolvimento operacional, serão deliberados aumentos de capital na TNL e na TMAR, como segue:

Aumento de capital da TNL com base no capital autorizado, mediante a emissão de até 126.218.801 novas ações ordinárias e até 252.437.601 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 38,5462 por cada ação ordinária e R\$ 28,2634 por cada ação preferencial, totalizando até R\$ 12 bilhões. O preço por ação foi fixado sem diluição injustificada para os atuais acionistas da TNL, com base na média das cotações diárias de mercado das ações nos pregões da BM&FBOVESPA nos 60 dias anteriores a 28 de julho de 2010, data em que foi divulgado o aumento do capital da TNL. A TmarPart subscreverá, no mínimo, R\$ 1.361 milhões em novas ações da TNL emitidas, sendo que, independentemente do exercício do direito de preferência na subscrição das novas ações pelos demais acionistas da TNL, a TmarPart subscreverá ações ordinárias da TNL em quantidade suficiente para lhe garantir a manutenção do controle acionário da TNL.

Aumento de capital da TMAR com base no capital autorizado, mediante a emissão de até 95.159.514 novas ações ordinárias e até 117.117.560 novas ações preferenciais classe A, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 63,7038 por ação ordinária e de R\$ 50,7010 por ação preferencial classe A, totalizando até R\$ 12 bilhões. O preço por ação foi fixado sem diluição injustificada para os atuais acionistas da TMAR, com base na média das cotações diárias de mercado das ações nos pregões da BM&FBOVESPA nos 60 dias anteriores a 28 de julho de 2010, data em que foi divulgado o aumento do capital da TMAR. A TNL subscreverá,

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

no mínimo, R\$ 2.961 milhões em novas ações da TMAR emitidas, sendo que, independentemente do exercício do direito de preferência na subscrição das novas ações pelos demais acionistas da TMAR, a TNL subscreverá ações ordinárias da TMAR em quantidade suficiente para, no mínimo, lhe garantir a manutenção do controle acionário da TMAR.

Os referidos aumentos de capital foram aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração, da TNL e da TMAR, em reuniões realizadas em 17 de fevereiro de 2011. Tais aumentos de capital serão efetivados quando do encerramento do prazo para o exercício do direito de preferência dos acionistas não controladores.

A Portugal Telecom firmou com a TmarPart e a TNL compromisso de compra e venda de ações preferenciais e/ou ordinárias de emissão da TNL e/ou da TMAR, por meio do qual adquirirá ações até o limite do valor total de R\$ 8.321 milhões. A quantidade de ações ordinárias e preferenciais de cada companhia emissora variará em função do exercício de preferência nos aumentos de capital pelos acionistas de TNL e TMAR.

Os aumentos de capital acima referidos, quando deliberados, serão objeto de Avisos aos Acionistas, dos quais constarão todas as condições destes aumentos de capital, bem como as informações para exercício de direito de preferência.

Foram, ainda, celebrados Contratos de Compra e Venda de Ações e Contratos de Subscrição e Integralização de Ações de Pasa Participações S.A. – AG PASA e de LF, entre a Portugal Telecom, a Andrade Gutierrez Telecomunicações Ltda. – AG LTDA e a La Fonte Telecom S.A. – La Fonte, conforme o caso, por meio dos quais a Portugal Telecom adquirirá ações de emissão das referidas companhias, por subscrição e compra e venda, e passará a deter uma participação de 35% do capital social votante da AG PASA e da LF.

Em decorrência da aquisição de participação pela Portugal Telecom na AG PASA e na LF, foram celebrados Acordo de Acionistas da AG PASA, entre a Portugal Telecom e a AG LTDA, e Acordo de Acionistas da LF, entre a Portugal Telecom e a La Fonte, que regularão a relação das partes na qualidade de acionistas de AG PASA e de LF e, indiretamente, da TmarPart. Tais acordos de acionistas permanecerão com eficácia suspensa até a data em que for efetivada a aquisição das ações pela Portugal Telecom.

A implementação da Aliança Industrial ficará condicionada a que os investimentos da Portugal Telecom em AG PASA, LF, TmarPart, TNL e TMAR resultem na participação de pelo menos 22,38%, mediante o dispêndio do valor total de R\$ 8.321 milhões que ocorrerá através de uma recém criada empresa “Holding” com participação direta na AG PASA, na LF, na TmarPart, na TNL e na TMAR.

Após a conclusão de todas as etapas da Aliança Industrial, a Oi buscará adquirir até 10% das ações representativas do capital social da Portugal Telecom, observando-se as condições de mercado e a legislação portuguesa aplicável. A Oi envidará seus melhores esforços para eleger tantos membros do Conselho de Administração da Portugal Telecom quanto possíveis, proporcionalmente à sua participação no capital social daquela companhia, observadas a legislação aplicável e o Estatuto Social da Portugal Telecom.

Notas Explicativas

Brasil Telecom S.A. e Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ratificação da aquisição do controle da Invitel

Em AGE da TMAR, realizada no dia 13 de janeiro de 2011, atendendo ao requerido pelo art. 256, I da Lei nº 6.404/1976, os acionistas da Companhia ratificaram a aquisição do controle da Invitel, conforme deliberação anterior do Conselho de Administração em reunião realizada no dia 6 de maio de 2008, efetivada no dia 8 de janeiro de 2009.

Proposta de Orçamento de Capital**ORÇAMENTO DE CAPITAL**

O orçamento de capital consolidado aprovado pelo Conselho de Administração da Brasil Telecom S/A para o ano de 2011 somou R\$ 1.727.428 mil (um bilhão e setecentos e vinte sete milhões e quatrocentos e vinte e oito mil reais).

BTSA Consolidada	R\$ mil
Telefonia Fixa	1.264.287
Telefonia Móvel	311.336
Outros	151.806
Total	1.727.428

**Brasil Telecom S.A. e
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes
Brasil Telecom S.A. e sociedades controladas**

**Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa

(a) Transações não-caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
Aumento de capital em controlada com direitos a receber (Nota 12)	1.531.775			
Varição entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	304.508	(233.664)	134.042	(307.076)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio declarados e não pagos	539.658		539.658	

(b) Conciliação saldo inicial

Para fins de divulgação à CVM, incluímos na linha de saldo inicial do caixa, o caixa e equivalentes de caixa adquiridos por incorporação da BrT Part. Abaixo segue composição do ajuste realizado:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	2009	2009
Saldo inicial do caixa	580.978	1.478.558
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos por incorporação – BrT Part	235.943	235.943
Saldo inicial do caixa ajustado	816.921	1.714.501

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Brasil Telecom S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasil Telecom S.A. e controladas (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Brasil Telecom S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Brasil Telecom S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelo IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Marco Antonio Brandão Simurro
Auditores Independentes Contador
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ CRC nº 1 RJ 052000/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

BRASIL TELECOM S.A
Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da BRASIL TELECOM S.A., em conformidade com as atribuições dispostas no Art. 163 da Lei 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras, o Balanço Patrimonial da Companhia e os demais demonstrativos elaborados pela Companhia, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e da Deloitte Touche Tohmatsu Brasil, a maioria dos membros do Conselho abaixo assinados concluíram que as referidas Demonstrações Financeiras expressam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia. Em consonância com o disposto no Art. 163 da Lei 6.404/76, opinaram pelo encaminhamento dos referidos documentos para aprovação em Assembleia Geral Ordinária de acionistas da BRASIL TELECOM S.A, que será realizada até o dia 30 de abril de 2011.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2011

Allan Kardec de Melo Ferreira
Presidente

Aparecido Carlos Correia Galdino

Marcos Duarte Santos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da BrT declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31/12/10, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2011.

Luiz Eduardo Falco Pires Corrêa
Diretor Presidente

Alex Waldemar Zornig
Diretor

Marco Norci Schroeder
Diretor

João Francisco da Silveira Neto
Diretor

Francis James Leahy Meaney
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da BrT declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31/12/10, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2011.

Luiz Eduardo Falco Pires Corrêa
Diretor Presidente

Alex Waldemar Zornig
Diretor

Marco Norci Schroeder
Diretor

João Francisco da Silveira Neto
Diretor

Francis James Leahy Meaney
Diretor